



**EDMARA MÁRCIA DE CASTRO REZENDE**

**O ENSINO DE ÉTICA DAS VIRTUDES PARA A EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DE UMA  
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FREIREANA:  
CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA COMBATER A CRISE  
AMBIENTAL**

**LAVRAS - MG  
2024**

**EDMARA MÁRCIA DE CASTRO REZENDE**

**O ENSINO DE ÉTICA DAS VIRTUDES PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS  
E ADULTOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL FREIREANA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA  
COMBATER A CRISE AMBIENTAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Ambiental para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Breno Pascal de Lacerda Brito  
Orientador

**LAVRAS - MG  
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Rezende, Edmara Márcia de Castro.

O ensino de ética das virtudes para a educação de jovens e adultos a partir de uma perspectiva da educação ambiental freireana : contribuições teóricas para combater a crise ambiental / Edmara Márcia de Castro Rezende. - 2024.

103 p.

Orientador(a): Breno Pascal de Lacerda Brito.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2024.

Bibliografia.

1. Ética ambiental. 2. Cidadania. 3. Formação Crítica. I. Brito, Breno Pascal de Lacerda. II. Título.

**EDMARA MÁRCIA DE CASTRO REZENDE**

**O ENSINO DE ÉTICA DAS VIRTUDES PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
FREIREANA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA COMBATER A CRISE  
AMBIENTAL**

**TEACHING VIRTUE ETHICS FOR ADULT EDUCATION FROM A FREIREAN  
ENVIRONMENTAL EDUCATION PERSPECTIVE: THEORETICAL  
CONTRIBUTIONS TO COMBAT THE ENVIRONMENTAL CRISIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Ambiental para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 13 de junho de 2024  
Dr. Antônio Fernandes Nascimento Junior UFLA  
Dra. Roberta Smania Marques UEPB

Prof. Dr. Breno Pascal de Lacerda Brito  
Orientador

**LAVRAS - MG  
2024**

*Dedico*

*Ao meu Deus, porque tudo é Dele, por  
Ele e para Ele. Sem Ele, eu nada posso  
fazer, vem Dele o querer e o fazer!*

## AGRADECIMENTOS

A Agradeço, primeiramente, a Deus o autor da vida, por me dar forças para percorrer toda a trajetória acadêmica, com persistência e dedicação ao longo desse processo, por ter me ajudado e iluminado, nos vários momentos nos quais pensei em desistir.

Ao meu orientador professor Dr. Breno Pascal de Lacerda Brito, pela pessoa inigualável que é, pela paciência, pelo estímulo acadêmico, ensinamentos, pelo aprendizado, sem ele não teria chegado até aqui.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Ambiental. A todos os mestres em especial ao coordenador professor Antônio pelo acolhimento, compreensão e carinho a mim dispensados, professores estes que permitiram, uma instrução de qualidade.

Sou imensamente grata por ter a oportunidade de concluir essa etapa em uma das melhores universidades do Brasil.

Agradeço a minha mãe Laura, mulher forte, guerreira e amorosa que sempre me incentivou a crescer e foi recolhida ao céu no decorrer do mestrado, ela que sempre acreditou em meu sonho e lutou arduamente para minha educação.

Aos meus filhos Estefânia e Lucas, os grandes amores da minha vida, presentes lindos que Deus me deu, que são a motivação da minha vida e por eles acreditarem, desde sempre, em meu potencial e perspectivas de vida, sou grata.

Ao meu neto Ian que renovou minhas esperanças e me deu forças para continuar, companheiro até mesmo nas aulas.

A minha nora Manuela com suas palavras de encorajamento e apoio emocional foram inestimáveis durante esse processo; meu genro Rodrigo com sua generosidade e me incentivando nos momentos desafiadores, fizeram toda a diferença.

A todas as minhas amigas, que me proporcionaram momentos de aprendizado, que seguraram minha mão, foram ombro amigo e choraram comigo, amigas essas que me inspiram, diariamente, mostrando-me o verdadeiro sentido das palavras empatia,

lealdade e respeito. Vocês me fizeram crer na força e na competência que acreditei, muitas vezes, que eu não as tivesse.

As grandes companheiras do grupo Andarilhas, que se tornaram parceiras incríveis, pelo bem que vocês me proporcionam. Gratidão pela parceria e amizade

Agradeço à minha banca avaliadora que aceitaram estar presentes neste momento tão especial da minha vida, contribuindo assim com seus conhecimentos que muito engrandeceram esse estudo . A todos estes, minha gratidão.

*A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (Freire, 2001, p. 12).*



## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a relevância da abordagem do ensino ética a partir do ensino da Educação Ambiental Freireana, para o avanço no combate ao desequilíbrio ambiental no contexto da EJA. Como metodologia foi realizada uma revisão e reflexão crítica da literatura publicada sobre o assunto, tomando a teoria de Paulo Freire como teoria de base para uma reflexão crítica sobre a Educação Ambiental a partir do ensino da ética. Ao final do estudo verificou-se que é fundamental que se eleve o sentido da escola na sociedade contemporânea e a prepare para os novos tempos, seja por meio de novos canais de justiça escolar, colocando novamente os estudantes dentro da escola, ao invés de afastá-los, abrindo-a para a pluralidade, considerando as diversas culturas e experiências. Para que a escola problematize a realidade para formar sujeitos críticos com autonomia de pensamento, torna-se relevante abordarmos os saberes necessários a esse propósito. O saber docente se refere à dimensão científica, pedagógica, didática, estética, ética e política. Afetividade e emoções fazem parte desse processo. A ética da vida, pedagógica e libertadora de Freire, surge como uma resposta crítica aos problemas sociais e como uma busca por uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham a oportunidade de serem sujeitos ativos e livres em sua própria história.

**Palavras-Chave:** Ética Ambiental; Cidadania; Formação Crítica; Desenvolvimento Sustentável .

## ABSTRACT

This study aims to analyze the relevance of the ethical teaching approach based on the teaching of Freirean Environmental Education for advancing the fight against environmental imbalance in the context of EJA. The methodology involved a critical review and reflection on published literature on the subject, taking Paulo Freire's theory as a basis for critical reflection on environmental education through the teaching of ethics. At the end of the study, it was found to be crucial to elevate the role of schools in contemporary society and prepare them for the new era, whether through new channels of school justice, reintegrating students into the school environment rather than pushing them away, and opening it up to plurality, considering diverse cultures and experiences. In order for schools to problematize reality and foster critical thinking among students with autonomy of thought, it is relevant to address the necessary knowledge for this purpose. Pedagogical knowledge encompasses scientific, pedagogical, didactic, aesthetic, ethical, and political dimensions, while affectivity and emotions are integral to this process. Freire's ethical, pedagogical, and liberating approach to life emerges as a critical response to social problems and as a quest for a more just and egalitarian society, where everyone has the opportunity to be active and free agents in their own history.

**Keywords:**Environmental Ethics ;Citizenship; Critical Training; Sustainable Development.

## **INDICADORES DE IMPACTO**

O estudo realizado sobre a relevância da Educação Ambiental Freireana, com foco no ensino da ética para combater o desequilíbrio ambiental, apresenta impactos significativos tanto no âmbito social quanto cultural. Por meio da integração da ética das virtudes ao currículo educacional, observa-se uma transformação na consciência ética em relação ao meio ambiente. Esta abordagem não apenas dissemina conhecimento técnico sobre questões ambientais, mas também promove valores como responsabilidade, respeito, cuidado e solidariedade em relação à natureza. No que diz respeito ao caráter extensionista do trabalho, destaca-se o envolvimento da sociedade externa à UFLA como parceiros e público-alvo. Os territórios impactados incluem comunidades locais, escolas e organizações não governamentais envolvidas em atividades de Educação Ambiental. Diretamente beneficiados estão os estudantes e professores que participam das ações extensionistas, bem como os técnicos envolvidos no desenvolvimento e implementação dessas atividades. Em termos de classificação dos impactos nas áreas temáticas da Política Nacional de Extensão, este trabalho se enquadra principalmente nas áreas de meio ambiente e educação. Ele aborda questões relacionadas à promoção da consciência ambiental e à formação de cidadãos éticos e engajados na preservação do meio ambiente como bem comum. Além disso, os impactos desse estudo estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em particular ao ODS 4 - Educação de Qualidade e ao ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis. Ao promover uma Educação Ambiental centrada na ética e na responsabilidade, o estudo contribui para o avanço em direção a uma sociedade mais sustentável e equitativa, conforme estabelecido na Agenda 2030.

## **IMPACT INDICATORS**

The study on the relevance of Freirean environmental education, focusing on teaching ethics to combat environmental imbalance, presents significant impacts both socially and culturally. Through the integration of virtue ethics into the educational curriculum, a transformation in ethical consciousness regarding the environment is observed. This approach not only disseminates technical knowledge on environmental issues but also promotes values such as responsibility, respect, care, and solidarity towards nature. Regarding the extensionist nature of the work, the involvement of society external to UFLA as partners and target audience is highlighted. The impacted territories include local communities, schools, and non-governmental organizations involved in environmental education activities. Direct beneficiaries include students and teachers participating in extension activities, as well as technicians involved in the development and implementation of these activities. In terms of classifying impacts in the thematic areas of the National Extension Policy, this work mainly falls under the areas of environment and education. It addresses issues related to promoting environmental awareness and fostering the formation of ethical and engaged citizens in preserving the environment as a common good. Furthermore, the impacts of this study are aligned with the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), particularly SDG 4 - Quality Education and SDG 12 - Responsible Consumption and Production. By promoting an environmental education centered on ethics and responsibility, the study contributes to progress towards a more sustainable and equitable society, as outlined in the 2030 Agenda.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....  | 14 |
| <b>2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL FREIREANA</b> .....  | 22 |
| <b>2.1 A crise ambiental</b> .....  | 22 |
| <b>2.2 Da perspectiva do desenvolvimento sustentável</b> .....  | 26 |
| <b>2.3 A Educação Ambiental nas perspectivas Conservacionista, Pragmática e Crítica no contexto educacional brasileiro</b> .....  | 28 |
| <b>2.4 Educação Ambiental Freireana, articulando política e ética para a formação humana</b> .....  | 37 |
| <b>3. CONTEXTUALIZANDO A ÉTICA DAS VIRTUDES</b> .....   | 46 |
| <b>3.1 Contextualizando a ética</b> .....   | 46 |
| <b>3.2 Ética Utilitarista</b> .....   | 50 |
| <b>3.3 Deontologia Ética</b> .....  | 51 |
| <b>3.4 Ética das Virtudes</b> .....   | 53 |
| <b>3.5 A crise ambiental como uma crise ética: a ética das virtudes como possível caminho</b> .....   | 55 |
| <b>4. O ENSINO DE ÉTICA AMBIENTAL DAS VIRTUDES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FREIREANA NO COMBATE À CRISE AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EJA</b> .....  | 65 |
| <b>4.1 A Escola, a educação freiriana e a Ética – delineando pontes</b> .....   | 65 |
| <b>4.2 O contexto da Educação Ambiental na Educação de Jovens e Adultos (EJA)</b> .....   | 77 |
| <b>4.3 Educação Ambiental Freireana no Contexto da EJA</b> .....  | 80 |
| <b>4.4 O possível vínculos entre a Educação Ambiental Freireana e a ética das virtudes no ensino de jovens adultos e preparação crítica para desafios ambientais contemporâneos</b> ..... | 83 |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 90 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 93 |

## 1 INTRODUÇÃO

O desequilíbrio ambiental, que pode ser observado e sentido de forma mais intensa nesse século XXI, representa um dos maiores problemas enfrentados pela humanidade ao longo de sua história. Do desmatamento desenfreado às mudanças climáticas, passando pela poluição do ar, da água e do solo, estamos testemunhando os impactos devastadores de nossas ações irresponsáveis sobre o planeta que habitamos (Jacobi, 2003). Diante desse cenário desafiador, a ética, em associação com a educação e a política, emerge como uma ferramenta fundamental para superar esses problemas e criar um futuro sustentável.

Ao longo da história, a relação entre sociedade e natureza tem sido caracterizada por um processo de exploração, onde a sociedade busca satisfazer suas necessidades e desejos através da apropriação da natureza (Martins, 2022). Essa dinâmica tem resultado na produção intensiva de consequências, tanto positivas quanto negativas, que frequentemente levam a rupturas irreversíveis nos ciclos ecossistêmicos e à criação de vulnerabilidades socioambientais (Jacobi, 2003). Nesse contexto, surgem questões como a reafirmação do paradigma social dominante, o aprofundamento e a naturalização da ideologia do consumismo em massa, e a exploração desenfreada dos recursos naturais em busca de lucro, contribuindo para a intensificação das desigualdades sociais e econômicas.

Indivíduos criados em meio a essa cultura de consumo em massa tendem a internalizar a ideia de que a posse é o caminho correto, se não o único, para uma vida plena (Bauman, 2001). Nesse sentido, a educação desempenha um papel fundamental ao promover o pensamento crítico, alertando sobre os perigos dessa mentalidade e capacitando as pessoas a resistirem à pressão social e a questionarem as normas estabelecidas. No entanto, muitas vezes, a ilusão de escolha é apenas isso - uma ilusão - e as decisões individuais são moldadas por influências externas, como a publicidade e os interesses de uma minoria privilegiada que controla a produção de bens de consumo (Bauman, 2001).

Portanto, é crucial desafiar essa mentalidade de consumo desenfreado e promover uma cultura de sustentabilidade que reconheça os limites dos recursos naturais e busque um equilíbrio entre as necessidades humanas e a preservação do meio ambiente. Isso requer uma mudança não apenas no comportamento individual, mas também na estrutura social e econômica que perpetua a exploração dos recursos naturais e a desigualdade.

É nesse contexto que a ética emerge como um possível guia para uma articulação com um ensino crítico visando a solução dos problemas ambientais atuais e incentivando uma mudança de paradigma em direção a uma sociedade mais equitativa e sustentável. Ao

adotarmos uma abordagem ética em nossas interações com a natureza, podemos construir um futuro onde a harmonia entre humanidade e meio ambiente seja alcançada (Mata; Cavalcanti, 2002).

Nas perspectivas educacionais para abordar as questões ambientais podemos destacar a área da Educação Ambiental como carro chefe. Pode-se considerar a Educação Ambiental como “[...] um processo de educação política, que possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades” (Philippi Jr.; Pelicioni, 2002, p. 3). Por meio dela, formam-se “[...] atitudes que se transformam, necessariamente, em práticas de cidadania, garantindo uma sociedade sustentável” (Philippi Jr.; Pelicioni, 2002, p. 3).

Deve-se salientar que não existe uma única forma de Educação Ambiental. De acordo com Layrargues e Lima (2014), três macrotendências da Educação Ambiental se destacam, a Conservacionista, a pragmática e a crítica. A Conservacionista e a Pragmática, se mantêm dentro de parâmetros que, em geral, não desafiam diretamente a estrutura social existente, focando em ações individuais (e as vezes institucionais) como fonte dos problemas ambientais. E a crítica, emerge como uma abordagem alternativa que busca questionar e analisar de forma mais profunda a estrutura socioeconômica vigente, apontando a mesma como causa dos problemas ambientais. Cada uma dessas macrotendências traz sua visão específica sobre como abordar as questões ambientais e como engajar as pessoas nesse processo (Barchi, 2009). Essa pluralidade de concepções rompe com a ideia de uma Educação Ambiental única e reflete a inclusão de diversos atores e vozes no campo.

Dessa forma, é possível alocar as tendências em duas correntes: a conservadora, que engloba a tendência Conservacionista e Pragmática e a Emancipatória (Loureiro, 2003). No eixo conservador da Educação Ambiental, as propostas de mudança estão centradas em alterações comportamentais individuais e institucionais. No entanto, essa abordagem pode ser considerada superficial, pois não questiona a relação entre a degradação ambiental e a estrutura da sociedade capitalista, incluindo seu modo de produção e reprodução da vida (Loureiro, 2003).

As mudanças propostas na abordagem conservadora estão relacionadas à implementação de programas de coleta seletiva de lixo em escolas, instituições públicas e empresas. Esses programas visam, por exemplo, incentivar os alunos e participantes a arrecadar a maior quantidade possível de lixo, sendo premiados por seus esforços (Loureiro, 2003). Geralmente são propostas ações que envolvem os princípios dos 3Rs: reduzir, reutilizar e reciclar (Loureiro, 2003).

Já o eixo emancipatório, traz uma visão ampla e crítica da relação entre degradação ambiental e sociedade capitalista (Loureiro, 2003). Nessa abordagem, busca-se uma transformação não apenas nas ações individuais, mas também nas estruturas sociais e no modo de vida das pessoas. A Educação Ambiental Emancipatória tem como objetivo acabar com a exploração e opressão dos grupos marginalizados, que sofrem com desigualdades sociais e problemas ambientais causados pelo sistema capitalista (Teixeira, 2003). Os profissionais de todas as áreas são incentivados a adotar uma postura reflexiva e a buscar práticas educacionais que promovam a transformação social e a luta contra a degradação socioambiental (Teixeira, 2003).

Além disso, as concepções de Educação Ambiental Emancipatória podem variar de acordo com os contextos sociais, culturais e políticos em que são aplicadas (Loureiro, 2007). Por exemplo, em áreas urbanas, pode focar em poluição e conservação de espaços verdes, enquanto em comunidades rurais, em práticas agrícolas sustentáveis, todavia, indo além de como conservar o meio ambiente ou mitigar os danos já causados, buscando uma reflexão crítica dos indivíduos para que eles compreendam como o determinado impacto ambiental ocorreu, qual a responsabilidade de suas ações nesse processo. O intuito é que seja possível, a partir dessa conscientização, prevenir a ocorrência de danos ambientais e práticas mais sustentáveis que venham a promover o desenvolvimento sustentável.

A Educação Ambiental Crítica, nesse contexto, se apresenta como um importante instrumento na atualidade porque, com o direcionamento que dá em relação ao trato do ser humano com o meio ambiente que o cerca, contribui para a construção da cidadania, garantindo a todos, tanto desta como de outras gerações, o uso e gozo dos recursos naturais, diferenciando-se das demais macrotendências por buscar a reflexão crítica dos indivíduos em relação à estrutura da sociedade capitalista e os danos ambientais (Rodrigues; Colesanti, 2008). Assim, abre espaço para o diálogo, a reflexão crítica e a construção de práticas educativas mais inclusivas e transformadoras, capazes de enfrentar os desafios ambientais contemporâneos de maneira mais eficaz (Rodrigues; Colesanti, 2008).

Diante do exposto, é necessário romper com a corrente conservadora de Educação Ambiental que busca formar uma consciência unívoca e total, considerando que pode ser opressiva e controladora. A tentativa de impor uma única visão de consciência ambiental pode levar a práticas brutais, como a marginalização ou perseguição de grupos ou indivíduos que têm perspectivas diferentes sobre questões ambientais e à homogeneização cultural e à perda da identidade e autonomia das comunidades locais (Barchi, 2009).



Com esse rompimento buscamos abrir espaço para a participação ativa dos sujeitos envolvidos na Educação Ambiental, valorizando suas experiências, conhecimentos e perspectivas individuais (Barchi, 2009). Esse enfoque permite que as ações educativas sejam mais contextualizadas e relevantes para as comunidades envolvidas, levando em conta suas necessidades e realidades específicas (Barchi, 2009). Como resultado, as soluções propostas tendem a ser mais eficazes e adaptadas ao contexto local, promovendo um engajamento mais significativo e duradouro por parte dos participantes.

No entanto, isso não significa que toda e qualquer ação seja legitimada. Pelo contrário, o reconhecimento da diversidade de perspectivas na Educação Ambiental não torna as vertentes desnecessárias, mas sim ressalta a importância de considerar que se trata de um tema com diferentes macrotendências, correntes e formas de interpretar o que é crítico para abordar questões ambientais complexas. Isso implica em reconhecer que não há uma única verdade ou solução para os problemas ambientais, mas sim uma multiplicidade de visões e possibilidades de ação (Barchi, 2009).

Neste estudo consideramos a Educação Ambiental Crítica na concepção de Paulo Freire, que traz a percepção de formação crítica, acreditando que o ser humano é inacabado, inconcluso, que se desenvolve a partir de sua relação com o mundo. De acordo com Freire (2003), o ser humano é um ser inacabado e em constante processo de construção, moldado pela relação com o mundo e com os outros. Essa consciência de inacabamento é o que nos torna educáveis, ou seja, capazes de ir além de nós mesmos, aprender e crescer. Através do diálogo, uma exigência fundamental da existência humana, nos relacionamos e nos comunicamos uns com os outros, compartilhando experiências, ideias e conhecimentos.

O diálogo é uma ferramenta poderosa que nos permite construir significados, questionar nossas próprias concepções, reconhecer a diversidade e buscar novas perspectivas. Por meio do diálogo, somos capazes de ampliar nossos horizontes, desenvolver empatia e compreender diferentes pontos de vista. Na educação, o diálogo desempenha um papel fundamental, pois proporciona um espaço de interação e troca de conhecimentos entre educadores e educandos. Ao invés de uma relação vertical de transmissão de informações, o diálogo estabelece uma relação horizontal de construção conjunta do conhecimento (Freire, 2003). Os educandos são encorajados a expressar suas ideias, fazer perguntas, desafiar conceitos pré-estabelecidos e participar ativamente do processo educativo.

A prática pedagógica proposta por Paulo Freire baseia-se na troca de experiências e em diálogos que partem da realidade dos alunos, visando ampliar sua visão e desenvolver um pensamento crítico. Freire (2003) criticava a rigidez do ensino tradicional, argumentando que

esse método não promovia uma Educação Emancipatória. Ele defendia que o adestramento não é equivalente à educação, pois as instituições escolares não deveriam formar indivíduos apenas capacitados para se adaptar às situações, mas sim indivíduos preparados para transformar a realidade em que estão inseridos.

A pedagogia Freireana, tanto na Educação em geral quanto na Educação Ambiental, tem como característica principal a relação entre o ser humano e o mundo (Dickmann; Carneiro, 2012). Essa abordagem valoriza as interações entre as pessoas, promovendo o diálogo como meio de estimular o aprendizado e busca estabelecer uma conexão entre o ser humano e a natureza, fomentando práticas que promovam uma relação harmoniosa entre os indivíduos e o ambiente natural.

Nesse âmbito, a ética das virtudes se insere como um elemento fundamental no processo de Educação Emancipatória. Andrade (2022) destaca a importância de direcionar o foco para o pleno desenvolvimento do ser humano como uma maneira significativa de promover mudanças nos valores, princípios, condutas, comportamentos e costumes. A autora ressalta a necessidade de uma abordagem ética que promova uma formação baseada em valores para as experiências humanas, visando sustentar uma vida fundamentada em princípios éticos e que os valores, a virtude, o caráter, a pessoa e a liberdade são elementos dinâmicos que influenciam a existência humana.

A concepção de ética das virtudes, desde Aristóteles até MacIntyre, é uma abordagem que transcende a busca pela excelência (*mesoté*) visando à consecução da felicidade (*eudaimonia*) (Sangali; Stefani, 2012). Essa perspectiva ressalta a comunidade como um ambiente propício para o desenvolvimento de virtudes, sendo um caminho para uma vida boa.

Freire (1979) valorizava a formação de indivíduos críticos e conscientes, acreditava que a educação não se limita apenas à transmissão de conhecimentos, mas também envolve o desenvolvimento moral e ético dos indivíduos. Nesse sentido, a ética se torna um componente essencial para a formação de cidadãos responsáveis e comprometidos com a transformação social. A partir disso, Freire (1979) enfatiza a importância de cultivar e praticar virtudes como a justiça, a solidariedade, a empatia, a honestidade e o respeito mútuo, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Parte-se do entendimento de que em algumas situações da vida, não é necessário que um professor de ética venha dizer às pessoas o que é certo ou errado (Freire, 1979). Ter consciência de que se deve respeitar a autonomia, dignidade e identidade do outro, ser coerente, leva as pessoas a desenvolverem virtudes e qualidades em si mesmas. O exercício do bom-senso traz benefícios e auxilia em momentos em que a ética é fundamental (Freire, 1979). É

importante realizar uma reflexão crítica sobre as ações individuais. Essa avaliação revela a necessidade de uma série de virtudes e qualidades.

De acordo com Freire (2016), as qualidades e virtudes são construídas por meio do esforço para reduzir a distância entre o discurso e a prática, sendo a coerência uma virtude indispensável nesse processo. Quando se fala em respeito à dignidade, é incoerente discriminar, ser arrogante ou irresponsável, bem como não cumprir os próprios deveres. Esses aspectos contribuem para a formação humana, que está intrinsecamente ligada à ética.

Neste estudo considera-se o conhecimento da Pedagogia da Autonomia e a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (2005; 2006) como base filosófica para interpretação e reflexão pessoal sobre os saberes propostos, de forma a servir de instrumento para proporcionar uma reflexão sobre a formação de pessoas virtuosas capazes de melhor se relacionar com o meio ambiente.

De acordo com Dickmann e Carneiro (2012), Freire defende uma visão integrada do ser humano com seu ambiente, indo além de uma visão dicotômica. Assim, fala-se em uma Educação Ambiental Freireana. A ideia é de uma educação centrada no sentimento de pertencimento ao mundo e na compreensão sistêmica-dinâmica do mesmo, promovendo uma consciência ecológica que busca alternativas sustentáveis. Envolve, ainda, a ideia de ser humano inacabado, que implica em uma educação permanente, possibilitando a conscientização e a transformação do mundo em um lugar mais humano (Dickmann; Carneiro, 2012). Nessa perspectiva, é possível dizer que a Educação Ambiental, então, deve valorizar a dimensão histórico-cultural e promover mudanças comportamentais individuais e sociais em direção a sociedades sustentáveis, através da construção da cidadania ambiental.

Dessa forma, é importante problematizar os conceitos de bom senso e ética na prática da Educação Ambiental Freireana, destacando sua complementaridade e a necessidade de uma educação libertadora e humanizadora<sup>1</sup> para crianças, jovens e adultos da escola pública. No campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), verifica-se uma modalidade de ensino destinada às pessoas que não tiveram acesso ou oportunidade de estudar na idade adequada nos Ensinos

---

<sup>1</sup> A educação libertadora e humanizadora pode ser entendida como aquela que busca emancipar os indivíduos, permitindo-lhes desenvolver uma consciência crítica, autonomia e capacidade de transformação social. Nessa abordagem, inspirada pelo pensamento de Paulo Freire (1994), a educação não é apenas um meio de transmitir conhecimento, mas sim um processo de libertação que valoriza a participação ativa dos educandos na construção do próprio saber. Ela se baseia na dialética e na práxis, promovendo o diálogo, o questionamento e a reflexão sobre as estruturas de poder e as injustiças sociais, com o objetivo de criar uma sociedade mais justa, solidária e humanizada. É entendida como humanizadora por considerar as experiências e a realidade de cada um, sem discriminações ou suposições sobre as diferentes experiências, entendendo que a promoção da autonomia do pensamento pedagógico baseada na dialética é o elemento humanizador do homem (Costa; Pavan, 2021).

Fundamental e Médio, envolvendo um público mais desafiador no processo de ensino e aprendizagem e na mudança de hábitos.

Paranhos e Shuvartz (2013) enfatizam a importância de considerar a história da relação entre sociedade e meio ambiente na EJA, visto que esses alunos frequentemente experimentaram mudanças ambientais ao longo de suas vidas, e examinar essas transformações pode ajudar a entender as razões para o desgaste dessa relação conflituosa. Além disso, essa abordagem pode estimular o desenvolvimento de novos valores e atitudes em relação às questões ambientais.

Compreender a realidade que leva aos conflitos entre ser humano e ambiente natural destaca a necessidade de promover a Educação Ambiental em todos os setores da sociedade. Este estudo foca especificamente nos alunos da EJA, pois, conforme destacado por Guimarães *et al.* (2008), por geralmente envolver alunos com baixa escolarização devido a evasão escolar e, na maioria das vezes, pertencem a classes sociais vulneráveis, expostas a preconceitos e desigualdades econômicas.

A partir disso este estudo é direcionado pelo seguinte questionamento: Como uma abordagem do ensino de ética a partir do ensino da Educação Ambiental Freireiana é relevante para o avanço no combate ao desequilíbrio ambiental na Educação de Jovens e Adultos (EJA)?

Nesse contexto, tem-se como objetivo geral analisar a relevância do ensino da ética a partir da Educação Ambiental Freireana para o avanço no combate ao desequilíbrio ambiental. E como objetivos específicos: relacionar a ética das virtudes à prática da Educação Ambiental Freireana; e analisar as possibilidades de uma proposta de Educação Ambiental Freireana para a formação de pessoas virtuosas voltada para a realidade do Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

A dissertação estrutura-se em cinco seções principais, iniciando com uma introdução que provavelmente apresenta o contexto geral do trabalho, sua relevância e os objetivos a serem alcançados. Na segunda seção, intitulada "Educação Ambiental Freireana", são abordados diferentes aspectos, como a crise ambiental e sua relação com a educação, perspectivas de desenvolvimento sustentável e as abordagens Conservacionista, Pragmática e crítica da Educação Ambiental. O foco se volta para a Educação Ambiental Freireana, destacando sua importância e articulando-a com o desenvolvimento sustentável.

A terceira seção, "Contextualizando a Ética das Virtudes", inicia-se explorando a ética em um contexto histórico, passando por correntes éticas como Utilitarismo e Deontologia Ética, até chegar à Ética das Virtudes. Além disso, discute-se a crise ambiental como uma crise ética, apresentando a ética das virtudes como um caminho possível para abordar essa crise.

A quarta seção, intitulada "O Ensino de Ética das Virtudes a Partir de uma Perspectiva Freireana no Combate à Crise Ambiental", explora o papel da escola na atualidade, conectando-o à resposta do pensamento freiriano. Destaca-se a importância do debate ético na formação das pessoas e sua contribuição para a Educação Ambiental, especialmente na relação entre Freire e a ética das virtudes. Além disso, analisa possíveis vínculos entre a Educação Ambiental Freireana e a ética das virtudes, visando o ensino e a preparação crítica para os desafios ambientais contemporâneos.

O Contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA)", apresenta uma contextualização dessa modalidade educacional, destacando sua implementação pelo Governo Federal, seus propósitos e desafios. Aborda também a influência das ideias e princípios de Paulo Freire no desenvolvimento da EJA, especialmente no que se refere à alfabetização e à abordagem crítica.

Finalmente, as "Considerações Finais" encerram a dissertação, provavelmente fazendo uma síntese dos principais pontos abordados nas seções anteriores e destacando as contribuições do trabalho para a compreensão da relação entre a Educação Ambiental Freireana e a ética das virtudes no contexto educacional. O documento encerra-se com a seção de "Referências", que lista as fontes utilizadas ao longo da dissertação.

## 2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL FREIREANA

Este capítulo mergulha no paradigma da Educação Ambiental Freireana dentro do contexto da crise ambiental contemporânea. Ele começa contextualizando a gravidade da crise ambiental a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável, enfatizando a necessidade urgente de ações transformadoras. A discussão então navega pela paisagem da Educação Ambiental no Brasil, explorando sua evolução por meio de perspectivas conservadoras, Pragmáticas e críticas dentro do quadro educacional.

Central a essa exploração é o surgimento da Educação Ambiental Freireana, que integra dimensões políticas e éticas para promover o desenvolvimento humano. Essa abordagem transcende as pedagogias tradicionais, não apenas transmitindo conhecimento ecológico, mas também nutrindo valores e conscientização necessários para ação sustentável. Através de uma lente interdisciplinar, este capítulo visa desvendar os fundamentos teóricos, abordagens metodológicas e implicações práticas da Educação Ambiental Freireana na abordagem dos desafios multifacetados apresentados pela crise ambiental.

### 2.1 A crise ambiental

Nas últimas décadas, tem-se presenciado um significativo crescimento dos movimentos em prol do meio ambiente e da preservação ambiental (Soares, 2011; Santos *et al.*, 2012; Borges; Leandro, 2019). Segundo Soares (2011), é graças ao aumento experimentado do interesse por questões ambientais, bem como em razão dos recentes avanços científicos e tecnológicos, tem-se atualmente maior conhecimento sobre os problemas ambientais do que no passado. Entretanto, segundo Santos *et al.* (2012), isso ainda não tem se mostrado suficiente para conter o processo de degradação ambiental que está em curso.

Essa insuficiência está relacionada ao que Ruscheinsky e Fortunato (2004) defendem quando afirmam que o modelo de desenvolvimento atual possui caráter excludente, desigual e esgotante dos recursos naturais. De acordo com os autores, esse modelo leva à produção de alarmantes níveis de poluição do solo, do ar e da água, destruindo a biodiversidade vegetal e animal, bem como ao esgotamento rápido das reservas minerais e dos demais recursos não renováveis em basicamente todas as regiões do planeta.

No Brasil, isso pode ser exemplificado ao considerarmos os dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), que mostram o desmatamento de 344km na Amazônia Legal em 2022, o que representou um aumento de 180% em relação ao ano de 2021 (Amorim *et al.* 2022).

Já no ano de 2023, os dados divulgados pelo SAD (Amorim *et al.*, 2023) demonstraram que entre agosto de 2022 e julho de 2023, o desmatamento da Amazônia Legal foi de 9.001 km<sup>2</sup>, o que representou uma redução de 22,3% em relação ao mesmo período no ano anterior. Entre janeiro e julho de 2023, o acumulado foi 42% menor que o registrado em 2022.

Paralelamente, o aumento do consumo das famílias brasileiras também tem sido uma preocupação crescente. De acordo com o Índice de Consumo das Famílias (ICF), após um período de declínio acentuado durante a pandemia, houve uma significativa recuperação nos últimos anos. Em 2019, o ICF estava em 94,4, mas caiu para 79,4 em 2020 e continuou a diminuir para 71,6 em 2021. No entanto, em 2022, o índice mostrou uma recuperação notável, com um crescimento de 11,1% em relação ao ano anterior. Essa tendência de aumento persistiu em 2023, com um aumento adicional de 2,4% de abril para maio daquele ano (ICF, 2023). Esse aumento do consumo pode ter impactos diretos no meio ambiente, contribuindo para a pressão sobre os recursos naturais e exacerbando os problemas ambientais já existentes, como um maior uso de recursos naturais, aumento da produção de resíduos e maior emissão de gases de efeito estufa, exacerbando os desafios ambientais globais.

De acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG, 2023), quase todas as áreas avaliadas apresentaram altas nas emissões entre 2021 e 2022. O setor de mudança do uso da terra foi o que mais impactou a alta nas emissões, mas outros setores também registraram aumentos significativos, como agropecuária (+3,8%), processos industriais e uso de produtos (+8,2%) e energia (+12,2%). Esse cenário evidencia a necessidade urgente de políticas sustentáveis que promovam o consumo consciente e reduzam o impacto ambiental, de forma a equilibrar a recuperação econômica com a proteção do meio ambiente.

Enfatiza-se, assim, a importância de uma reflexão acerca da relação entre o ser humano e o meio ambiente, entendendo que a Educação Ambiental Crítica pode ser o caminho mais efetivo para essa conscientização. Conforme mencionado por Boff (2015), vive-se atualmente em uma verdadeira crise social. Ao enfatizar a necessidade de considerar tanto os aspectos emocionais quanto racionais na construção da comunidade, não estamos pressupondo uma natureza humana essencialista, mas sim reconhecendo a complexidade e diversidade das experiências humanas. Portanto, ao enfrentar a crise social atual, é fundamental promover uma cultura que valorize tanto a razão quanto a emoção, criando espaços onde as pessoas possam se expressar livremente, se apoiar mutuamente e se responsabilizar pelo bem-estar coletivo.

Assim, é fundamental repensar a forma como nos relacionamos com a natureza, buscando soluções que promovam uma convivência sustentável. Diante da crise ecológica global, torna-se necessário que a Educação se baseie também em uma ética ambiental e construa

uma nova compreensão do ser humano, que seja responsável consigo mesmo, com a vida e com a história. Nessa perspectiva, é urgente promover uma educação para a cidadania socioambiental,<sup>2</sup> que seja considerada tanto um dever quanto um direito de todos os cidadãos, visando viver bem em sociedade e em harmonia com seus ambientes de vida.

Grun (2001) nos faz refletir sobre como nossas concepções e valores éticos influenciam nossa relação com o meio ambiente e como a visão mecanicista<sup>3</sup> e antropocêntrica<sup>4</sup> contribuiu para a crise que enfrentamos atualmente. O autor destaca aspectos histórico-epistemológicos relevantes que levaram à ruptura da concepção de natureza como orgânica, viva e animada, substituída por uma visão mecanicista e fragmentada, similar ao funcionamento de um relógio, dentre os quais cita-se:

- a) **A evolução do pensamento científico:** Grun (2001) aborda como as concepções sobre a natureza e a relação entre humanos e ambiente mudaram ao longo da história, desde as visões mitológicas e religiosas até a ascensão do pensamento científico moderno.
- b) **O papel da filosofia e da religião:** o autor examina como as filosofias e religiões moldaram as percepções da humanidade sobre a natureza, influenciando ideias sobre a dominação, proteção ou harmonia com o meio ambiente.
- c) **A Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo:** Grun (2001) analisa o impacto da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capitalismo na relação entre humanos e natureza, destacando a exploração dos recursos naturais em nome do lucro e os efeitos adversos sobre o meio ambiente.
- d) **As mudanças nas práticas agrícolas e na urbanização:** Grun (2001) discute como as mudanças nas práticas agrícolas e o crescimento das áreas urbanas alteraram significativamente a paisagem e os ecossistemas, gerando desafios ambientais e sociais.

Ao entender esses antecedentes, podemos buscar alternativas que promovam uma relação mais sustentável e harmônica com o meio ambiente. Nesse sentido, Grun (2001)

---

<sup>2</sup> De acordo com Miranda e Zaneti (2020, p. 14), a cidadania social, compreendida dentro dos limites de bem-estar social e de direitos - como o da previdência social - que asseguram as pessoas em momentos de vulnerabilidade.

<sup>3</sup> A visão mecanicista é uma abordagem que enxerga o mundo e os fenômenos naturais como máquinas ou sistemas mecânicos, onde cada parte opera de acordo com leis fixas e previsíveis (Grun, 2001). Essa perspectiva tende a simplificar a complexidade dos sistemas naturais, tratando-os como composições de peças intercambiáveis e isoladas umas das outras. Ela é frequentemente associada ao pensamento cartesiano, que busca compreender a natureza através da fragmentação e análise das partes componentes.

<sup>4</sup> A visão antropocêntrica é aquela centrada no ser humano, onde a humanidade é considerada o centro e medida de todas as coisas (Grun, 2001). Nessa perspectiva, o valor e a importância dos elementos naturais são determinados em relação à sua utilidade para os seres humanos. Isso pode levar a uma exploração excessiva dos recursos naturais, negligenciando os impactos negativos sobre os ecossistemas e outras espécies.



também examina o surgimento da consciência ambiental e do movimento ambientalista, destacando os esforços para promover a proteção e a preservação da natureza em face das ameaças ambientais crescentes.

Essas mudanças de paradigmas geraram a dicotomia entre natureza e cultura, bem como entre sujeito e objeto, fortalecendo o racionalismo moderno (Grun, 2001). A visão antropocêntrica, que coloca o ser humano como o centro e medida de todas as coisas, desempenha um papel significativo para desencadeamento da crise ecológica ou ambiental, isso porque ela legitima a exploração desenfreada dos recursos naturais, desconsiderando o valor intrínseco dos outros seres vivos e dos ecossistemas.

Essa perspectiva justifica práticas que priorizam o crescimento econômico e o conforto humano imediato, muitas vezes à custa da saúde ambiental e da sustentabilidade a longo prazo (Grun, 2001). A partir disso, Grun (2001) ressalta que essa crise não se limita apenas ao âmbito ambiental, mas é, na verdade, um sintoma da crise mais ampla da cultura ocidental, a crise social.

Portanto, é possível entender que a luta pela sustentabilidade ambiental é inseparável da luta por uma sociedade mais justa e equitativa, em que o indivíduo tenha consciência de que suas ações impactam diretamente o meio ambiente. Nesse sentido, entende-se que a crise ambiental e o desenvolvimento sustentável estão intimamente relacionados. A crise ambiental refere-se às sérias ameaças e desafios que o planeta enfrenta devido à degradação ambiental e ao esgotamento dos recursos naturais (Jacobi, 2003). Essa crise é impulsionada principalmente pelas atividades humanas, como a industrialização, a exploração intensiva de recursos, a poluição e as mudanças climáticas (Jacobi, 2003).

Por outro lado, o desenvolvimento sustentável busca encontrar soluções para conciliar o crescimento econômico, a equidade social e a preservação ambiental (Jacobi, 2003). A proposta é de uma abordagem que atende às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades, acreditando-se que a Educação Ambiental é um caminho viável para alcançar esse desenvolvimento sustentável, uma vez que propicia a conscientização e o entendimento crítico sobre a interdependência entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental.

De acordo com Jacobi (2003), a concepção de sustentabilidade envolve a necessidade de estabelecer limites ao crescimento e implementar iniciativas que considerem a participação ativa de parceiros sociais relevantes. Essas iniciativas devem ser apoiadas por práticas educacionais e por um processo de diálogo informado, que fortaleça o senso de corresponsabilidade e promova a adoção de valores éticos.

É fundamental reconhecer que uma política de desenvolvimento voltada para uma sociedade sustentável não pode negligenciar as dimensões culturais e as relações de poder existentes. Além disso, é necessário considerar os limites ecológicos, caso contrário, estaremos perpetuando um modelo predatório de desenvolvimento. A abordagem sustentável requer uma mudança profunda nos paradigmas dominantes, levando em conta a interdependência entre as dimensões ambientais, sociais e culturais. Somente assim poderemos avançar em direção a um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e duradouro.

## **2.2 Da perspectiva do desenvolvimento sustentável**

O conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, com pelo menos duas correntes alimentando o processo (Meadows *et al.*, 2012). Uma primeira, focada no trabalho do Clube de Roma, reúne suas ideias, publicadas sob o título Limites de Crescimento, em 1972, segundo as quais, para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, propõe-se congelar o crescimento da população e capital global, mostrando a realidade de recursos limitados e indicando uma forte propensão ao controle demográfico (Meadows *et al.*, 2012).

A segunda está ligada às críticas ambientais ao modo de vida contemporâneo e se espalhou desde a Conferência de Estocolmo de 1972 (Jacobi, 2017). Pressupõe a existência de sustentabilidade social, econômica e ecológica (Jacobi, 2017). Essas dimensões explicitam a necessidade de melhorar os padrões de vida e a qualidade de vida compatíveis com a proteção ambiental. Foi criado para responder à necessidade de harmonizar processos ambientais com processos socioeconômicos, com vistas a favorecer as necessidades humanas presentes e futuras (Jacobi, 2017).

A principal virtude dessa abordagem é que, além da incorporação definitiva dos aspectos ecológicos no campo teórico, ela sublinha a necessidade de reverter a tendência autodestrutiva dos processos de desenvolvimento em seus abusos contra a natureza (Jacobi, 2017). Entre as transformações globais das duas últimas décadas, as relacionadas à degradação ambiental e à crescente desigualdade entre regiões desempenham um papel importante no fortalecimento da adoção de esquemas complementares<sup>5</sup> (Jacobi, 2017). Portanto, por um lado, são articulados os

---

<sup>5</sup> Trata-se de estratégias ou abordagens complementares que são adotadas em resposta às transformações globais, como a degradação ambiental e a crescente desigualdade entre regiões (Jacobi, 2017). Esses esquemas complementares são mecanismos ou sistemas adicionais que são implementados para lidar com os desafios e consequências dessas transformações. Eles podem incluir políticas, programas, projetos ou iniciativas que visam mitigar os impactos ambientais e reduzir a desigualdade, oferecendo soluções complementares ou alternativas aos

impactos da crise econômica dos anos 1980 e a necessidade de repensar os paradigmas existentes; por outro, o alarme dado pelos fenômenos do aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, entre outros problemas (Jacobi, 2017).

Salienta-se que a crise econômica da década de 1980 teve um impacto significativo no contexto da crise ambiental. Nesse contexto, muitos países adotaram políticas de desenvolvimento voltadas para a exploração intensiva de recursos naturais e o aumento da produção industrial, sem considerar adequadamente os impactos ambientais associados (Jacobi, 2017).

Essas políticas de crescimento econômico acelerado muitas vezes resultaram em um aumento na exploração de recursos naturais, como desmatamento, poluição do ar e da água, degradação do solo e perda de biodiversidade. Além disso, o crescimento industrial acelerado contribuiu para a emissão de gases de efeito estufa e o agravamento das mudanças climáticas (Jacobi, 2017).

No Brasil, essa crise econômica, que afetou várias partes do mundo, teve origem em uma série de fatores, como a elevada inflação, o aumento da dívida externa brasileira, a instabilidade financeira e a recessão global. Uma das consequências dessa crise econômica foi a busca por soluções para reativar as economias e impulsionar o crescimento (Jacobi, 2017).

Desde 1987, a publicação do Relatório Brundtland, intitulado "Nosso futuro comum" (ONU, 1988), apoiava a ideia de desenvolvimento sustentável radical, indicando um ponto de virada no debate sobre os impactos do desenvolvimento (ONU, 1988). Além de fortalecer as relações necessárias entre economia, tecnologia, sociedade e política, chama a atenção também para a necessidade de fortalecer uma nova posição ética em relação à conservação ambiental, caracterizada pelo desafio da responsabilidade entre gerações e entre membros da sociedade dos nossos tempos (ONU, 1988).

Essa abordagem busca enfrentar a crise ambiental, econômica e social existente, reconhecendo a interconexão desses problemas, estando mais vinculada à concepção estabelecida na Declaração de Estocolmo (1972). O desenvolvimento sustentável radical transcende a simples atenção superficial às questões ambientais e sociais, buscando soluções mais abrangentes e transformadoras. Embora ainda prevaleça como uma ideia com grande influência intelectual e força de impacto, a implementação dessa abordagem muitas vezes ocorre por meio de discursos e práticas atomizadas, ou seja, ações fragmentadas em diferentes contextos.

---

métodos tradicionais. Esses esquemas complementares podem ser adotados tanto em nível local quanto global, buscando abordagens mais abrangentes e integradas para lidar com os problemas socioambientais.

O desenvolvimento sustentável só pode ser entendido como um processo no qual, por um lado, as restrições mais importantes estão relacionadas à exploração de recursos, à orientação do desenvolvimento tecnológico e à estrutura institucional (Jacobi, 2003). Por outro lado, o crescimento deve enfatizar os aspectos qualitativos, em particular os relacionados à equidade, o uso de recursos - em particular energia e água - e a geração de resíduos e contaminantes (Jacobi, 2003).

Além disso, a ênfase no desenvolvimento deve ser focada na superação de déficits sociais, necessidades básicas e mudanças nos padrões de consumo, especialmente nos países desenvolvidos, a fim de manter e aumentar os recursos básicos, especialmente a agricultura, energia, biologia, minerais, ar e água (Jacobi, 2003). Pode-se dizer que as causas das atividades ecologicamente predatórias são atribuídas a instituições sociais, sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade na economia (Jacobi, 2007).

### **2.3 A Educação Ambiental nas perspectivas Conservacionista, Pragmática e Crítica no contexto educacional brasileiro**

Em um contexto histórico, as discussões sobre os problemas ambientais se intensificaram na Conferência de Estocolmo, ocorrida na Suécia (1972), configurando-se como a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em que a principal questão discutida estava na conscientização dos cidadãos sobre a problemática ambiental. As discussões fomentavam caminhos na formação de uma sociedade que despertasse a compreensão crítica e cidadã em relação aos problemas ambientais e, destacou-se, também, uma educação voltada para a reflexão das práticas e prevenção individual, como também no coletivo (UNESCO, 1976).

É de consenso geral que a UNESCO/PNUMA produziu a primeira declaração sobre Educação Ambiental em Belgrado em 1975 (Palmer, 1998). O breve conjunto abrangente de objetivos (UNESCO, 1975) são resumidos da seguinte forma: (a) promover uma conscientização e preocupação clara sobre questões econômicas, sociais, políticas e ecológicas e interdependência em áreas urbanas e rurais; (b) fornecer a cada pessoa oportunidades para adquirir conhecimentos, valores, atitudes, comprometimento e habilidades necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente; e (c) criar novos padrões de comportamento de indivíduos, grupos e sociedade como um todo em relação ao meio ambiente.

Seguidamente foi realizada a Conferência Intergovernamental de Tbilisi em 1977, com a participação da UNESCO, da ONU e da antiga União Soviética, nela saíram importantes

aportes nas definições, objetivos, princípios e as estratégias para a Educação Ambiental no mundo. Sato (2002), expressou que a conferência constituiu:

Um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida (Sato, 2002, p. 23-24).

A Carta de Belgrado foi ratificada em 1977 como a Declaração de Tbilisi (UNESCO/UNEP,1978) e lançou as bases para o trabalho subsequente em Educação Ambiental. A Carta também sugeriu que ameaças ao meio ambiente podem ser abordados através de pesquisas científicas e avanços tecnológicos.

Neste ínterim, a Educação Ambiental começou a ser considerada como uma estratégia para a integração entre a humanidade e o meio ambiente. Conforme explanado por Dias (2003) em 1977, na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi endossou-se a rogação concernente à demanda da Educação Ambiental como paradigma no que se refere à ética,<sup>6</sup> envolvendo o homem e o meio ambiente.

A Educação Ambiental é a dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade (Dias, 2003, p.98).

Já o olhar da UNESCO sobre esse contexto, ressalta a Educação Ambiental enfatizando que:

É um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987).

A educação que utiliza as descobertas da ciência e da tecnologia deve desempenhar um papel de liderança na conscientização e uma melhor compreensão dos problemas ambientais.

---

<sup>6</sup> Essa visão da Educação Ambiental como um paradigma ético fundamenta-se no valor universal que é a vida. A partir da Educação Ambiental é possível promover uma reflexão sobre as responsabilidades éticas e morais dos indivíduos em relação à natureza e ao planeta. Essa abordagem reconhece a interdependência entre todas as formas de vida e enfatiza a importância de respeitar e proteger o meio ambiente para o bem-estar das gerações presentes e futuras.

Aqui começamos a ver o acoplamento da Educação Ambiental e científica. Em 1987, foi publicado um estudo intitulado *Our Future Common*, mais conhecido como Relatório de Brundtland (Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento - WCED, 1987). A ideia de desenvolvimento sustentável foi introduzida e definida como “Desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender às suas próprias necessidades” (WCED, 1987 p. 54).

Assim, a compreensão da Educação Ambiental evoluiu ao longo dos anos, gerando várias definições à medida que se reconhecia sua complexidade e abrangência. Layrargues e Lima (2014) salientam a necessidade de descartar a noção equivocada de uma Educação Ambiental homogênea, pois ela representa um campo vasto e diversificado. No Brasil, esse campo foi estabelecido nas décadas de 1970 e 1980, e sua configuração ao longo dos anos subsequentes foi moldada pelo contexto histórico (Lima, 2009).

A própria Constituição Federal do Brasil de 1988, em sua abordagem inicial, tratou a Educação Ambiental dentro de uma concepção mais conservadora. Esta perspectiva inicial muitas vezes se limita a uma visão simplificada, focando em aspectos superficiais de conscientização e preservação, sem necessariamente abordar as causas estruturais dos problemas ambientais.

Segundo a Constituição Federal Brasileira, a Educação Ambiental é considerada um componente essencial e inseparável da educação nacional, sendo incumbência do poder público desenvolver políticas que incorporem essa dimensão ambiental. Garantir o acesso de toda a população a esse conjunto educacional é um direito fundamental, promovendo o engajamento social na conservação, recuperação e aprimoramento do meio ambiente. Esses princípios encontram respaldo no artigo 225 da Constituição, que assegura a todos o direito a um ambiente equilibrado e saudável (Brasil, 1988).

No ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, acontece a segunda maior conferência de renome internacional: A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). A partir dessa Conferência alguns documentos são estabelecidos como norte para a Educação Ambiental: a) A Carta Brasileira, que teve como pressuposto, a exigência de compromisso de esfera federal, estadual e municipal para a Educação Ambiental em todos os níveis de Ensino b) A Agenda 21, que teve como objetivo principal o uso equilibrado dos recursos naturais e a preservação dos recursos naturais e c) o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global com a finalidade de exigência por parte da sociedade civil um delineamento mais congruente de desenvolvimento (EFFTING, 2007).

A Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro (1992), resultou na Agenda 21, que serviu de ação programa para as nações alcançarem o desenvolvimento sustentável. Mais recentemente, os Estados Unidos / Nações Unidas (UNESCO, 2005) declarou 2005-2014 como a Década da Educação para Desenvolvimento sustentável. Tais cartas e relatórios apontam para um compromisso com os direitos humanos; um compromisso com a justiça social e econômica para todos; uma obrigação intergeracional da responsabilidade, proteção e restauração da vida em toda a sua diversidade; e um compromisso de construir uma cultura de tolerância e paz, local e globalmente. Conseqüentemente, muitos programas, políticas e estruturas surgiram em todo o mundo em um esforço para entender, desenvolver e implementar Educação Ambiental (Philippi Jr. e Pelicioni, 2002).

Em termos de legislação brasileira, a Lei nº 9.795/1999 é a norma legal responsável por dispor acerca da educação ambiental no país. Em seu âmbito, a referida lei instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Brasil, 1999). Segundo Philippi Jr. e Pelicioni (2002), uma grande contribuição desta lei foi a inclusão, em seu texto, especificamente em seu artigo 1º, de um conceito para Educação Ambiental, estando este assim delimitado:

Art. 1º [...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

É possível dizer que a PNEA trouxe diretrizes para o entendimento da Educação Ambiental como aquela voltada para a conscientização pública sobre questões ambientais, a promoção da compreensão da complexidade dos problemas, a estimulação do pensamento crítico e a participação ativa na preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, garantindo a sustentabilidade socioambiental.

Dispõe, ainda, a referida lei, em seu artigo 2º, sobre se considerar a Educação Ambiental como um componente permanente e essencial da educação nacional, que deve estar presente, de forma articulada, em todas as modalidades e níveis do processo educativo, em caráter não-formal e formal (Brasil, 1999). A formal é aquela realizada dentro das instituições escolares, seguindo diretrizes curriculares e a educação não formal refere-se a atividades e práticas educativas direcionadas para sensibilizar a sociedade sobre questões ambientais e promover sua organização e participação na preservação do meio ambiente (Brasil, 1999, art. 13).

Importante mencionar que a aprendizagem não formal também é intencional, e diferente da formal por normalmente ser fornecida fora de ambientes formais (por exemplo, escola,

universidade) (Beck; Gunzel, 2017). Outras maneiras úteis de pensar sobre a aprendizagem e o espaço de que ela precisa incluem a aprendizagem incidental, que reconhece o valor das oportunidades inesperadas e do espaço conectivo e intermediário da aprendizagem (Beck; Gunzel, 2017). Essa forma articulada de se trabalhar a Educação Ambiental, com base na educação formal e informal, pode ser verificada nos artigos 4º e 5º, que estabelecem os princípios básicos e os objetivos fundamentais da Educação Ambiental, respectivamente, sendo estes os seguintes:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (Brasil, 1999).

Para Philippi Jr. e Pelicioni (2002), a Educação Ambiental contribui para o desenvolvimento de comportamentos e valores voltados à compreensão da relação que se estabelece entre o ser humano e o meio ambiente que o rodeia, contribuindo, com isso, para proporcionar maior conscientização acerca da necessidade de preservação do meio ambiente



para uso pelas presentes e futuras gerações. Também assim entende Dias (2009), ao sustentar a pertinência da Educação Ambiental como um instrumento para conscientizar acerca do caráter intergeracional que é dotado o direito ao uso e gozo de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Dessa forma, a Educação Ambiental busca não apenas transmitir informações, mas também desenvolver habilidades, atitudes e valores que incentivem ações positivas em relação ao meio ambiente (Lipai; Layrargues; Pedro, 2007). Isso pode ser feito por meio de programas educacionais, projetos comunitários, atividades práticas e iniciativas de engajamento cívico.

Nesse sentido, Amado (2016) compreende a Lei nº 9.795/1999 como relevante norma legal para a proteção e preservação do meio ambiente, à medida que colabora para a disseminação da consciência ecológica por meio da inserção que promove a Educação Ambiental na educação nacional. A Constituição Nacional, ao tratar a Educação Ambiental, reflete uma compreensão inicial que pode ser considerada conservadora, e a Lei nº 9.795/1999, embora represente um avanço, ainda pode ser vista como parte desse contexto. Dessa forma, é imperativo reconhecer a necessidade de ultrapassar as limitações dessa abordagem inicial.

Layrargues e Lima (2014) identificam três macrotendências que atravessam a Educação Ambiental no Brasil. Duas delas, denominadas Conservacionista e Pragmática, mantêm-se dentro de parâmetros que não necessariamente questionam a estrutura social existente. Por outro lado, a terceira tendência, conhecida como Crítica, representa uma abordagem alternativa, que busca justamente questionar e analisar a estrutura socioeconômica vigente.

A corrente Conservacionista na Educação Ambiental está intimamente ligada aos princípios da Ecologia, enfatizando o cultivo do afeto e apego pela natureza, com a expectativa de induzir mudanças comportamentais nos indivíduos (Sauvé, 2005). No entanto, esta abordagem tende a negligenciar as dimensões sociais, políticas e culturais dos problemas ambientais, concentrando-se principalmente em temas como biodiversidade, Unidades de Conservação (UCs), biomas e ecoturismo, entre outros.

Essa tendência remonta aos estágios iniciais da Educação Ambiental, caracterizando-se como tecnicista e desvinculada de posicionamentos políticos, refletindo, em parte, o contexto do regime militar que prevalecia no Brasil naquela época (1964-1985) (Layrargues; Lima, 2014). Esta vertente enfatiza a importância da conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, promovendo a ideia de que é crucial proteger ecossistemas, espécies e habitats ameaçados para garantir um equilíbrio ambiental sustentável para as gerações futuras.

Ao contrário da abordagem Conservacionista, a abordagem Pragmática não se restringe apenas aos aspectos biológicos, mas também se preocupa com questões mercadológicas e

tecnológicas. Esta macrotendência se alinha à estrutura social existente, evitando confrontos diretos com essa estrutura e focando principalmente na otimização de processos em vez de questioná-los profundamente (Layrargues; Lima, 2014).

Esta tendência concentra-se na aplicação prática dos conhecimentos e na resolução de problemas ambientais reais. Ela destaca a importância de estratégias realistas e viáveis, como a gestão sustentável dos recursos, a reciclagem, a redução do consumo e o uso de energias renováveis (Layrargues; Lima, 2014).

A abordagem Pragmática da Educação Ambiental, conforme descrita, é criticada por sua ênfase excessiva nas práticas educativas conteudistas, que tendem a ser ahistóricas, apolíticas, instrumentais e normativas (Fernandes; Kataoka; Suriani-Affonso, 2021). Essa perspectiva, muitas vezes, adota uma visão tecnicista, buscando soluções para os problemas ambientais principalmente através do alinhamento do desenvolvimento econômico com o manejo sustentável dos recursos naturais (Fernandes; Kataoka; Suriani-Affonso, 2021).

De acordo com Reigota (2007), a abordagem Pragmática corre o risco de se tornar uma extensão do modelo Conservacionista, especialmente quando é influenciada pela ótica do mercado. Ao colocar o consumo como horizonte a ser alcançado pela sociedade, ela tende a se alinhar com os princípios capitalistas do pós-guerra fria, tratando a natureza como um recurso a ser explorado pelo ser humano, embora com a preocupação de não esgotá-lo completamente, sob o risco de comprometer a própria sobrevivência da humanidade.

Um dos principais problemas da abordagem Pragmática é a sua omissão dos processos de desigualdade e injustiça social. Ao se concentrar principalmente nas soluções técnicas e normativas para os problemas ambientais, ela muitas vezes negligencia as questões estruturais que subjazem a degradação ambiental, como as disparidades socioeconômicas e as injustiças ambientais. Isso resulta em uma abordagem superficial e incompleta da Educação Ambiental, que não aborda efetivamente as causas fundamentais dos problemas ambientais (Ribeiro; Cavalcante; Sollero, 2021).

Portanto, uma crítica fundamental à Educação Ambiental Pragmática é sua incapacidade de lidar adequadamente com as complexidades e interconexões entre questões ambientais, sociais, econômicas e políticas. Em vez de promover uma transformação genuína na relação entre sociedade e ambiente, ela corre o risco de perpetuar e legitimar estruturas de poder existentes, mantendo assim o *status quo* em vez de buscar mudanças significativas e sustentáveis (Amabis *et al.*, 2020).

A tendência Crítica se origina das mudanças históricas e sociopolíticas durante a redemocratização brasileira, sendo influenciada pelos movimentos sociais dos anos 80-90

(Layrargues; Lima, 2014). Essas mudanças incluem a ampliação do debate ambiental e a aproximação entre os movimentos sociais e ambientalistas. Esta corrente representa a aplicação dos princípios democráticos e emancipatórios do pensamento crítico na educação. Se opõe ao conservadorismo das tendências anteriores, as quais são condescendentes com o neoliberalismo (Layrargues; Lima, 2014).

O diferencial da abordagem crítica é seu foco na problematização e politização das questões ambientais, indo além dos aspectos biológicos ou da simples melhoria da eficiência ambiental (Layrargues; Lima, 2014). Essa vertente busca o enfrentamento político das desigualdades e injustiças socioambientais. Destaca-se por abordar a complexidade das questões ambientais, rejeitando o reducionismo das ações individuais em prol de um bem comum (Layrargues; Lima, 2014).

A abordagem crítica da Educação Ambiental destaca-se por sua preocupação em promover o debate e o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, buscando redefinir objetos de estudo e saberes (Layrargues; Lima, 2014). Diante dos desafios impostos pela sociedade atual, essa abordagem propõe a construção de um novo modelo de sociedade, caracterizado pela ecologia equilibrada, diversidade cultural, justiça social e participação política ativa (Layrargues; Lima, 2014).

Autores como Layrargues (2006) e Guimarães (2004) enfatizam a necessidade de ressignificar a Educação Ambiental como "crítica", com o objetivo de contribuir efetivamente para a transformação da realidade socioambiental. Nesse sentido, a Educação Ambiental Crítica é concebida como um processo pedagógico que busca compreender a complexidade da sociedade atual e promover ideias e práticas coletivas capazes de estruturar um novo modelo de sociedade, levando em consideração a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente.

Essa abordagem crítica também se relaciona com os conceitos de Sauvé (2005), que introduz a ideia de que os problemas ambientais são, essencialmente, decorrentes de questões sociais e dos jogos de interesse e poder. Para Sauvé (2005), o ser humano não pode ser considerado externo ao meio ambiente, sendo parte integrante de um sistema complexo. Assim, a Educa o Ambiental Crítica propõe uma reflexão sobre o papel da humanidade nas questões socioambientais, promovendo um pensamento sist mico que considera o passado, o presente e o futuro nas tomadas de decisão.

Além disso, a abordagem crítica enfatiza a importância da transforma o social e da justiça social como elementos essenciais para alcançar um pensamento emancipatório e transformador. Nesse contexto, as dimensões política e social da educa o e da vida humana

são fundamentais para a compreensão da relação entre os indivíduos, seus valores, crenças e subjetividades, conforme destacado por Layrargues e Lima (2014). Assim, a Educação Ambiental Crítica busca não apenas entender as questões ambientais, mas também promover a conscientização e a ação coletiva para enfrentar os desafios socioambientais de forma integral e inclusiva.

Essa linha compreende que as questões ambientais emergentes têm diversas facetas de poder e dominação. Para construir um conhecimento transformador, ela contesta o reducionismo como premissa, reconhecendo a necessidade de uma abordagem holística e multifacetada (Sauvé, 2005). Dessa forma, esta perspectiva visa analisar criticamente as questões ambientais, questionando as estruturas sociais, políticas e econômicas que contribuem para os problemas ambientais, buscando criar um senso de responsabilidade coletiva e promover a conscientização sobre como as decisões individuais e coletivas impactam o meio ambiente. Lembra-se que a Educação Ambiental Crítica é uma abordagem polivalente que incorpora diversas correntes teóricas e práticas, sendo a perspectiva freiriana uma delas.

As diretrizes atuais para a Educação Ambiental, segundo Layrargues e Lima (2014), refletem elementos tanto da tendência Conservacionista quanto da Pragmática. Este direcionamento enfatiza a conservação da biodiversidade através da sensibilização, mas também busca fortalecer e capacitar a população por meio da Educação Ambiental, característica da tendência crítica. Isso evidencia a presença de duas das três orientações político-pedagógicas na prática da Educação Ambiental no Brasil.

Porém, Layrargues e Lima (2014) compartilham a ideia de que a tendência crítica está em expansão e pode ser dominante, principalmente entre atores influentes como professores, educadores, pesquisadores e técnicos, que compõem o 'núcleo orientador'. No entanto, ainda há considerável influência da abordagem Pragmática, conforme apontado por esses autores.

No entanto, mesmo diante dessa dualidade de abordagens, é importante reconhecer que estamos vivendo em uma era em que a informação desempenha um papel cada vez mais relevante. Com o advento do ciberespaço, da multimídia e da internet, a educação para a cidadania ganha uma nova dimensão, representando a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as várias formas de participação na defesa da qualidade de vida (Amado, 2016).

Deve-se enfatizar que a Educação Ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a corresponsabilidade das pessoas se torna um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável. É essa função

transformadora que é defendida na Educação Ambiental Freireana, conforme aborda-se na seção a seguir.

#### **2.4 Educação Ambiental Freireana, articulando política e ética para a formação humana**

A abordagem freireana nos convida a refletir sobre a importância de incorporar a realidade concreta dos alunos no processo educacional, promovendo uma educação que seja relevante, significativa e transformadora. Nessa perspectiva, a educação é vista como uma prática libertadora, que promove o resgate da humanização e a valorização das relações dialógicas. Analisar o cotidiano escolar, a forma como os educadores se relaciona com os educandos, os fundamentos didático-pedagógicos do trabalho docente, são elementos necessários para a investigação sobre a educação voltada para a construção da autonomia discente.

Paulo Freire, educador brasileiro reconhecido por seu trabalho na educação crítica e libertadora, é reconhecido até hoje por suas inúmeras contribuições à educação, sobretudo na área da educação popular. Suas obras provocaram e continuam provocando grandes debates e reflexões em diversos campos. Para ele, a educação é o meio pelo qual se promove a transformação do indivíduo. Essa transformação significa capacitar o educando a ser o “verdadeiro protagonista da construção” do seu próprio conhecimento (Oliveira, 2008).

Dickmann e Stanqueviski (2019) enfatizam que a pedagogia freiriana tem como objetivo resgatar a verdadeira vocação ontológica do ser humano: a humanização. Esse processo de humanização se desenvolve no contexto do diálogo entre os indivíduos e seus saberes sobre o mundo. O diálogo é entendido como um encontro genuíno e uma construção coletiva, onde os indivíduos compartilham conhecimentos, experiências e reflexões de forma mútua e respeitosa. Nesse processo dialógico, a humildade e a fé desempenham papéis essenciais.

Ao referenciar Paulo Freire, encontramos a afirmação de um dos saberes indispensáveis: o ensino demanda a convicção de que a mudança é possível (Marcomim; Mendonla; Mazzuco, 2008). Essa convicção é fundamental para desafiar e transformar a percepção arraigada e limitada do ser humano em relação ao mundo, permitindo a esperança de um futuro mais sustentável e consciente (Marcomim; Mendonla; Mazzuco, 2008, p. 74).

Sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente,

interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrência. Não sou apenas o objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência. (Freire, 2008, p. 76-77).

A Educação não ocorre fora da vida, tampouco se restringe apenas ao pensamento das pessoas. Ela se desdobra ao longo de nossas experiências. Isso se aplica também à Educação Ambiental. Para que essa modalidade educativa seja efetiva, é essencial fundamentá-la em um ciclo de "ação-reflexão-ação" (Freire, 2008). Não é suficiente apenas agir imitando modelos pré-estabelecidos, assim como não faz sentido apenas refletir sobre problemas ambientais sem se envolver na busca por alternativas (Freire, 2008).

Segundo Paulo Freire, a prática educativa vai além da interpretação textual e do ensino de conteúdo. Reigota (1999), influenciado por Freire, destaca a necessidade de criar espaços que acolham a diversidade de ideias, sentimentos e vivências. Para ele, a Educação Ambiental não se restringe apenas aos métodos convencionais de ensino e aprendizagem. Em suas palavras: “a Educação Ambiental não se resume à mera transmissão de técnicas ou conteúdos formais, já que as disciplinas dos currículos escolares abarcam esses aspectos em diferentes níveis de ensino” (Reigota, 1995, p. 23).

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público, para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente dos centros urbanos? (Freire, 2008a, p. 30).

Paulo Freire, como educador político, não considerava os problemas ambientais como questões isoladas. Ele via as questões ecológicas de forma ampla, envolvendo aspectos políticos, econômicos e sociais, ou seja, todas as dimensões das relações humanas (Vasconcelos, 2011).

Assim como na educação em geral, suas contribuições têm um papel fundamental na Educação Ambiental. Através de sua práxis centrada no diálogo, Freire (2008a) oferece diretrizes cruciais para integrar a Educação Ambiental em todos os aspectos da sociedade, dentre as quais cita-se:

- a) **Diálogo e participação:** Freire (2008a) enfatiza a importância do diálogo como uma prática educativa fundamental, onde todas as vozes são ouvidas e respeitadas. Na Educação Ambiental, isso significa envolver todas as partes interessadas - comunidades locais, cientistas, governos, empresas, entre outros - na tomada de decisões e na busca por soluções para os problemas ambientais.
- b) **Conscientização crítica:** Freire (2008a) defende a conscientização crítica como um processo pelo qual os indivíduos se tornam conscientes das estruturas de poder e das injustiças sociais que contribuem para os problemas ambientais. Isso implica em analisar criticamente as relações entre sociedade e meio ambiente, questionar as práticas predatórias e buscar alternativas mais sustentáveis.
- c) **Empoderamento e ação transformadora:** Freire (2008a) acredita que a educação deve capacitar as pessoas a agir de forma transformadora em suas realidades. Na Educação Ambiental, isso significa capacitar as comunidades a identificar e enfrentar os desafios ambientais locais, promovendo ações coletivas para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.
- d) **Interdisciplinaridade e contextualização:** Freire (2008a) defende uma abordagem interdisciplinar e contextualizada da educação, que reconheça a complexidade e a interconexão entre diferentes aspectos da realidade. Na Educação Ambiental, isso implica em integrar conhecimentos de diversas áreas - como ciências naturais, ciências sociais, economia, cultura e política - para uma compreensão mais abrangente dos problemas ambientais e das possíveis soluções.

Essas diretrizes têm como objetivo não apenas promover a conscientização ambiental, mas também capacitar os indivíduos e as comunidades a se tornarem agentes de mudança em direção a uma sociedade mais justa e sustentável. As ideias de Paulo Freire enfatizam a construção coletiva do conhecimento, destacando a importância da autonomia e da participação ativa dos educadores e educandos nesse processo. A valorização dos saberes populares e a interação entre diferentes formas de conhecimento são fundamentais para essa construção contínua e dinâmica do saber, permitindo que sejam constantemente revisados, reconstruídos e adaptados às realidades e contextos específicos.

Araújo Freire (2003) apresenta algumas das ideias e preocupações de Paulo Freire nos últimos anos de sua vida. Segundo a autora, uma das preocupações centrais de Paulo Freire estava relacionada às questões ambientais, por meio de sua leitura de mundo abrangente e profunda, oferecendo possibilidades para refletirmos sobre a Educação Ambiental, utilizando

como base a sua teoria do conhecimento. Essa abordagem permitiu uma análise mais ampla e crítica das interações entre educação, sociedade e meio ambiente.

Paulo Freire proporciona ferramentas para refletir sobre "o ético, o político e o pedagógico no processo de ensino-aprendizagem". Em um texto sobre as memórias de Paulo Freire, Araújo Freire (2003) destaca:

Apenas uma educação orientada por educadores e educadoras com competência, bom senso e sensibilidade, embasada em princípios ético-políticos e comprometida com um humanismo genuíno, é capaz de formar indivíduos capazes de restabelecer o equilíbrio essencial entre as pessoas e a natureza. Esse é o caminho para construir uma sociedade democrática e sustentável, para todos e todas do nosso planeta (Araújo Freire, 2003, p.15).

A autora argumenta que a práxis de Paulo Freire oferece contribuições significativas e propostas valiosas para aqueles que têm uma preocupação genuína com as questões ambientais. Ela destaca que essa ação, essencialmente necessária, precisa ser compreendida em sua totalidade, considerando todos os aspectos envolvidos. Freire oferece uma visão holística e integrada que pode ser aplicada de maneira relevante e profunda no enfrentamento dos desafios ambientais.

Nesse sentido, a abordagem que se costuma chamar de Educação Ambiental Freireana se fundamenta na conscientização, a reflexão crítica e a ação transformadora como pilares para a emancipação individual e coletiva (Paulo, 2018). Em termos ambientais, a Educação Ambiental Freireana propõe uma abordagem holística, indo além da simples transmissão de informações sobre questões ambientais (Dickmann; Carneiro, 2021). Ela busca compreender as interconexões entre os problemas ambientais, sociais, políticos e econômicos, visando à transformação dessas realidades por meio da conscientização e ação coletiva (Dickmann; Carneiro, 2021).

Embora nunca tenha abordado diretamente a Educação Ambiental ou Ecológica, Araújo Freire (2003) confirma que Paulo Freire nunca deixou de considerar e expressar sua importância. Na concepção freireana, de acordo com Dickmann e Ruppenthal (2017), a Educação Ambiental é fundamental para promover a consciência de aprendizado contínuo e de reconhecimento da nossa capacidade de compreender e agir de forma ética em relação ao meio ambiente.

Ressalta-se que, apesar de já possuímos certo conhecimento e consciência, sempre há mais a aprender e a aprimorar em relação à nossa relação com a natureza e ao nosso papel como parte integrante do ecossistema global. Essa abordagem enfatiza a importância da humildade



intelectual e do reconhecimento da complexidade das questões ambientais, incentivando um compromisso constante com a educação e a conscientização ambiental. Nesse sentido, compreende-se que é crucial estabelecer uma relação respeitosa com a natureza e que não somos seres únicos neste mundo, mas apenas uma das inúmeras formas de vida.

Araújo Freire (2003) enfatiza que as regras, normas e valores que regem as relações entre seres humanos e sua relação com a natureza são, ou pelo menos deveriam ser, inseparáveis. Assim, é possível dizer que a Educação Ambiental Freireana tem o potencial de estabelecer relações mais equilibradas entre homens e mulheres na sociedade, promovendo uma compreensão mais igualitária e consciente das interações humanas com o meio ambiente (Marcomim; Mendonla; Mazzuco, 2008).

Explica-se que, por meio da Educação Ambiental, é possível desafiar as normas e estereótipos de gênero, capacitando homens e mulheres a participarem ativamente na tomada de decisões e na gestão dos recursos naturais. Isso pode ser alcançado através de programas educacionais que promovam a conscientização sobre as questões de gênero e incentivem a participação igualitária em todas as etapas do processo de tomada de decisão.

Ao promover uma compreensão mais igualitária das interações humanas com o meio ambiente, a Educação Ambiental contribui para a valorização do conhecimento e das experiências das mulheres no que diz respeito à conservação ambiental, agricultura sustentável, gestão de recursos hídricos, entre outras áreas. Isso não apenas fortalece a participação das mulheres em questões ambientais, mas também reconhece e valoriza sua contribuição para a sustentabilidade ecológica e social. Oferecer oportunidades de aprendizado e diálogo sobre questões ambientais, pode incentivar a colaboração e o trabalho em equipe entre pessoas de diferentes gêneros, promovendo uma cultura de inclusão e diversidade (Leal; Almeida, 2024).

Em suma, a Educação Ambiental não apenas fornece ferramentas para enfrentar os desafios ambientais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, onde homens e mulheres possam coexistir de forma harmoniosa e igualitária em relação ao meio ambiente e aos recursos naturais. Nesse sentido, Marcomim, Mendonla e Mazzuco (2008) relatam:

(...) mais do que uma espécie, somos a única capaz de reverter os padrões de comportamento imputados ao meio ambiente, de avaliar ações que visem ao equilíbrio dos sistemas e gerar a reflexão sobre o caos instalado pelo excesso e forma de “intervenção inadequada” do homem em relação ao ambiente e, assim, adotar um outro posicionamento e pensar diante das questões ambientais (Marcomim; Mendonla; Mazzuco, 2008, p. 74).

Na concepção das autoras, o ser humano, como espécie, frequentemente se coloca no centro do processo produtivo, considerando-se o conhecedor supremo das coisas. Há uma crença arraigada de que tudo no mundo existe para atender às necessidades humanas de maneira ágil e eficiente.

Ao explicar sobre a Educação Ambiental Freiriana, Dickmann e Carneiro (2021) abordam a interação entre os mundos da natureza e da cultura, destacando a importância de reconhecermos nossa posição simultânea em ambos e as ações adequadas necessárias em cada um deles. Os autores questionam a ética de uma educação que se desconecta das condições ecológicas de vida, resultando em uma visão utilitarista da relação humana com o meio ambiente. Dessa forma, a Educação Ambiental Freiriana apresenta vias para a superação da concepção antropocêntrica e utilitarista da natureza, ao colocar a necessidade do reconhecimento como foco da educação, indo além da mera concepção mercadológica das relações humano x natureza.

Ressalta-se, assim, a necessidade de uma ética ambiental baseada na solidariedade e na responsabilidade, essenciais para a sobrevivência do planeta e de seus habitantes. A Educação Ambiental Freireana, dessa forma, transcende a neutralidade e reconhece as relações entre ser humano e natureza como questões sociopolíticas (Dickmann; Carneiro, 2021).

Defende-se uma abordagem interdisciplinar e política da Educação Ambiental, que promova o diálogo entre educadores e estudantes sobre questões emergentes, visando desenvolver a liberdade humana para agir de acordo com princípios e valores que respeitem a realidade socioambiental (Dickmann; Carneiro, 2021). A partir de Freire (2018), podemos apontar que a Educação Ambiental deve ser pautada em reflexões éticas, de forma que os indivíduos repensem os valores que foram utilizados com o avanço de um modelo de sociedade consumista e individualista que tem no "ter" o objetivo final a alcançar e passe a se perceber como ser no mundo e como responsável por ele. Isso implica em considerar não apenas nossas necessidades individuais, mas também os efeitos de nossas escolhas e comportamentos no meio ambiente e nas gerações futuras, articulando novas concepções éticas, em associação com as demandas e preocupações socioambientais.

Para Freire (2018), a ética engloba virtudes como solidariedade, justiça, respeito e responsabilidade, que promovem uma convivência harmoniosa e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Esses valores são essenciais para a construção de relações interpessoais e para o enfrentamento das desigualdades sociais e ambientais. Assim, uma ética de influência freireana vai além do cumprimento de regras sociais, enfatizando a importância de uma consciência crítica e responsável em relação aos desafios enfrentados pela humanidade.

Dessa forma, pensar a ética sob o viés de Freire é pensar na formação do ser humano de forma virtuosa e apta a agir criticamente e conscientemente em sociedade e para a sociedade. Assim, podemos articular que uma Educação Ambiental Freiriana teria essa concepção ética como norte de sua conduta educativa.

Enquanto o político, na concepção de Freire (2018), o político vai além da esfera partidária ou institucional, abrangendo as relações de poder presentes em todas as dimensões da vida social. Para o teórico, a educação é, por natureza, um ato político, pois envolve a formação de sujeitos conscientes, capazes de compreender e transformar a realidade em que estão inseridos. Assim, o político está relacionado à capacidade de questionar, debater, e agir de forma coletiva para promover mudanças sociais e estruturais em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa forma, a Educação Ambiental Freiriana está sempre articulada nos debates políticos, nas relações e poder e na formação consciente do cidadão crítico.

Podemos apontar que na concepção de Paulo Freire (2018), a ética e o político se aproximam na medida em que ambos se referem à dimensão da ação humana voltada para a transformação da realidade social. Tanto a ética quanto o político envolvem reflexões sobre os valores, princípios e normas que orientam as relações sociais e as decisões individuais e coletivas.

Embora ética e política estejam interligadas na concepção de Freire (2018), elas também podem se distanciar em alguns aspectos. Enquanto a ética se relaciona mais diretamente com as questões individuais e pessoais, o político está voltado para as relações sociais e as transformações coletivas. Além disso, enquanto a ética pode ser vista como uma dimensão mais interna e subjetiva, o político está relacionado com a ação externa e pública dos sujeitos na esfera social e política (Freire, 2018).

Nesse sentido, considerando a concepção de ética e de política em Freire, pensa-se em uma Educação Ambiental que busca, portanto, orientar a ação humana no sentido de limitar sua intervenção na natureza, atraindo o suficiente para garantir uma vida digna, mas também permitir o equilíbrio e a manutenção de outros seres que compõem o mundo natural (Torres, 2010).

Esse processo educativo deve ser orientado para a solução dos problemas reais do meio ambiente, por meio de abordagens interdisciplinares e da ação responsável de cada indivíduo e da comunidade (Torres, 2010). De acordo com Dickamnn e Stanqueviski (2019), a abordagem freireana se diferencia das demais concepções de Educação Ambiental por valorizar o desvelamento do mundo em sua totalidade, considerando o educando como um ser no mundo, reconhecendo a interdependência e o pertencimento entre os indivíduos e o ambiente, além de

fomentar a responsabilidade política e crítica em relação a ele. Castro e Baêta (2005, p. 99), sobre o assunto afirmam que:

A educação ambiental constitui uma área de conhecimento eminentemente interdisciplinar, em razão dos diversos fatores interligados e necessários ao diagnóstico e à intervenção que pressupõe. Historicamente, ela vem se impondo às preocupações de vários setores sociais como um campo conceitual, político e ético. No entanto, essa área ainda se encontra em fase de construção, o que acarreta diversas confusões conceituais, consequência esperada em um campo teórico recente. Ter a educação ambiental como objeto de reflexão, motivo para a participação em ações em diferentes instâncias sociais, exige a garantia de alguns pressupostos que vêm se concretizando ao longo e por meio de etapas não somente coletivas, como também individuais.

É preciso compreender que a educação está inserida no contexto mais amplo da sociedade, visando ao desenvolvimento das potencialidades, criatividade e sua capacidade crítica de “compreender, de inteligir o mundo, de nele intervir técnica, ética, estética, científica e politicamente” (Freire, 2001, p. 9). Nesse contexto, o educando é visto como um sujeito epistemológico, ou seja, capaz de compreender e transformar o mundo a partir da construção coletiva do conhecimento.

A partir da Educação Ambiental Freireana busca-se estabelecer uma estrutura de relação entre o eu e o mundo, entendendo seu papel na construção da realidade, como bem disserta Freire, “meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências” (Freire, 2000, p. 36).

Ao compreender-se como um sujeito ativo e participante na sociedade e no meio ambiente, o educando se torna mais do que apenas um mero espectador passivo. Ele passa a perceber-se como parte integrante de um todo maior, reconhecendo sua responsabilidade e potencial para intervir nas questões que envolvem a realidade que o cerca.

É possível perceber nessa abordagem a amorosidade de Paulo Freire que, de acordo com Amorim e Calloni (2017), que transcende o mero sentimento amoroso, sendo também uma ética de religação e solidariedade infinita. Assim, a amorosidade se revela como um princípio ético que guia nossas relações com o outro e com o ambiente em que estamos inseridos, promovendo um sentido mais profundo de conexão e empatia.

Dessa forma, a amorosidade não se limita a um sentimento isolado, mas se estende como uma força transformadora e essencial para a construção de uma sociedade mais humana, justa e harmoniosa. É através da amorosidade que somos capazes de enfrentar as adversidades e superar os obstáculos, sempre buscando a compreensão mútua e a valorização da vida em todas as suas formas, devendo, portanto, estar presente nas relações de ensino e aprendizagem.

Nessa visão, a Educação Ambiental Freireana tem como objetivo despertar a consciência crítica e ação transformadora dos educandos em relação às questões ambientais e sociais. Ela busca empoderar os indivíduos, incentivando-os a se engajar na busca por soluções sustentáveis e justas para os desafios que enfrentamos como sociedade. Em suas abordagens, Freire promove essa discussão, buscando uma reflexão:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (Freire, 1987, p. 32).

Nessa perspectiva, a proposta de Freire (1987) vai ao encontro da ideia de que a educação deve ser uma prática transformadora, capaz de despertar a consciência crítica dos alunos e incentivá-los a refletir sobre a realidade em que estão inseridos. Ao estabelecer essa conexão entre os saberes escolares e a vivência dos estudantes, busca-se não apenas transmitir conhecimentos, mas também desenvolver habilidades, valores e atitudes que contribuam para uma sociedade mais justa e humanizada.

É possível entender, assim, a Educação Ambiental Freiriana se destaca entre as muitas abordagens de Educação Ambiental por sua ênfase na participação, no diálogo, na reflexão crítica e na construção coletiva do conhecimento, capacitando os indivíduos e as comunidades a se tornarem agentes de mudança em direção a uma sociedade mais justa e sustentável.

Para uma análise mais aprofundada, faz-se necessário mergulhar nos alicerces do pensamento de Paulo Freire, compreendendo sua visão sobre a educação como instrumento de transformação social. A seção subsequente explorará, de maneira crítica e reflexiva, a interface entre a escola contemporânea e a abordagem freiriana, destacando como essa filosofia pode responder aos desafios impostos pela crise ambiental e contribuir para uma educação mais consciente e comprometida com a sustentabilidade.

### 3 CONTEXTUALIZANDO A ÉTICA DAS VIRTUDES

Este capítulo contextualiza o conceito de ética, explorando diferentes correntes éticas, incluindo o utilitarismo e a deontologia ética. No entanto, destaca-se a ética das virtudes como um foco central de investigação. Ao reconhecer a crise ambiental como não apenas uma crise ecológica, mas também uma crise ética, este capítulo argumenta que a ética das virtudes pode oferecer um caminho potencial para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos.

A ética utilitarista enfoca as consequências das ações, buscando maximizar o bem-estar geral. Por outro lado, a deontologia ética enfatiza os deveres e obrigações morais inerentes às ações, independentemente das consequências. Ambas as abordagens têm suas limitações quando aplicadas à complexidade da crise ambiental, que exige uma compreensão mais profunda das relações humanas com o meio ambiente.

Nesse sentido, a ética das virtudes surge como uma perspectiva alternativa, que se concentra no desenvolvimento e cultivo de virtudes morais. Ao priorizar qualidades como justiça, coragem, sabedoria e respeito, a ética das virtudes busca promover um caráter moral sólido que oriente as ações em direção ao bem comum e à harmonia com o ambiente natural.

#### 3.1 Contextualizando a ética

Ao longo da história, o ser humano se confrontou com indagações sobre sua conduta perante os outros, dando origem à ética, conceituada por Rega (2006, p. 1) como "um conjunto de normas que regulam as decisões humanas". Em outras palavras, a ética compreende um conjunto de regras e diretrizes de comportamento que delineiam o certo e o errado. Desde o nascimento, o indivíduo é exposto a valores aceitos em seu grupo social. As primeiras influências vêm da família, e ao longo do tempo, a criança é moldada pelas influências da escola, amigos e sociedade em geral. A ética, portanto, é essencial para a vida social do indivíduo.

A ética e a moral são dois conceitos relacionados, porém distintos, que orientam o comportamento humano. A ética refere-se a um conjunto de princípios, valores e normas que guiam as ações e decisões de uma pessoa ou de um grupo, sendo mais abrangente e reflexiva (Zilles, 2006). Ela busca compreender e fundamentar racionalmente o que é certo e o que é errado, muitas vezes indo além das convenções sociais e culturais.

Por outro lado, a moral está relacionada às normas e costumes específicos de uma sociedade ou grupo social, representando um conjunto de regras e padrões de conduta aceitos e

praticados pelos indivíduos em determinado contexto (Zilles, 2006). Enquanto a ética envolve uma reflexão mais ampla sobre os valores e princípios que fundamentam a moralidade, que se refere às práticas concretas e comportamentos observados no dia a dia (Zilles, 2006).

Bobbio (1992) também discute sobre os diferentes conceitos de ética e moralidade ao longo da história, destacando suas variações culturais e contextuais. Ele ressalta a importância de se compreender as diversas perspectivas éticas existentes, sem buscar uma única verdade, e reconhece a necessidade de um diálogo interdisciplinar entre a ética, a política e outras áreas do conhecimento.

Além disso, Bobbio (1992) aborda questões éticas específicas relacionadas à política, como a justiça social, a liberdade individual, os direitos humanos e a responsabilidade coletiva e examina os dilemas morais enfrentados pelos agentes políticos e pela sociedade como um todo, analisando as tensões entre os princípios éticos e os interesses políticos, econômicos e sociais.

Classicamente se define que a ética surgiu na Grécia, transmitida pelas classes dominantes. Sócrates é reconhecido como o "Pai da Ética" por suas reflexões pioneiras sobre o assunto (Bittar, 2002). Para Sócrates, ética significava conhecimento para fazer julgamentos sobre o bem e o mal (Bittar, 2002). Resumidamente, o ensinamento ético de Sócrates destaca o conhecimento e a felicidade. A ética, para ele, é um conhecimento que julga o bem e o mal, e a felicidade está vinculada à semelhança com os valores divinos. O cultivo da verdadeira virtude, controlando as paixões e direcionando as forças humanas para a busca do saber, é o caminho para a felicidade (Bittar, 2002).

A ética desempenha o papel crucial de guiar as condutas dos indivíduos diante de diversas situações e contextos. Dada a relevância desse posicionamento para entender as condutas humanas, o estudo da ética é uma preocupação constante entre organizações, juristas, religiosos, cidadãos e profissionais diversos (Rocha, 2016).

Ser ético, portanto, significa agir conforme regras que estabelecem o que deve ser levado em consideração para uma ação ser considerada correta. A dimensão ética do ser humano está intrinsecamente ligada à convivência e à relação com o outro. Assim, essa ética envolve uma educação humanista, que visa conciliar liberdade e bem-estar material, elementos cruciais da ação humana (Zilles, 2006). Uma educação que negligencia a dimensão transcendental, ao adotar uma abordagem ética, acaba se tornando um meio de controle e subjugação, restringindo a liberdade ao impor limites à plenitude da ação livre (Zilles, 2006).

Bovero (1992) aborda a ética, destacando a importância de uma reflexão contínua sobre os princípios éticos que norteiam as ações individuais e coletivas. Para o autor, a ética não deve

se limitar apenas às normas e regras estabelecidas pela sociedade, mas deve ser fundamentada em valores mais profundos, como a responsabilidade, a solidariedade e a justiça social. Bovero (1992) considera que uma ética autêntica é aquela que promove relações mais igualitárias e respeitadas entre os seres humanos, levando em consideração não apenas as necessidades individuais, mas também as demandas da comunidade e do meio ambiente.

Nunes-Neto e Conrado (2021) apresentam uma concepção de ética baseada em elementos comuns encontrados em pensadores como Aristóteles, Kant e Mill. Para eles, a ética é uma reflexão aprofundada sobre ações humanas e os valores que as influenciam, abordando normativamente e buscando justificações racionais. Destacam que a ética não é apenas teórica, mas principalmente uma prática de reflexão, onde as ações éticas são condicionadas não apenas pelo conhecimento, mas também pelos valores.

Bovero (1992) destaca a importância do diálogo intercultural e da compreensão mútua como elementos essenciais para o desenvolvimento de uma ética global. Ele argumenta que, em um mundo cada vez mais interconectado, é fundamental reconhecer e respeitar as diferenças culturais, religiosas e ideológicas, buscando construir pontes de diálogo e cooperação entre os diversos grupos sociais.

A centralidade da ética reside na normatividade, lidando com o que deve ser, baseando-se em possibilidades sempre abertas, em contraste com o domínio dos fatos. Esta abordagem é considerada adequada para o contexto educacional, enfocando a dimensão atitudinal dos conteúdos escolares, incluindo valores, atitudes e normas.

Para Bobbio (1992), a ética não pode ser dissociada da política, pois as escolhas morais e os valores éticos influenciam diretamente as decisões políticas e as estruturas sociais de uma sociedade. Ele argumenta que a ética tem um papel fundamental na determinação dos princípios que orientam a organização política de uma comunidade, influenciando as leis, as instituições e as práticas governamentais.

Nunes-Neto e Conrado (2021) promovem uma discussão sobre os diferentes tipos de ética e oferecem uma análise abrangente das abordagens normativas na tomada de decisões morais. A ética deontológica, representada por Kant, enfatiza a ação correta baseada em princípios universais, a partir do que Kant denominou imperativo categórico, que considera cada ser humano como um fim em si mesmo.

Este enfoque é centrado na ação e na proteção dos direitos individuais. Em contraste, o utilitarismo, proposto por Bentham e Mill, adota uma perspectiva consequencialista, avaliando a moralidade das ações com base em suas consequências. A ética utilitarista concentra-se nas



consequências benéficas ou prejudiciais para o maior número de pessoas, buscando maximizar o bem-estar geral (Nunes-Neto; Conrado, 2021).

Bovero (1992) ressalta a complexidade da ética contemporânea, especialmente diante das rápidas transformações sociais, políticas e tecnológicas, defendendo a necessidade de uma reflexão crítica sobre os valores morais à luz das novas realidades, questionando e repensando constantemente as bases éticas diante dos desafios emergentes da sociedade atual.

Essa introdução à ética nos permite entender como as normas e diretrizes de comportamento moldam nossas ações e relações sociais. Essa base ética é essencial na educação, pois a formação de indivíduos éticos e conscientes é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Damasceno Neto et al. (2022) discutem a importância da ética na educação, destacando o papel crucial da escola na formação de cidadãos competentes e dignos. Eles argumentam que a escola deve selecionar conteúdos de ensino que estejam alinhados com as questões sociais relevantes de cada momento histórico, essenciais para que os alunos exerçam seus direitos e deveres de maneira eficaz.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2000), a inclusão da temática ética no currículo escolar é fundamental para desenvolver nos estudantes uma compreensão clara de suas capacidades e limitações, reduzindo atitudes preconceituosas e desrespeitosas. A educação ética promove a valorização da diversidade e a tomada de decisões mais justas e colaborativas. Além disso, a ética proporciona aos estudantes o conhecimento das normas e regras sociais, e incentiva o exercício da empatia e do diálogo para a resolução de conflitos.

Para Oliveira (2001), o ser humano, sendo dinâmico, educa-se através da convivência com outros em diversos espaços sociais. A escola, nesse contexto, não é o principal agente na formação do caráter e da preparação para a cidadania. Em vez disso, ela contribui como parte de um processo contínuo em que diversos atores, como a família, amigos e grupos religiosos, desempenham papéis importantes ao longo da vida. A formação ético-moral deve ser entendida não como uma meta fixa, mas como uma construção contínua e inacabada, que não depende apenas da vontade do indivíduo, mas também das interações e influências de todos esses múltiplos atores.

Assim como a Educação Ambiental, a ética também pode ser entendida sob diferentes perspectivas. Para que seja possível melhor compreender o assunto, nos tópicos a seguir abordamos a ética nas perspectivas utilitarista e deontológica e em seguida a ética das virtudes, que assume posição central neste estudo, dado ser um possível caminho para mitigar a crise ambiental, visto que se concentra no desenvolvimento do caráter moral e das disposições éticas das pessoas, em vez de apenas se concentrar nas regras e consequências das ações.

### 3.2 Ética Utilitarista

O utilitarismo, promovido por Bentham (1789) e Mill (1861) na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, representa a vertente principal do consequencialismo.<sup>7</sup> O utilitarismo, baseado no princípio da utilidade formulado por Bentham, avalia as ações com base em suas consequências, priorizando o aumento do bem-estar coletivo e a redução do sofrimento. Uma ação é considerada boa se beneficia a maioria das pessoas envolvidas, gerando prazer ou alegria, enquanto é vista como negativa se causar dor ou sofrimento, ou se os benefícios forem restritos a uma minoria. O foco está na maximização do bem-estar coletivo (Nunes-Neto; Conrado, 2021).

Assim, na perspectiva utilitarista, o valor de uma ação é determinado pelo resultado ou pelas consequências que ela produz, ou seja, é avaliado após a ação ter sido realizada. O foco principal está nas consequências e nos efeitos que a ação tem sobre o bem-estar das pessoas envolvidas, não na própria ação em si. Essa abordagem destaca a importância do que ocorre após a ação, priorizando a análise dos resultados para determinar seu valor ético ou moral.

Jeremy Bentham foi o pioneiro da ética utilitarista em sua obra "Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação" (1789), baseando-se em um hedonismo quantitativo. Para ele, a ação moral busca gerar a maior felicidade possível, onde a intensidade e duração dos prazeres resultantes determinam a quantidade de felicidade. Essa perspectiva é conhecida como hedonismo, centrada na maximização da felicidade como objetivo final da ação moral (Ameiro, 2001).

A teoria de Bentham atraiu críticas de muitos filósofos que a condenaram, alegando que ela promovia o sensualismo, ou seja, uma vida centrada exclusivamente na busca por prazeres físicos. Em resposta a essas críticas, John Stuart Mill propôs um tipo diferente de hedonismo, buscando uma abordagem distinta (Singer, 2004).

John Stuart Mill era um filósofo utilitarista, este enfatizava, no princípio da utilidade, a felicidade. Mill (2004) compartilhava a ideia central do utilitarismo de que as ações devem ser avaliadas com base na maximização da felicidade ou do bem-estar geral. Ele expandiu as ideias de Bentham ao considerar a qualidade dos prazeres, não apenas a sua quantidade, e defendeu a

---

<sup>7</sup> O consequencialismo "é a visão segundo a qual as propriedades normativas dependem *exclusivamente* das consequências" (Sinott-Armstrong, 2019). De acordo com essa visão, o que torna uma ação moralmente correta ou incorreta são as suas implicações práticas, ou seja, se as consequências produzidas pela ação são consideradas boas ou más. Portanto, o foco principal do consequencialismo está nas consequências produzidas pela ação, em vez de considerar outros aspectos, como os motivos por trás da ação ou a conformidade com certas regras morais.

importância de prazeres intelectuais e emocionais mais elevados em oposição aos simples prazeres físicos.

Mill (2004) introduziu o conceito de "ações imparciais" no utilitarismo, um aspecto crucial que vai além da busca pela felicidade individual, priorizando a satisfação de um bem-estar coletivo. Ser um agente moral, para Mill (2004), significa considerar uma ação de uma perspectiva neutra, levando em conta os interesses e desejos de todos os indivíduos que possam ser impactados por essa ação. Essa abordagem busca uma ética que não se restrinja ao simples atendimento dos desejos pessoais, mas que leve em conta o bem-estar de toda a comunidade afetada.

Ao expandir a proposta de Bentham, Mill (2004) elevou seu pensamento ao enfatizar não apenas a adição da ideia das "ações imparciais" à doutrina, mas também ao argumentar que os prazeres não devem ser avaliados apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos. Ele defende que a qualidade dos prazeres importa: “[...] Vale mais um homem insatisfeito do que um porco satisfeito, vale mais Sócrates insatisfeito do que um imbecil satisfeito [...]” (Mill, 2004, p. 185). Isso amplia a discussão sobre o valor dos prazeres, reconhecendo que sua natureza e qualidade são cruciais para determinar seu verdadeiro significado e importância ética.

### **3.3 Deontologia Ética**

A ética deontológica, também chamada de ética Kantiana, se desenvolveu no final do século XVIII e início do XIX. Ela foca na ação em si mesma ou nos princípios que a orientam, sendo também conhecida como principialismo (Kant, 2012). O critério central dessa ética é o Imperativo Categórico, formulado por Kant (2012), que enfatiza que o ser humano deve ser tratado como um fim em si mesmo e não meramente como um meio para um fim.

A formulação mais conhecida do Imperativo Categórico resume-se frequentemente assim: "Trate os outros sempre como um fim em si mesmos." Isso implica que uma ação é correta quando está alinhada com o Imperativo Categórico e é incorreta quando viola seus princípios (Bonjour; Baker, 2010). O objetivo do Imperativo Categórico é assegurar a proteção de todos os seres humanos contra danos físicos ou psicológicos causados por outros (Bonjour; Baker, 2010).

Diferentemente do consequencialismo, a deontologia baseia-se na ideia de que a moralidade de uma ação é determinada por princípios intrínsecos ou regras pré-estabelecidas, independentemente das consequências. Comparato (2016) sugere que o consequencialismo

focaliza o resultado final das ações, enquanto a deontologia se concentra na moralidade inerente à própria ação, independentemente de seus resultados. Destaca-se a intuição subjacente ao consequencialismo, que indica nossa tendência natural de julgar a moralidade de uma ação com base em suas consequências observáveis.

Esta perspectiva sugere que, ao avaliar se uma ação é correta ou errada, consideramos os resultados que ela produz. Se as consequências são positivas e promovem o bem-estar geral, tendemos a considerar a ação moralmente correta. Por outro lado, se as consequências são negativas e causam danos ou sofrimento, julgamos a ação como moralmente errada. Esse enfoque na avaliação dos resultados das ações reflete uma abordagem prática e orientada para o impacto real das decisões morais na vida das pessoas e na sociedade.

Segundo a visão deontológica, uma ação tem valor moral somente se for realizada por uma vontade boa motivada pelo cumprimento do dever, e não pelos resultados que possam surgir dessa ação (Almeida; Murcho; Galvão, 2008). Kant argumenta que:

Uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, não no propósito que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina; não depende, portanto, da realidade do objeto da ação, mas somente do princípio do querer segundo o qual a ação, abstraindo de todos os objetos da faculdade de desejar, foi praticada (Kant, 2020, p. 31).

Kant (2020) inicia sua obra delineando seu propósito: "Esta fundamentação é, em essência, a busca e estabelecimento do princípio supremo da moralidade." O filósofo começa examinando a noção de uma vontade boa. Segundo ele:

A boa vontade não é boa pelo que realiza ou alcança, não por sua capacidade de atingir qualquer fim proposto, mas puramente pelo ato de querer em si mesmo. Deve ser valorizada em um grau muito superior a tudo que possa ser conquistado para qualquer inclinação, ou mesmo, se assim se preferir, para o conjunto de todas as inclinações (Kant, 2020, p. 23).

Kant (2020) propõe uma redefinição da relação entre o ser humano, a moralidade e a vontade, fazendo uso da ideia de liberdade introduzida por Rousseau. No entanto, ele vai além, transformando-a em Autonomia da Vontade. Kant (2020), portanto, encoraja as pessoas a pensar com liberdade e a agir com autonomia. Essa mudança implica não apenas na liberdade de pensamento, mas também na capacidade de tomar decisões de maneira independente, baseadas na razão e na autodeterminação.

Esse princípio destaca a capacidade de um agente moral de agir de acordo com suas próprias leis racionais, de forma autônoma, sem ser influenciado por fatores externos ou

inclinações pessoais. Dessa forma, a Autonomia da Vontade implica em agir de acordo com a razão prática, estabelecendo leis universais que são seguidas não por obrigação externa, mas porque são reconhecidas como leis morais universais por si mesmas.

Desse modo, uma ação possui valor moral quando corresponde ao que deve ser feito, ou seja, quando todos os seres racionais, diante das mesmas circunstâncias, devem agir da mesma maneira, independentemente de suas inclinações pessoais. Essa universalidade na obrigatoriedade da ação, baseada na razão pura e no cumprimento do dever, é um dos pilares da ética deontológica kantiana.

### 3.4 Ética das Virtudes

A ética das virtudes, associada a Aristóteles, Confúcio e outros, destaca a importância dos traços de caráter, hábitos e sentimentos na tomada de decisões éticas (Silva, 2008). Nessa abordagem, a ênfase recai na formação do caráter virtuoso, guiando as ações por meio de exemplos de agentes virtuosos. Cada abordagem apresenta méritos distintos e implicações para a compreensão da moralidade.

A ética deontológica enfatiza a universalidade dos princípios, o utilitarismo destaca as consequências sociais e a ética das virtudes foca no desenvolvimento do caráter para orientar a conduta ética (Nunes-Neto; Conrado, 2021). A escolha entre essas perspectivas muitas vezes depende do contexto e das circunstâncias específicas envolvidas em uma situação ética (Nunes-Neto; Conrado, 2021).

A ética das virtudes tem suas raízes em Aristóteles. Ela prioriza o desenvolvimento do caráter moral e das virtudes pessoais (Beckert, 2012). Ao invés de focar apenas nas ações ou consequências isoladas, essa abordagem valoriza a formação de hábitos e disposições que culminam em um caráter moralmente excelente (Beckert, 2012). Virtudes como coragem, justiça, temperança e sabedoria são fundamentais nesse contexto, pois são consideradas elementos essenciais para uma vida ética e bem-sucedida (Beckert, 2012).

A ética das virtudes, sistematizada por Aristóteles no século IV a.C., foca nas virtudes necessárias para uma conduta ética e uma vida plena. Segundo Aristóteles, as virtudes podem ser adquiridas por meio da educação, através do treinamento e da prática constante de hábitos éticos:

Com efeito, as coisas que temos de aprender antes de poder fazê-las, aprendemo-las fazendo; por exemplo, os homens tornam-se arquitetos

construindo e tocadores de lira tangendo esse instrumento. Da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos, e assim com a temperança, a bravura, etc. (Aristóteles, 2011, p. 22).

Ainda, as virtudes não são boas ou más em si mesmas, mas estão relacionadas ao exercício da função do sujeito no cosmos: “[...] a virtude do homem também será a disposição de caráter que o torna bom e que o faz desempenhar bem a sua função.” (Aristóteles, 2011, p. 28).

Aristóteles associava as virtudes não a serem boas ou más em si mesmas, mas sim relacionadas ao desempenho apropriado da função ou papel de um indivíduo dentro do cosmos, ou seja, dentro do universo ordenado e interligado: “[...] a virtude do homem também será a disposição de caráter que o torna bom e que o faz desempenhar bem a sua função.” (Aristóteles, 2011, p. 28).

As virtudes eram consideradas como excelências que permitiam a um ser humano desempenhar sua função de forma eficaz e equilibrada dentro da sociedade e do mundo natural ao seu redor. Elas eram vistas como uma parte integrante do cumprimento adequado dos deveres e responsabilidades de um indivíduo em sua vida (Manieri, 2017).

De acordo com Aristóteles, a virtude principal é a sabedoria, e atingir a Eudaimonia (comumente traduzida como florescimento humano ou felicidade) é o objetivo final alcançado através da prática das virtudes (Aristóteles, 2011). Além disso, um outro proponente notável da ética das virtudes é Confúcio, o filósofo e educador chinês que viveu pouco antes de Aristóteles (Tan, 2017).

Confúcio, cuja obra mantém grande influência na estrutura sociopolítica e educacional de nações asiáticas até os dias atuais (Tan, 2017), destaca cinco virtudes principais: Fé, Benevolência, Respeito, Justiça e Sabedoria. Entre vários pensadores da ética das virtudes é comum se apontar uma lista de virtudes que devem ser seguidas a fim de garantir a Eudaimonia, ou ser considerado uma pessoa plenamente virtuosa.

Ao contrário de outras teorias éticas normativas, especialmente a deontológica, a ética das virtudes não está fortemente ligada à ideia de dever, mas sim aos hábitos, sentimentos, intuições e características de caráter do agente moral (Tan, 2017). Nas virtudes, uma decisão não é tomada exclusivamente com base no dever, mas principalmente em um fundamento de empatia e compreensão de como um agente virtuoso age ou agiria (Tan, 2017).

Cada abordagem possui suas próprias vantagens e críticas. Enquanto o utilitarismo prioriza o resultado e o bem-estar geral, porém pode ser vista como inflexível, a deontologia enfatiza a importância de seguir deveres morais, mesmo que isso ocasionalmente leve a

resultados negativos. Por exemplo, se um assassino pergunta se uma pessoa está escondida em sua casa, a deontologia exigiria que você dissesse a verdade, mesmo que isso possa levar à morte de uma pessoa inocente. Outro exemplo é o de manter uma promessa de encontrar um amigo, mesmo que isso signifique não ajudar uma pessoa ferida no caminho. Assim, a rigidez da deontologia, ao insistir em princípios absolutos, pode levar a resultados moralmente problemáticos, destacando a necessidade de considerar também as consequências das ações ao tomar decisões éticas.

Por fim, a ética das virtudes se concentra no desenvolvimento do caráter, podendo ser criticada por ser subjetiva na definição das virtudes e em sua aplicação prática. A crítica à ética das virtudes na aplicação prática refere-se à sua subjetividade na definição das virtudes e à dificuldade de aplicá-las de maneira consistente em situações diversas. Explica-se que, como a ética das virtudes depende do desenvolvimento pessoal e do caráter do agente moral, diferentes culturas, comunidades ou indivíduos podem ter concepções variadas sobre quais características são consideradas virtudes (Santos, 2022).

Essa variação pode levar a interpretações conflitantes sobre o que constitui uma ação moralmente correta (Santos, 2022). Por exemplo, a virtude da coragem pode ser interpretada de maneiras distintas: em uma cultura, pode ser vista como enfrentamento direto de um perigo, enquanto em outra, como a prudência em evitar riscos desnecessários. Isso torna difícil a criação de diretrizes universais ou objetivas sobre como agir em situações específicas, o que pode resultar em incerteza e inconsistência na tomada de decisões éticas.

Assim, ao considerarmos as críticas e vantagens das diferentes abordagens éticas, torna-se evidente que a ética das virtudes pode oferecer uma perspectiva valiosa para enfrentar a crise ambiental, abordando-a como uma crise ética que requer um desenvolvimento moral profundo e consistente.

### **3.5 A crise ambiental como uma crise ética: a ética das virtudes como possível caminho**

Desde o surgimento da espécie humana, a influência do homem nos equilíbrios biológicos é inegável. Durante esse período, os humanos têm exercido um impacto significativo no ambiente natural, e, por sua vez, têm sido impactados por ele. No entanto, a natureza dessa influência humana é singular em comparação com outras espécies. Enquanto as modificações realizadas por outros seres vivos geralmente se integram aos mecanismos reguladores dos ecossistemas, as ações humanas têm um potencial desestabilizador significativo, dado as diferenças qualitativas e quantitativas das intervenções humanas no meio (Capra, 1996).

Os sistemas humanos e ambientais se entrelaçam em dois pontos críticos: onde as ações humanas geram diretamente alterações no ambiente e onde as mudanças ambientais têm um impacto direto no que é valorizado pelos seres humanos (Gore, 1993). Apesar dos profundos vínculos que conectam o homem à natureza e do contínuo progresso no entendimento dessas interações, persiste uma ideia predominante que guia as ações humanas: a convicção de que devemos dominar a natureza e exercer sobre ela um poder ilimitado (Gore, 1993).

A crise ambiental se espalha com uma rapidez e proporção tão abrangentes que suas raízes não podem ser atribuídas apenas à destruição dos sistemas naturais que sustentam a vida. Além da deterioração desses sistemas, a crise atual reflete a incapacidade humana de compreender as interconexões complexas presentes (Lima, 2011). Nosso conhecimento sobre a natureza e as relações entre o homem e o ambiente ainda é bastante limitado (Lima, 2011). A compreensão dessa crise ambiental é moldada por uma era moderna caracterizada por avanços, mas também por incertezas, complexidades e contradições que tornam seu curso insustentável (Lima, 2011).

É possível dizer que essas incertezas e o agravamento ambiental exigem uma profundidade no agir moral, pois colocam em questão nossos valores, princípios e responsabilidades em relação ao meio ambiente e às gerações futuras. Diante da complexidade dos problemas ambientais e das incertezas quanto às suas consequências, é necessário refletir sobre como nossas ações individuais e coletivas impactam o meio ambiente e como podemos agir de maneira ética e responsável para mitigar esses impactos. Isso requer uma análise cuidadosa das interconexões entre as atividades humanas e os ecossistemas, bem como uma consideração dos valores fundamentais, como justiça, equidade e respeito pela vida.

As considerações das éticas normativas tradicionais costumavam se concentrar na preservação da integridade humana, orientando as relações entre pessoas. No entanto, é lamentável que a ação humana tenha sido a principal causa do aumento da degradação ambiental e da perda de biodiversidade. Isso levanta a preocupação de que, em um futuro próximo, possa desequilibrar profundamente o planeta, afetando diretamente o bem-estar das populações humanas (Lopes, 2023).

Além das abordagens Pragmáticas da gestão ambiental ou das proposições de uma ética ambiental universal, deontológica, pluralista ou social, a abordagem das questões ambientais deve considerar como o agir humano, de forma intencional, pode promover uma reaproximação com a natureza.

Nesse contexto, a ética ambiental contemporânea, diante dos avanços científicos e tecnológicos que nos afastam da natureza, precisa resgatar e reivindicar as relações entre



humanos e não humanos na sociedade e em todo o meio ambiente. Isso implica incorporar novos valores de solidariedade social, respeito e reencantamento com a vida. Em vez de priorizar a racionalidade positivista e instrumental, essa abordagem valoriza uma perspectiva mais humanista, na qual os aspectos estéticos, morais, sensoriais e expressivos da vida humana têm um papel central (Lopes, 2023).

Esse contexto estimula uma revisão crítica de nossas ações passadas, bem como a exploração de novas abordagens e perspectivas éticas para lidar com a crise ambiental contemporânea. Essa reflexão não apenas nos confronta com nossas responsabilidades morais, mas também nos impulsiona a buscar caminhos éticos e sustentáveis para um futuro mais equilibrado e harmonioso com o meio ambiente.

Entende-se que essa crise ambiental pode ser compreendida como uma crise ética de proporções globais, pois desafia diretamente nossos valores fundamentais e princípios morais (Grün, 2011). Explica-se que, embora as correntes éticas sejam predominantemente antropocêntricas, a crise ambiental desafia diretamente alguns dos princípios morais que fundamentam essas correntes. Por exemplo, a maximização do bem-estar humano, que é central em muitas teorias éticas, pode entrar em conflito com a preservação e o respeito pelo meio ambiente.

Nesse sentido, o desafio ético surge quando as ações que visam maximizar o bem-estar humano resultam na degradação dos ecossistemas e na exploração descontrolada dos recursos naturais, prejudicando não apenas o ambiente, mas também as futuras gerações. Além disso, as correntes éticas que enfatizam a dignidade humana e os direitos individuais podem ser desafiadas pela necessidade de considerar os direitos das outras formas de vida e a integridade dos ecossistemas.

Ao negligenciarmos a proteção e preservação do meio ambiente, estamos comprometendo não apenas o bem-estar das gerações presentes, mas também o das futuras (Grün, 2011). A exploração irresponsável dos recursos naturais, a poluição descontrolada e as mudanças climáticas resultantes de atividades humanas são reflexos de uma educação ética falha, em que os indivíduos não foram devidamente conscientizados para questões ambientais, levando a uma priorização do lucro imediato sobre a responsabilidade ecológica (Grün, 2011).

Nossa interdependência com o meio ambiente demanda uma reavaliação profunda de nossos comportamentos e políticas, exigindo uma mudança de paradigma que reconheça o valor intrínseco da natureza e promova ações baseadas na sustentabilidade e no respeito pela vida em todas as suas formas. Portanto, a crise ambiental representa um desafio urgente que requer uma abordagem fundamentada na ética ambiental (Viveiros *et al.*, 2015).

A ética ambiental representa tanto uma teoria quanto uma prática relacionada à preocupação apropriada com os valores e responsabilidades ligadas ao mundo natural. O debate sobre ética ambiental apresenta duas perspectivas contrastantes: uma visão responsabilista (Jonas, 2006) e uma visão pautada na precaução (Larrère e Larrère, 2001).

Jonas (2006) propõe o princípio da responsabilidade, argumentando que a técnica não apenas modifica a natureza física, mas também influencia a natureza humana, colocando em risco a existência da humanidade. Para ele, a ampliação dos limites da responsabilidade é crucial, e essa responsabilidade deve ser assumida pelo homem público, mesmo que de maneira impositiva, visando evitar males futuros. Por outro lado, Larrère e Larrère (2001) defendem o princípio de precaução, que enfatiza a importância da preservação da capacidade evolutiva dos processos ecológicos e promove o debate público e a participação social na tomada de decisões ambientais.

Enquanto Jonas (2006) adota uma abordagem paternalista e autoritária, baseada no medo do mal futuro, Larrère e Larrère (2001) favorecem uma perspectiva mais democrática e ecocentrada, que considera o homem como parte integrante da natureza e enfatiza a negociação e a colaboração comunitária. Ambos os autores concordam que a crise ambiental exige uma reflexão profunda sobre nossos valores e práticas, reconhecendo que a resposta a essa crise não pode ser apenas técnica ou econômica, mas deve também incorporar uma preocupação ética com as gerações futuras e com a preservação da condição humana.

De acordo com a perspectiva de Larrère e Larrère (2001), os seres humanos deveriam considerar a natureza como moralmente relevante por si só, o que abre novos horizontes éticos e direciona a ética para novos caminhos (Santos; Souza, 2018). Isto é, Souza e Santos (2018), destacam a importância de uma ética ambiental que valorize a natureza como um mundo dotado de significado e não apenas um objeto neutro.

Essa abordagem, centrada no princípio de precaução, reconhece a interconexão entre o homem e a natureza, promovendo uma relação de pertencimento e responsabilidade. Inspirada no ecocentrismo, essa ética ambiental fundamenta-se no pensamento de Aldo Leopold, que enfatiza a importância de preservar a integridade e a estabilidade da comunidade biótica. Assim, considera-se que o homem está imerso na natureza e que todos os elementos dessa comunidade têm valor intrínseco, sendo sua preservação uma preocupação política e ética fundamental (Santos; Souza, 2018).

Em direção a um potencial desenvolvimento sustentável, é crucial uma construção coletiva consciente e respeitosa voltada para a proteção da natureza (Leff, 2015). Isso requer uma ética que promova o cuidado com o ambiente e a promoção de um diálogo entre diferentes

saberes, envolvendo todos os atores sociais presentes nos diversos processos que regem e orientam a vida humana:

A ética ambiental propõe um sistema de valores associados a uma racionalidade produtiva alternativa, a novos potenciais de desenvolvimento e a uma diversidade de estilos culturais de vida. Isso supõe a necessidade de ver como os princípios éticos de uma racionalidade ambiental se opõem e amalgamam com outros sistemas de valores: como se traduzem os valores ambientais em novos comportamentos e sentidos dos agentes econômicos e dos atores sociais. Trata-se de ver os princípios éticos do ambientalismo como sistemas que regem a moral individual e os direitos coletivos, sua instrumentação em práticas de produção, distribuição e consumo, e em novas formas de apropriação e transformação dos recursos naturais (Leff, 2015, p. 86).

McShane (2009) levantou indagações cruciais na ética ambiental, especialmente relacionadas ao conceito de 'valor' atribuído à natureza. Ele questionou o antropocentrismo, que considera apenas os seres humanos como possuidores de valor moral. Essa corrente ética, direcionada ao meio ambiente, contesta a visão de que a natureza está subjugada ao homem e passa a defender a atribuição de valor moral a todos os seres vivos e ecossistemas. Isso se baseia na compreensão de que o mundo natural possui um valor intrínseco, ou seja, tem valor por si só, independente dos interesses humanos, especialmente os de natureza econômica.

McShane (2009) afirma que isso implica em dizer que a ética ambiental está intrinsecamente relacionada aos valores econômicos, mas também aos estéticos associados ao meio ambiente natural. Essa abordagem abarca questões que vão desde a economia ecológica<sup>8</sup> e a estética ambiental<sup>9</sup> até os serviços ecossistêmicos.

Isso realça a responsabilidade humana diante dessas questões, ressaltando a importância de considerar não apenas os aspectos econômicos, mas também os valores estéticos e os serviços prestados pelos ecossistemas na formulação de uma ética ambiental holística. Ao destacar a estética ambiental, McShane (2009) sugere que a preservação do meio ambiente não é apenas uma questão Pragmática, mas também uma preocupação estética que envolve apreciar

---

<sup>8</sup> A economia ecológica é uma abordagem dentro da economia que reconhece a interdependência entre a economia humana e os sistemas ecológicos naturais. Ela busca integrar conceitos e princípios das ciências naturais, como ecologia e biologia, com teorias e métodos da economia, a fim de compreender melhor como as atividades econômicas impactam e são influenciadas pelo meio ambiente.

<sup>9</sup> A estética ambiental refere-se ao estudo e à apreciação da beleza e do valor estético dos ambientes naturais. É uma área interdisciplinar que combina elementos da estética, da ecologia, da psicologia ambiental e de outras disciplinas relacionadas para entender como os seres humanos percebem e respondem esteticamente aos ambientes naturais. Essa abordagem reconhece que os seres humanos têm uma conexão emocional e estética com a natureza e que a qualidade estética do ambiente pode influenciar o bem-estar e a saúde mental das pessoas. A estética ambiental estuda como características como forma, cor, textura, proporção e harmonia na paisagem natural afetam as percepções e as experiências estéticas das pessoas.

e respeitar a diversidade e a beleza da natureza. Portanto, a consideração dos valores estéticos no debate sobre a economia ecológica enfatiza a necessidade de uma abordagem que leve em conta não apenas o bem-estar humano e as necessidades econômicas, mas também o valor intrínseco e a importância estética da natureza em si mesma.

Roslton (2007) aborda a ética nas relações humanas, destacando a consciência moral exclusiva dos seres humanos e questionando se, justamente por termos essa consciência, não deveríamos considerar as outras cerca de 10 milhões de espécies que compartilham o planeta conosco, respeitando seus interesses. Ele critica a noção de que os humanos são superiores, argumentando que: “A ética ambiental sustenta que nós, humanos, não somos tão "iluminados" quanto seria de se supor, não até que alcancemos uma ética mais respeitosa” (Roslton, 2007, p. 557). Essa perspectiva defende a inclusão da responsabilidade para com o meio ambiente no âmbito das relações humanas, reconhecendo sua importância vital para a vida:

A qualidade ambiental é necessária para a qualidade da vida humana. Os humanos reconstruem dramaticamente seus ambientes; ainda assim, suas vidas, preenchidas com artefatos, são vividas em uma ecologia natural na qual recursos - solo, ar, água, fotossíntese, clima - são questões de vida e morte. Os destinos da cultura e da natureza estão interligados, de modo similar (e relacionado) à maneira pela qual as mentes são inseparáveis dos corpos. Assim, a ética precisa ser aplicada ao meio ambiente. (Roslton, 2007, p. 558).

Dessa forma ressalta a importância de os seres humanos não apenas se verem como parte integrante da natureza, mas também de incluir a natureza em suas considerações éticas. Isso se deve à crença de que existe um direito humano intrínseco à natureza, que vai além do reconhecimento dos direitos humanos convencionais.

Esse direito inclui não apenas necessidades básicas como alimentação, água e ar, mas também abrange o solo, os ecossistemas e o direito a um meio ambiente saudável. A ética, portanto, deve considerar não apenas as relações entre os seres humanos, mas também a relação entre os humanos e o ambiente natural em que vivem, reconhecendo a interdependência e a importância vital dessa conexão para o bem-estar humano e o equilíbrio do planeta.

Nesse mesmo sentido, Borges (2014) destaca o princípio ético-crítico freireano, que tem sua base na vida e na experiência do oprimido e do ser negado pelo sistema vigente. Essa ética pedagógica libertadora de Paulo Freire é construída a partir da perspectiva dos que são marginalizados e vítimas de injustiças sociais.

Borges (2014) explora a ética freireana, ressaltando sua singularidade e relevância no contexto histórico-social da América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Ele destaca que a

visão de mundo e de educação de Paulo Freire é impregnada por uma ética humanizante, que busca a libertação dos oprimidos.

Utilizando ferramentas metodológicas como a fenomenologia e a hermenêutica, Borges (2014) investiga o princípio ético-crítico de Freire, que se diferencia das concepções burguesas, como a de Rousseau, ao valorizar o diálogo crítico e anti-hegemônico. Dussel (2002), por sua vez, considera Freire como um autêntico anti-Rousseau do século XX, pois parte das vítimas do poder, negadas pelo sistema hegemônico, para promover uma educação popular baseada na dialogicidade crítica.

Rolston (2007) reforça a ideia de que a vida humana está intrinsecamente conectada à natureza e que essas duas realidades não podem ser separadas. Ele defende veementemente essa perspectiva, destacando que todas as abordagens éticas voltadas para a natureza (como o biocentrismo, ética da terra, ética do bem-estar animal, ética do desenvolvimento sustentável, entre outras) estão interligadas e tratam das relações entre os seres humanos, a natureza e o meio ambiente simultaneamente.

A crise ambiental atual reflete as escolhas humanas que desconsideraram princípios éticos em relação ao ambiente, gerando danos expressivos aos ecossistemas e recursos naturais. Nesse cenário, a ética das virtudes emerge como uma abordagem promissora para lidar com essa crise. Ela prioriza o aprimoramento do caráter moral e a promoção de virtudes essenciais, como o respeito e a responsabilidade (Vidal, 2008).

O respeito na ética das virtudes, segundo Vidal (2008), nos conduz a perceber que fazemos parte do meio ambiente, não como seus senhores, mas como integrantes, e nos orienta a agir de forma a preservar e proteger a natureza para as gerações atuais e vindouras. Reconhecemos que a ética das virtudes pode ser tão antropocêntrica quanto às demais perspectivas éticas, o respeito pelo meio ambiente pode ser justificado não apenas pelo valor intrínseco da natureza, mas também pelos benefícios que ela proporciona aos seres humanos. No entanto, essa perspectiva pode incentivar uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente, promovendo a ideia de que os seres humanos são integrantes interdependentes da natureza, e não seus dominadores.

Por sua vez, Santos e Santos Filho (2017) destacam a responsabilidade como uma virtude fundamental que nos impulsiona a desempenhar um papel ativo na preservação do meio ambiente. Essa virtude nos estimula a agir de maneira ética em relação aos recursos naturais, considerando não apenas nossos interesses imediatos, mas também os impactos de longo prazo de nossas ações sobre o planeta.

Apesar de Aristóteles não ter abordado explicitamente o meio ambiente em seus escritos sobre ética das virtudes, sua ênfase no equilíbrio, na moderação e na justiça oferece um terreno fértil para interpretar e aplicar suas ideias à maneira como nos relacionamos com a natureza e os recursos naturais, incentivando um comportamento ético que respeite e preserve o ambiente em que vivemos (Beato, 2020).

Assim, na ética das virtudes em uma perspectiva ambiental, podemos defender que virtudes como o respeito e a responsabilidade desempenham papéis fundamentais na orientação da conduta moral e na construção do caráter ético. O respeito, para além de uma perspectiva antropocêntrica, é uma virtude que envolve reconhecer o valor intrínseco de todos os seres e entidades, sejam humanos, animais, plantas ou o próprio meio ambiente. Implica em tratar cada ser com consideração e dignidade, respeitando seus interesses e sua integridade. Dessa forma, devemos entender o respeito como uma virtude essencial para uma relação emancipatória com a natureza, pois reconhece a interdependência e a interconexão entre todos os elementos do mundo natural (Cruz, 2020).

Já a Responsabilidade é outra virtude central para uma ética das virtudes em uma perspectiva ambiental, pois envolve assumir o compromisso de agir de maneira atenta e cuidadosa em relação ao meio ambiente e às outras formas de vida (citação). Isso inclui reconhecer as consequências de nossas ações para o mundo natural e assumir a responsabilidade por mitigar os impactos negativos e promover o bem-estar ambiental. A responsabilidade também implica em agir de maneira proativa para preservar e proteger o meio ambiente para as gerações presentes e futuras (Zingano, 2011).

Conclui-se assim, que, ao integrarmos essas virtudes - respeito e responsabilidade - à ética ambiental, é possível antever uma mudança significativa na forma como nos relacionamos com o meio ambiente. Pensada a partir dessas virtudes, a ética das virtudes nos convoca a desenvolver um caráter moral que fomente uma conexão mais equilibrada e sustentável com a natureza, promovendo o uso moderado de recursos, a equidade na distribuição dos benefícios ambientais e a empatia para com todas as formas de vida. Essa abordagem ética pode servir como base para orientar ações individuais e coletivas em direção a um futuro mais harmonioso e responsável com o nosso ambiente natural.

Enquanto outras abordagens éticas podem se concentrar em regras, princípios ou consequências, a ética das virtudes destaca a importância de cultivar qualidades humanas como moderação, equidade e empatia (Zingano, 2011). Ao promover o uso moderado de recursos, a distribuição justa dos benefícios ambientais e uma atitude de respeito e consideração para com todas as formas de vida, a ética das virtudes busca não apenas orientar a ação moral, mas

também transformar o caráter humano em direção a uma relação mais harmoniosa e compassiva com o meio ambiente.

Em seu trabalho, Beato (2020) menciona Ronald Sandler, filósofo contemporâneo, que recontextualiza a ética aristotélica dentro do âmbito da ética ambiental das virtudes. Sandler adapta os princípios de Aristóteles para enfrentar os dilemas éticos e morais que dizem respeito ao meio ambiente. Sandler propõe uma reflexão sobre como as virtudes aristotélicas, como a justiça, a coragem e a temperança, podem ser aplicadas na esfera ambiental.

Por exemplo, ele destaca a importância da virtude da justiça não apenas entre indivíduos, mas também na distribuição equitativa dos recursos naturais entre diferentes espécies e gerações. Isso significa reconhecer a necessidade de agir de maneira justa não apenas com seres humanos, mas também com o ambiente e suas comunidades bióticas (Beato, 2020).

No decorrer de sua tese de doutorado Dias (2018) destaca que Sandler expande o conceito de coragem para abranger não apenas a bravura individual, mas também a coragem moral necessária para confrontar desafios ambientais, como as mudanças climáticas ou a degradação de habitats. Isso implica estar disposto a realizar sacrifícios e efetuar mudanças significativas em nosso estilo de vida (Dias, 2018).

A abordagem de Sandler na ética ambiental das virtudes destaca a importância de cultivar um caráter moral que promova uma relação mais responsável e sustentável com o meio ambiente. Ele sugere que as virtudes aristotélicas podem ser adaptadas para orientar ações que levem em consideração não apenas o bem-estar humano imediato, mas também o bem-estar de toda a comunidade biótica e das gerações futuras (Dias, 2018).

Conclui-se assim, que a reinterpretação contemporânea da ética aristotélica, como destacada por Sandler a partir das reflexões de Dias (2018) e Beato (2020), oferece um retorno às virtudes clássicas como base ética sólida para enfrentar os desafios ambientais atuais. Essa abordagem ressalta a importância contínua dessas virtudes no contexto contemporâneo, promovendo um relacionamento mais ético e responsável com o meio ambiente.

Nesse contexto, Larrère e Larrère (1997) enfatizam a necessidade de não apenas limitar ou conter a tecnologia, mas sim orientá-la, eles propõem um uso da natureza pautado na consideração do valor intrínseco da natureza e dos seres vivos. Essa abordagem destaca a responsabilidade em relação às futuras gerações, defendendo um uso ecocêntrico dos recursos naturais, que leve em consideração tanto os impactos ecológicos quanto éticos:

Falar de bom uso é dizer que não podemos utilizar simplesmente a natureza, mas que devemos determinar os critérios do seu uso. A crise ambiental

reafirmou a importância da avaliação. [...] Surgiram novas formas de avaliação, visando atribuir aos elementos naturais um ‘valor intrínseco’ que não seja redutível a um valor instrumental ou econômico. Mais radicalmente, pôs-se a questão de uma mudança dos nossos comportamentos, de uma nova ética de respeito ou de responsabilidade perante a natureza (Larrère; Larrère, 1997, p. 18).

Dessa forma, os autores sugerem que a ética ambiental não deve se limitar apenas a direcionamentos políticos e econômicos, mas sim se refletir em uma transformação de comportamento abrangente em práticas humanas - sejam elas produtivas, científicas ou de lazer. Isso não apenas pela dependência da vida humana do bem-estar ecológico, mas também pela consideração das outras espécies e das gerações futuras.

A ética das virtudes geralmente parece intrinsecamente antropocêntrica, pois seu foco central está na realização plena do ser humano, o que pode limitar sua capacidade de sustentar uma preocupação moral genuína com o ambiente não humano. No entanto, alguns filósofos discutem a possibilidade de estender a ética das virtudes ao cuidado do mundo natural não humano como um fim em si mesmo (Brennan; Norva, 2022).

Diante do exposto, a ética das virtudes surge como uma abordagem promissora para abordar essa crise, priorizando a melhoria do caráter moral e incentivando virtudes essenciais, como respeito e responsabilidade. Essas virtudes, quando integradas à ética ambiental, oferecem uma perspectiva ética sólida para guiar ações individuais e coletivas em direção a um futuro mais equilibrado e sustentável. Assim, diante das complexidades da crise ambiental, essa reflexão ética não apenas nos confronta com responsabilidades morais, mas também nos orienta na busca por caminhos éticos e sustentáveis para uma coexistência mais equilibrada e harmoniosa com o meio ambiente.



## **4 O ENSINO DE ÉTICA AMBIENTAL DAS VIRTUDES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FREIREANA NO COMBATE À CRISE AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EJA**

Este capítulo aborda o ensino de ética ambiental das virtudes sob uma perspectiva freireana no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), visando contribuir para o combate à crise ambiental. Foram traçadas conexões entre a escola, a abordagem pedagógica de Paulo Freire e a ética, destacando a importância de uma educação que promova a reflexão crítica e a transformação social, fundamentais para o enfrentamento dos desafios éticos contemporâneos.

Explorando o contexto específico da EJA, foi analisado as características e desafios desse campo educacional, ressaltando a relevância da Educação Ambiental como ferramenta para a conscientização e mobilização dos alunos em relação às questões ambientais. Foi apresentada a abordagem freiriana aplicada à Educação Ambiental na EJA, destacando princípios como diálogo, problematização e participação crítica como fundamentais para uma Educação Ambiental Emancipatória e transformadora.

Por fim, foram exploradas as possíveis conexões entre a abordagem freiriana da Educação Ambiental e a ética das virtudes, discutindo como esses elementos podem ser integrados no ensino de jovens adultos para promover uma consciência ética ambiental e prepará-los para enfrentar os desafios ambientais do século XXI.

### **4.1 A Escola, a educação freiriana e a Ética – delineando pontes**

A educação e a formação são fundamentais na construção do indivíduo e da sociedade, garantindo a continuidade da cultura e o desenvolvimento humano. Ramos e Costa (2007) destacam que, na sociedade moderna, o Estado assegura o direito à educação por meio de instituições formais. Kant (1999) concebe a educação como um processo de formação social, ressaltando sua importância para o progresso da humanidade. Em "Sobre a Pedagogia", Kant enfatiza a necessidade de disciplina e instrução desde a infância, visando à autonomia e à razão dos indivíduos.

Na contemporaneidade, a educação escolar enfrenta uma crise de valores humanistas, refletida na ruptura com tradições e na prevalência de comportamentos violentos no cotidiano escolar, conforme observado por Mundim Neto et al. (2017). Freire (1999) destaca o potencial

político da educação na construção de uma sociedade mais inclusiva e aberta, defendendo que as elites dominantes são inadequadas para liderar reformas sociais. Ele enfatiza a importância do diálogo e da conscientização para promover mudanças significativas na educação e na sociedade.

Os serviços escolares respondem às demandas sociais em um amplo contexto de significado social, buscando formar indivíduos capazes de viver de forma inteligente e assumir responsabilidades na sociedade, como apontado por Leão e Fiss (2014). No contexto brasileiro, observa-se a emergência de novos significados para a educação, como a promoção dos direitos humanos, políticas de educação integral e a valorização da diversidade, refletindo uma reconstrução dos valores sociais compartilhados. Essa reconstrução implica estar alinhado a diferentes políticas educacionais, que são formuladas e disseminadas em diversas escalas, conforme discutido por Lipovetsky (2004).

Freire (2006) denuncia a educação bancária como uma forma de dominação, em que os educandos são moldados e submetidos ao controle dos "esvaziadores", perpetuando assim um ciclo de opressão. Em contrapartida, o pensamento freireano propõe uma educação problematizadora, dialógica e libertadora, em que os educandos são protagonistas de sua própria aprendizagem e são incentivados a questionar, refletir e transformar sua realidade.

Na percepção de Adorno (1978), é responsabilidade da educação evitar a barbárie e promover a emancipação humana, não podendo, para tanto, se fechar em seu condicionamento social, indo além da reprodução e reafirmação das estruturas sociais existentes. Isso significa que a educação não deve simplesmente transmitir os valores, normas e ideologias predominantes na sociedade, mas deve questioná-los criticamente e buscar a transformação social. Ao se fechar em seu condicionamento social, a educação se limita a reproduzir as desigualdades, injustiças e opressões presentes na sociedade, perpetuando assim a barbárie.

Para Adorno (1978), a barbárie representa um estado de degradação moral e cultural da sociedade, caracterizado pela ausência de civilidade, humanidade e empatia. Ele aborda a barbárie em diferentes contextos, como na análise da cultura de massa e da sociedade industrial moderna. A barbárie é considerada como resultado da alienação e da exploração promovidas pelo capitalismo, que levam à desumanização das relações sociais e à perda de valores essenciais.

A cultura de massa, por exemplo, é vista como um reflexo dessa barbárie, pois promove a padronização, a manipulação das emoções e a alienação das massas, impedindo a reflexão crítica e o desenvolvimento humano genuíno. Assim, para Adorno (1978), combater a barbárie requer uma resistência ativa contra as estruturas opressivas e alienantes da sociedade

contemporânea, buscando promover a emancipação e a verdadeira humanização das relações sociais.

Adorno (1978) argumenta que a educação deve ter um papel ativo na luta contra a opressão e na promoção da emancipação humana, sendo capaz de instigar o pensamento crítico, a reflexão e a conscientização dos indivíduos sobre as estruturas sociais que os oprimem. Para o teórico, modelos preestabelecidos permeados pela repressão e pelo caráter manipulador não permitem o desenvolvimento dos indivíduos enquanto seres críticos. Assim, considera-se que a educação deve ser um espaço de emancipação e resistência, no qual os indivíduos sejam encorajados a questionar as formas de dominação e repressão, desenvolvendo uma consciência crítica e participando ativamente na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nesse sentido, opondo-se a esse modelo bancário, Freire (2005) pensa a educação como um processo progressivo libertador, logo, é preciso desvelar as origens e consequências da sociedade de classes, mantendo no poder grupos hegemônicos. Enquanto populações empobrecidas ficam marginalizadas, outros grupos usufruem de seus privilégios adquiridos por uma estrutura social dualista e de direitos universais que não são atendidos equitativamente.

No entendimento de Freire (2005), é por meio da educação conscientizadora que se pode atuar e lutar para a mudança, ou seja, contribuir de forma efetiva com uma educação que faça emergir a consciência crítica sobre essa realidade que é contraditória. A educação conscientizadora proposta por Freire (2005) se baseia no diálogo entre educador e educando, em um processo de aprendizagem que envolve a problematização das questões sociais e a busca coletiva por soluções.

Nesse processo, os estudantes são estimulados a refletir criticamente sobre sua realidade, identificar as estruturas de opressão e desigualdade presentes na sociedade e desenvolver uma consciência crítica em relação a elas. Uma das principais ferramentas da educação conscientizadora é o diálogo, que possibilita a troca de ideias, a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento da autonomia dos estudantes.

Freire (2005) pensa a educação como um processo progressivo, logo, a sociedade que abraça este projeto está atenta aos direitos dos cidadãos marginalizados, que são sistematicamente negados. O entendimento de que uma boa educação forma um bom cidadão, requer compreender o significado de cidadania que não pode se limitar à vida na cidade, mas as condições sob as quais a vida acontece.

Cabe à educação dialogar sobre os fins da vida em sociedade, com valores e princípios voltados ao papel social da educação, contribuindo com processos de transformação da realidade visando à humanização com garantia de direitos fundamentais a todos os seres

humanos. Na visão de Freire (2005), os valores e princípios devem ser vivenciados e praticados no cotidiano da sala de aula, permeando todas as interações e relações estabelecidas entre educadores e educandos. Isso implica em uma abordagem pedagógica baseada no diálogo, na escuta atenta, no respeito à diversidade de opiniões e no estímulo à participação e ao protagonismo dos estudantes.

Sendo assim, afirma Freire (1979) que a educação só é autêntica se for libertadora, buscando romper com as estruturas de opressão e desigualdade presentes na sociedade. Ela visa promover a conscientização crítica dos educandos, levando-os a compreender as relações de poder, a injustiça social e as diversas formas de opressão que os cercam. Ao se tornarem conscientes de sua realidade, os educandos são incentivados a refletir, questionar e transformar essa realidade, tornando-se agentes ativos na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Para Freire (1979), assumir-se na posição de sujeito cognoscente, comunicar-se e estabelecer relações consigo, com os outros sujeitos, com a natureza, com o mundo, são exigências do processo formativo libertador, inclusive, para compreender o planeta como lugar de vida para todas as espécies.

Segundo Freire (1979), se quiser que o ser humano faça a história sem deixar-se subjugar, será necessário pensar numa educação que liberte e não que domestique, o que obriga a uma revisão total e profunda dos sistemas educacionais e da prática pedagógica. Esta será transformadora quando compreender que a educação é política, o que requer assumir as finalidades da educação na direção da libertação de homens e mulheres, que estão imersos numa sociedade desigual e subjugados a todo tipo de exploração (Freire, 1979).

Essa realidade opressora é resultado da ação dos grupos dominantes na sociedade e sua transformação só será possível a partir da ação dos próprios oprimidos, porém conscientizados (Freire, 1979). A escola, como espaço de formação, o professor, como o agente ativo desse espaço, precisa fazer da sua práxis, uma ação concreta de ensinar e aprender, aprender e ensinar; precisa se vestir da responsabilidade de que estar nesse lugar não é apenas estar, mas ser agente de transformação (Freire, 1979).

Ressalta-se que ser um agente de transformação implica ir além da mera transmissão de conhecimentos, envolvendo-se de forma comprometida com o desenvolvimento integral dos educandos. O professor se torna um facilitador, um mediador, que estimula a reflexão crítica, a participação ativa e o engajamento dos alunos na construção do conhecimento. Ser agente de transformação também envolve uma postura ética e comprometida com os valores de justiça, igualdade e respeito. É assumir a responsabilidade de promover mudanças positivas, inspirar

os alunos a serem agentes de transformação em suas próprias vidas e na comunidade em que estão inseridos.

Freire (2001) ressalta que toda ação educativa deve ser uma ação cultural que busca transformações morais e intelectuais. Essa ação cultural tem início na tomada de consciência das estruturas de dominação presentes nas relações sociais e simbólicas. Através da crítica e do desejo por mudanças, as pessoas são impulsionadas a adotar novos valores e padrões de relações dialogais.

Nesse processo, a educação é concebida como um caminho contínuo e permanente de aprendizagem, que se estende ao longo da vida em todas as circunstâncias. A visão de Freire (2001) sobre a educação permanente não está condicionada a uma linha ideológica, posição política ou interesse econômico específico, em suas palavras:

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (Freire, 2001, p. 12).

Dessa forma, Freire (2001) reforça a ideia de que a educação vai além de um processo limitado a determinados contextos ou momentos da vida. Ela é um movimento contínuo de desenvolvimento humano, que se apoia na tomada de consciência, na busca por transformações e na valorização do conhecimento como uma busca incessante. A educação permanente, portanto, é um compromisso constante de aprendizado e reflexão, que nos acompanha ao longo de toda a nossa existência.

A educação, portanto, é um processo que se inicia desde o nascimento do ser humano, inserido em um determinado tempo e espaço social e cultural. Essa educação pode assumir o paradigma da adaptação, levando o sujeito a acreditar que deve se adaptar à sua condição e ao modelo de sociedade ou, ao contrário, levá-lo a trilhar caminhos plenos de possibilidades.

No ambiente formal de aprendizagem, é possível, desde a educação infantil, instigar os discentes para que sejam curiosos, ativos, aceitando desafios que levem ao encantamento do saber e construindo outras leituras de mundo. Nessa abordagem, o objetivo é promover a formação de indivíduos críticos e conscientes, capazes de questionar as estruturas de dominação e transformar a realidade.

O projeto de educação fundamentado nesse paradigma, assume o diálogo como metodologia, promovendo a compreensão do mundo com todas as suas potencialidades. Refuta o domínio mecânico da técnica e repetição mecanicista de conteúdos, para propor a aprendizagem a partir da cultura dos educandos, de suas hipóteses e seus saberes. Reconhecer que as crianças pensam, que têm cultura e saberes, requer dos educadores “não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes” (Freire, 1987, p. 31).

No contexto escolar, a conscientização dos estudantes acerca de práticas excludentes é a base da construção do pensamento autônomo. Como bem afirma Freire (1994, p. 11), “devemos cultivar uma educação da esperança enquanto empoderamento dos sujeitos históricos desafiados a superarmos as situações limites que nos desumanizam a todos.” É nesse ponto que se verifica a Educação Ambiental como parte desse pensamento.

Para Dickman e Carneiro (2021), a concepção freireana é de que o ser humano deve sempre assumir-se como um sujeito ético. A partir da Educação Ambiental é possível promover a libertação dos indivíduos ao reconhecerem o ambiente de vida como um outro que precisa ser cuidado (Dickman; Carneiro, 2021). Explica-se que a Educação Ambiental promove a conscientização sobre a interdependência entre humanos e meio ambiente, capacitando indivíduos a proteger e preservar os recursos naturais. Além disso, desafia atitudes prejudiciais, promove práticas sustentáveis e inspira uma conexão emocional com a natureza. Essa abordagem capacita os indivíduos a serem agentes de mudança positiva para um futuro mais sustentável e equitativo.

Freire (2004) ressalta a importância de compreender a ética universal do ser humano, assim como sua vocação ontológica. Uma vocação ontológica, conforme mencionada por Freire (2004), refere-se à essência ou natureza fundamental do ser humano, sua inclinação inerente para se desenvolver plenamente como indivíduo e como membro da sociedade. Essa vocação está relacionada à busca pela realização pessoal, pelo desenvolvimento das potencialidades humanas e pela busca de uma existência mais plena e significativa. Essencialmente, trata-se da compreensão de que os seres humanos têm uma tendência intrínseca para se tornarem mais completos em termos de consciência, autonomia, solidariedade e ética, contribuindo assim para um mundo mais justo e humano.

Freire (2004) enfatiza que a natureza humana se constitui social e historicamente. A ontologia cuida dessa natureza que se desenvolve socialmente ao longo da história. Na historicidade, a ontologia assume uma perspectiva dinâmica e relacional, reconhecendo que a

existência dos seres e objetos está intrinsecamente ligada ao contexto histórico e social em que se encontram. Isso significa que a natureza e a essência dos seres e objetos são moldadas pela história, pelas relações sociais, pelos sistemas de valores e pelas condições materiais de existência ao longo do tempo.

A ontologia na historicidade considera que a identidade e a realidade dos seres e objetos são construídas e transformadas pela ação humana, pelos processos históricos e pelas interações sociais. Ela investiga como as categorias ontológicas, como ser, existir, essência e substância, são influenciadas e redefinidas pelos contextos históricos específicos (Freire, 2004). Trata-se de uma natureza em constante processo de transformação, com algumas características fundamentais que permitem reconhecer a presença humana no mundo como algo original e singular.

As características fundamentais da natureza humana, conforme destacadas por Freire (2004), incluem sua constituição social e histórica, o que significa que os seres humanos são moldados pelas interações sociais e pelas condições históricas em que vivem. Essa natureza está em constante desenvolvimento e transformação ao longo do tempo, refletindo a capacidade dos seres humanos de se adaptarem e responderem aos desafios e mudanças do mundo ao seu redor. A presença humana no mundo é reconhecida como algo original e singular, destacando a individualidade e a singularidade de cada ser humano na sua interação com a sociedade e o ambiente. Essas características fundamentais evidenciam a complexidade e a riqueza da natureza humana, que se manifesta de maneira única em cada indivíduo e em cada contexto histórico e social.

Nunes-Neto e Conrado (2021) citam como perspectiva relevante a ênfase no desenvolvimento de uma abordagem educativa voltada para o cultivo de virtudes morais e epistêmicas, como sabedoria, compaixão, curiosidade e honestidade intelectual. Esse enfoque busca ampliar a consideração moral e está alinhado com a concepção de educação não apenas como transmissão de conhecimento, mas como um processo de formação de agentes virtuosos, refletindo os ideais da Paideia grega e do Humanitas romano.

A Paideia grega e o conceito de Humanitas romano são ideais educacionais e culturais fundamentais que moldaram a visão de mundo, os valores e a educação nas civilizações grega e romana, respectivamente. "Paideia" é um termo grego que engloba a educação, a formação e a cultura na Grécia Antiga. Este conceito abrangente não se referia apenas à educação formal, mas a todo o processo de formação do cidadão e do ser humano, integrando aspectos físicos, morais, intelectuais e estéticos. A Paideia visava a formação de um indivíduo completo, capaz

de participar ativamente na vida cívica, com um forte senso de justiça, virtude e conhecimento (Nunes-Neto e Conrado, 2021).

Por sua vez, conceito de *Humanitas*, originário da Roma Antiga, refere-se ao desenvolvimento das qualidades humanas essenciais, como a gentileza, a civilidade, a erudição e a cultura. Este ideal romano enfatizava a importância da educação e da formação moral e intelectual para a realização plena do ser humano e para a vida em sociedade. *Humanitas* era associado à formação de um cidadão capaz de governar e de participar da vida pública com virtude, sabedoria e justiça (Nunes-Neto e Conrado, 2021).

A proposta envolve o fomento teórico e prático do cultivo dessas virtudes, com ênfase naquelas capazes de contribuir efetivamente para ações positivas diante dos desafios socioambientais. A aspiração é alcançar sociedades mais justas e sustentáveis, envolvendo todos os agentes da educação, como educadores, professores, gestores e estudantes. Acredita-se que, por meio do cultivo de virtudes morais e epistêmicas, é possível agir em benefício de seres humanos e não-humanos, promovendo transformações significativas (Nunes-Neto; Conrado, 2021).

Os educadores e professores desempenham um papel crucial nesse processo, pois, ao reconhecerem a relevância da dimensão ética da docência, não se limitam a ensinar ética teoricamente. Tornam-se exemplos ao praticar virtudes em suas próprias vidas, principalmente no que diz respeito a aprimorar a convivência com outros e enfrentar os problemas socioambientais (Nunes-Neto; Conrado, 2021).

Ao assumir o compromisso de serem exemplos de virtude, influenciam positivamente não apenas a si mesmos, mas também a sociedade e o ambiente ao seu redor. A atuação baseada em virtudes pode, inclusive, inspirar outros a se juntarem em esforços coletivos, impulsionando ações com impacto cada vez mais abrangente (Nunes-Neto; Conrado, 2021).

A ética da virtude recebe crítica pela sua dependência do exemplo reside na ideia de que a virtude não necessariamente será seguida espontaneamente apenas por ser demonstrada por outras pessoas. Embora seja verdade que os exemplos positivos de virtude possam inspirar e influenciar outros a agir de maneira semelhante, essa não é uma garantia absoluta. a dependência excessiva do exemplo pode levar a uma abordagem passiva da moralidade, na qual as pessoas esperam que outros mostrem o caminho em vez de tomarem decisões éticas por si mesmas (Pastura; Land, 2016).

A educação tem um papel importante no meio social, mas é preciso saber como funciona a educação de acordo com sua concepção. Para Luckesi (1994), a educação pode ser concebida como redenção da sociedade, como reprodução da sociedade ou como transformação da



sociedade. Como redenção da sociedade, a educação visa adequar os indivíduos ao convívio social, mantendo o equilíbrio e a ordem social, como se a educação fosse à margem da sociedade, um conceito autônomo e, simplesmente, servindo como ferramenta de coesão social (Luckesi, 1994).

Como reprodução da sociedade, a educação faz parte da sociedade. Mas, como membro da própria sociedade, tem a função de reproduzir o modelo vigente na sociedade com todos os seus aspectos econômicos, sociais e políticos, o que na verdade é uma forma de moldar os indivíduos para perpetuar um modelo (Luckesi, 1994). Nesse sentido, Luckesi (1994) afirma que a tendência redentora é otimista com relação ao poder da educação na sociedade.

A tendência reprodutiva é pessimista, no sentido de que será sempre uma instância a serviço do modelo de sociedade dominante. Em termos de resultados, as duas tendências parecem estar chegando ao mesmo ponto. A tendência redentora pretende “curar” a sociedade de seus males, adequando os indivíduos ao modelo ideal de sociedade (que, afinal, nada mais é do que aquela a serviço dos interesses dominantes) (Saviani, 1994).

A tendência reprodutiva afirma que a educação nada mais é do que um exemplo de reprodução do modelo de sociedade a que serve; que, no presente caso, é a empresa atual (Saviani, 1994). Nesse contexto, é fundamental ressaltar a responsabilidade ética dos educadores no exercício de sua tarefa docente, como destacado por Freire (2006). Falando em ética, diz Freire (2006, p.15):

Gostaria, por outro lado, de sublinhar a nós mesmos, professores e professoras, a nossa responsabilidade ética no exercício de nossa tarefa docente. Sublinhar esta responsabilidade igualmente àquelas e àqueles que se acham em formação para exercê-la. Este pequeno livro se encontra cortado ou permeado em sua totalidade pelo sentido da necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora. Educadores e educandos não podemos, na verdade, escapar à rigorosidade ética. Mas, é preciso deixar claro que a ética de que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro... Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano.

Assim, Freire (2006) traz à tona a importância da ética na prática docente e a responsabilidade dos educadores em promover uma educação comprometida com valores humanos e a transformação da sociedade. O autor enfatiza que os professores e professoras possuem uma significativa responsabilidade ética em suas atividades educativas e devem sublinhar essa responsabilidade não apenas para si, mas também para aqueles que estão em formação para exercer a docência.

A obra de Freire é permeada pelo conceito de "eticidade", que denota a natureza intrinsecamente ética da prática educativa como uma formadora de consciência e cidadania. A ética na educação transcende as relações mercadológicas e econômicas, não se curvando aos interesses do lucro, mas sim colocando em destaque os valores universais do ser humano. Em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, o autor deixa claro que a ética que aborda não é aquela restrita ao mercado, que se curva aos interesses do lucro. Como bem disserta:

Da ética que condena o cinismo do discurso do mercado, que condena a exploração da força de trabalho do ser humano, que condena acusar por ouvir dizer, afirmar que alguém falou A sabendo que foi dito B, falsear a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal. A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da pureza em puritanismo. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos, em nossas relações com eles (Freire, 1987, p. 7-8).

Esta passagem evidencia o compromisso sugerido por Paulo Freire em uma conduta ética, mas não qualquer ética, mas que revele um comportamento transformador, que preserve e valorize a condição do ser humano e seu contexto social, que inclua seus direitos e deveres como cidadão.

Tornés (2011) aborda a postura coesa e coerente da educação popular diante de um drama social, destacando sua ética profundamente humanista, que a diferencia da ética orientada pelo mercado. De acordo com Paulo Freire opta por uma "ética da vida", uma ética comprometida com a vida e com a transformação social, especialmente em um contexto latino-americano. Essa ética está fundamentada na busca por uma sociedade mais justa, igualitária e participativa, onde a educação exerça um papel transformador na vida das pessoas. Essa ética rejeita a ideologia dominante, que é considerada opressora e limitadora ao ocultar os condicionamentos sociais presentes nos processos educacionais.

Ao adotar a "ética da vida" e uma postura crítica, a educação popular assume um papel ativo na promoção da justiça social e na superação das desigualdades (Tornés, 2011). Isso implica em uma constante busca por uma educação comprometida com a emancipação dos indivíduos, capacitando-os para que se tornem sujeitos ativos na construção de uma sociedade mais justa e solidária (Tornés, 2011). Essa postura ética é essencial para a efetivação da

educação popular como instrumento de libertação e empoderamento das pessoas em suas comunidades e contextos sociais.

A liberdade, de acordo com a concepção freireana, está intrinsecamente ligada à capacidade de estabelecer um diálogo problematizador, no qual as questões que envolvem a dignidade humana são politizadas. Essa abordagem se concentra na valorização das relações humanas, reconhecendo que o ser humano se desenvolve e se realiza na interação com o mundo e com os outros seres humanos (Borges, 2014).

Nessa perspectiva, a libertação do ser humano ocorre por meio da conscientização, da problematização das condições opressoras e da capacidade de se tornar um sujeito ativo na construção de sua própria história. A ética da vida, pedagógica e libertadora, de Freire, busca a emancipação dos oprimidos, permitindo que eles se tornem sujeitos autônomos e protagonistas de suas vidas e da sociedade. Essa ideia de liberdade está intrinsecamente associada ao método dialógico problematizador de Freire, que enfatiza o diálogo entre educadores e educandos, permitindo que os estudantes participem ativamente do processo de aprendizagem, questionando e refletindo sobre sua realidade (Borges, 2014).

Essa abordagem se comunica tanto com a ética das virtudes quanto com a ética da responsabilidade, embora com ênfases distintas. Por um lado, sua ética da vida, pedagógica e libertadora enfatiza a importância da formação de virtudes nos indivíduos, como a autonomia, a solidariedade e a justiça. Ao buscar a emancipação dos oprimidos, Freire (2006) promove valores que são essenciais para uma vida ética e virtuosa.

Por outro lado, também se conecta com a ética da responsabilidade ao enfatizar a importância da conscientização e do engajamento dos indivíduos na transformação de sua realidade social. Ao adotar um método pedagógico dialógico e problematizador, Freire (2006) incentiva os educandos a assumirem responsabilidade por sua própria aprendizagem e ação, capacitando-os a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

As virtudes propostas na Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire (2006), não prescrevem um moralismo hipócrita, mas uma prática educativa comprometida e responsável com a ética do ser humano, uma prática educativa que necessita de decisões, avaliações e que educa para a liberdade com responsabilidade social, proporcionando uma consciência crítica do mundo e do conhecimento.

Freire (1987) enfatiza a importância das qualidades ou virtudes que são fundamentais para a prática educativa, especialmente quando se trata do ensino da Educação Ambiental. Ele destaca que essas qualidades não são presentes recebidos por bom comportamento, mas sim construídas através do esforço pessoal para diminuir a distância entre o discurso e a prática.

A primeira virtude indispensável destacada por Freire (1987) é a coerência. Essa virtude é especialmente relevante no contexto do ensino da Educação Ambiental, pois os educadores que desejam transmitir a importância do respeito ao meio ambiente devem demonstrar coerência em suas ações diárias. Isso significa que os professores devem agir de acordo com os princípios e valores que estão ensinando, buscando reduzir a distância entre o que falam e o que fazem em relação à proteção e preservação do meio ambiente.

No entanto, é importante considerar que nem toda ação formadora é necessariamente ética, uma vez que a ética envolve escolhas conscientes, responsabilidade e consideração pelos impactos de tais ações. Portanto, a formação ética do educador não é automática, sendo necessário um constante questionamento e aprimoramento das práticas pedagógicas para que, de fato, contribuam para o desenvolvimento ético dos alunos (Freire, 1987).

No ensino da Educação Ambiental, os educadores têm a responsabilidade de ensinar aos alunos não apenas os conceitos e conhecimentos relacionados ao meio ambiente, mas também de despertar sua consciência ambiental e incentivar ações responsáveis em relação à natureza (Freire, 1987). Os educadores devem agir com seriedade e retidão, sendo exemplos de comportamento ético, sustentável e responsável para seus alunos.

Outra questão importante abordada por Freire (1987) é a ideia de respeito à autonomia, dignidade e identidade do educando. No contexto da Educação Ambiental, isso implica em valorizar as experiências e conhecimentos prévios dos alunos em relação ao meio ambiente e reconhecer suas identidades e culturas. Os educadores devem promover uma Educação Ambiental inclusiva, que respeite a diversidade e empodere os estudantes para que sejam agentes ativos na construção de um futuro sustentável.

A Educação Ambiental é a condição das práticas educacionais, e assim, visando ser necessário a comunidade escolar, precisando contribuir pela causa, incentivando aos alunos a autonomia, responsabilidade, senso crítico e uma visão holística das questões ambientais (SANTOS, 2020). Nesse contexto, o procedimento pedagógico é perpassado como uma concepção que permite ligar o aluno com a pesquisa, para que seja conscientizado como um bem-estar social e a formação do cidadão (SANTOS, 2020).

A escola deve diminuir a distância entre o aluno e os conteúdos. Ambos devem fundir-se para enriquecer o processo de aprendizagem, mantendo uma postura crítica e construtiva para o desenvolvimento de valores éticos e atitudes morais, para construir um projeto de vida individual e coletivo útil à comunidade (SANTOS, 2020). A formação do aluno enquanto cidadão deve ser o principal foco, visto que é um passo largo para transformá-lo em um agente transformador do futuro.

Rosa (2012) conduziu uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de explorar como as proposições e ideias de Paulo Freire podem enriquecer a formação de professores no contexto da Educação Ambiental. O estudo visou ampliar as concepções e práticas da Educação Ambiental no ambiente escolar, sob uma perspectiva intercultural. A autora fundamenta sua escolha ao compreender que a obra de Paulo Freire se desenvolve através de um constante movimento de ida e volta, no qual o autor incessantemente busca o diálogo e a conexão entre os assuntos educacionais escolares e a realidade cotidiana.

#### **4.2 O contexto da Educação Ambiental na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

A EJA é uma modalidade educacional implementada pelo Governo Federal, abrangendo todos os níveis da Educação Básica no país. É direcionada a jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação formal na idade apropriada. Essa modalidade permite que esses estudantes retomem os estudos e os concluam de forma mais rápida, abrindo oportunidades para se qualificarem e alcançarem melhores posições no mercado de trabalho (Almeida, 2015). A EJA ressurge entre os debates com a promulgação nº 9394/96 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sendo reafirmada sua necessidade de ser gratuita e de qualidade, garantindo o acesso e permanência dos jovens e adultos nas escolas públicas (Brasil, 1996).

Destaca-se a influência significativa das ideias e princípios do renomado educador Paulo Freire no desenvolvimento da EJA, especialmente no que diz respeito ao papel crucial da alfabetização na transformação e libertação dos indivíduos na sociedade (Ferrari; Hanoff, 2020). Sua experiência pioneira na alfabetização de adultos em Recife contribuiu com valiosos insights teóricos para a educação popular na EJA, promovendo uma abordagem crítica que considera a importância vital do contexto histórico-social na educação desses indivíduos (Ferrari; Hanoff, 2020).

Freire (2006) enfatizava a importância de levar em consideração o contexto social e cultural dos estudantes, integrando essas experiências no processo educativo. Isso se alinha de maneira ímpar com as necessidades da EJA, onde os alunos muitas vezes retornam à escola após um hiato ou buscam educação para melhorar suas vidas (Bertolin; Bohrz, 2020).

Bertolin e Bohrz (2020) ressaltam que o método proposto por Freire coloca o diálogo no centro do processo de ensino e aprendizagem, incentivando a reflexão crítica sobre a realidade e promovendo a conscientização. Na EJA, isso é especialmente relevante, pois permite que os alunos analisem e compreendam melhor as questões sociais, políticas e culturais

que os cercam, capacitando-os a se tornarem agentes de mudança em suas próprias vidas e comunidades.

Importante que enfatizar que, além disso, a abordagem de Freire valoriza a autonomia do aluno, encorajando a participação ativa, o pensamento crítico e a construção coletiva do conhecimento. Isso é crucial na EJA, onde os alunos muitas vezes têm necessidades específicas e diferentes ritmos de aprendizado (Ferreira; Mesquita, 2015).

Ferreira e Mesquita (2015) afirmam que o legado de Paulo Freire na Educação Freireana tem sido uma fonte inspiradora para educadores que trabalham na EJA, oferecendo princípios sólidos para criar ambientes de aprendizagem inclusivos, centrados no aluno e voltados para a transformação social. Sua visão de educação como prática de liberdade continua a moldar e influenciar positivamente a maneira como a EJA é abordada e implementada em diferentes contextos educacionais ao redor do mundo.

Apesar dos esforços individuais ou de grupos engajados na consolidação da EJA, ela tem enfrentado uma trajetória permeada por desafios e retrocessos. Essa modalidade educacional tem sido afetada por instabilidades político-administrativas decorrentes de mudanças de governo, além da escassez de apoio tanto em termos estruturais quanto pedagógicos. Segundo muitos pesquisadores da área, a EJA é considerada uma espécie de "destino" formal dentro do nosso sistema educacional, recebendo aqueles excluídos do processo convencional, cuja complexidade precisa ser compreendida para enfrentar os numerosos desafios que apresenta (Medeiros; Sousa; Cabral, 2016).

Dentro dos inúmeros desafios didático-pedagógicos e de formação presentes na EJA, a Educação Ambiental, especialmente na sua vertente crítica, pode desempenhar um papel crucial na transformação das aulas dessa modalidade educacional em espaços com potencial para efetivar mudanças na realidade dos alunos, contribuindo assim para a construção efetiva da cidadania. De acordo com Loureiro (2007), a Educação Ambiental Crítica essencialmente busca problematizar a realidade, focando na formação de atitudes, comportamentos e valores através de práticas dialógicas que promovam a conscientização, conceito em linha com as ideias de Paulo Freire.

[...] conscientizar só faz sentido se for no sentido posto por Paulo Freire de "conscientização": de processo de mútua aprendizagem pelo diálogo, reflexão e ação no mundo. Movimento coletivo de ampliação do conhecimento das relações que constituem a realidade, de leitura do mundo, conhecendo-o para transformá-lo e, ao transformá-lo, conhecê-lo. Dinâmica escolar que reconhece as especificidades de professores, pais, alunos e demais integrantes da comunidade escolar, mas que não pensa o acesso à informação e à cultura

dissociada da contextualização da prática e da recriação da própria cultura (Loureiro, 2007, p. 69).

Esse trecho, Loureiro (2007) destaca a importância da conscientização na perspectiva de Paulo Freire, onde o processo educacional vai além da mera transmissão de informações. A conscientização, segundo Freire (2006), envolve um ciclo de aprendizado mútuo, um diálogo contínuo entre reflexão e ação no mundo real. É um movimento coletivo de ampliação do conhecimento, uma leitura crítica da realidade que busca compreendê-la para transformá-la.

A Educação Ambiental se torna crucial no contexto da EJA, considerando que, segundo Leff (2001), os valores em relação ao meio ambiente são estabelecidos de variadas maneiras, seja por meio dos princípios da ecologia e dos direitos coletivos, seja pelos interesses das sociedades relacionados à exploração da natureza, entre outros fatores. Portanto, abordar e apresentar aos alunos da EJA os valores subjacentes aos diversos interesses é uma estratégia para emancipá-los da condição de oprimidos. Isso justifica nossa concordância com Freire (2005) ao afirmar que educar é um ato político.

O estudo realizado por Alkimin e Dornfeld (2016) investigou a inserção da Educação Ambiental no Ensino Médio da EJA no município de Ilha Solteira/SP. Utilizando questionários para os alunos, o estudo identificou uma deficiência no conhecimento sobre a temática ambiental, bem como uma escassez de projetos relacionados ao meio ambiente oferecidos pela escola. Os autores destacaram a necessidade de desenvolver a Educação Ambiental na EJA, considerando que muitos dos alunos têm pouca escolarização e foram excluídos do ensino formal. Os autores verificaram que prevalece nesses alunos uma visão naturalista do meio ambiente e a oferta de Educação Ambiental na escola é caracterizada por ações pontuais, muitas vezes conduzidas por outras instituições.

Por sua vez, Costa e Santos (2015) investigaram a percepção ambiental dos alunos da EJA no Assentamento Rural Marimbondo, em Tobias Barreto - SE. Os resultados mostraram que a maioria dos alunos nunca participou de projetos de Educação Ambiental, apesar do interesse, e a escola não promove atividades nesse sentido. Destaca-se a necessidade de projetos de Educação Ambiental para envolver os alunos na discussão e busca de soluções para os problemas locais. No entanto, a EJA não desenvolve esses projetos, e as discussões sobre meio ambiente são pontuais.

Destaca-se, ainda, a pesquisa realizada por Dourado (2018) investigou as práticas de Educação Ambiental (EA) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em escolas municipais de Formosa (GO). Os resultados indicaram que as práticas de EA eram baseadas principalmente em projetos, com pouca participação dos professores na execução das atividades propostas nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs). Os alunos valorizavam as práticas da escola, mas

desejavam mais espaço para projetos e maior engajamento da comunidade. As práticas de EA incluíam debates e aulas expositivas, utilizando recursos como livro didático, TV, filmes e documentários.

Diante das análises realizadas sobre a inserção da Educação Ambiental na EJA, torna-se evidente a urgência de uma abordagem mais efetiva e abrangente. É essencial que as políticas educacionais e as práticas pedagógicas na EJA incorporem de forma mais efetiva a Educação Ambiental, garantindo que essa modalidade de ensino contribua efetivamente para a formação integral e crítica dos alunos, capacitando-os para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos com consciência e responsabilidade.

### **4.3 Educação Ambiental Freireana no Contexto da EJA**

O contexto da EJA envolve uma série de peculiaridades que precisam ser consideradas para a Educação Ambiental. Observa-se uma evolução significativa além do ensino tradicional de alfabetização, incorporando o desenvolvimento da cidadania e o reconhecimento da identidade social dos envolvidos (Marques; Zanata; Maguili, 2009). A importância do diálogo entre educador e educando é destacada para compreender as necessidades individuais e considerar as experiências anteriores de cada um (Jaloto, 2011).

Segundo Ireland (2007), a EJA tem o propósito não apenas de transmitir conhecimento, mas também de estimular uma postura crítica e criativa diante da realidade socioeconômica, cultural e ambiental, promovendo o diálogo entre os saberes prévios dos alunos e os novos conhecimentos a serem adquiridos em sala de aula.

O retorno de jovens e adultos à escola é impulsionado por diversos motivos, como a busca por qualificação profissional, afirmação da autoestima e ascensão social. Essa demanda é influenciada pelo mercado de trabalho, que exige níveis de formação específicos para determinadas vagas. Em salas de aula da EJA, a diversidade de idades proporciona trocas de experiências enriquecedoras (Medeiros; Bernardes, 2023).

Os educadores precisam adaptar seus métodos ao contexto da EJA, considerando as experiências vivenciadas pelos alunos e promovendo uma reflexão sobre a diversidade. Introduzir a Educação Ambiental de forma holística e transversal no currículo da EJA permite aos alunos compreenderem criticamente as complexas relações da vida, além de oferecer a oportunidade de retornarem aos estudos com uma nova perspectiva (Medeiros; Bernardes, 2023).



Nesse sentido, é fundamental que a introdução da temática ambiental na educação, especialmente na EJA, transcenda a simples internalização de valores ligados à preservação da natureza. Uma abordagem abrangente e complexa se torna essencial para compreender a multiplicidade de causas e as interconexões entre os diversos processos que permeiam o mundo (Leff, 2001).

Acreditamos que a educação é uma forma de agir no mundo, e a Educação Ambiental deve seguir esse princípio. Ao contrário, como disse Freire (1996, p. 61), "do ponto de vista dos interesses dominantes, a educação deveria ser uma prática que mantém as coisas como estão e esconde verdades". Isso ressalta a importância de uma abordagem ampla na Educação Ambiental, indo além da simples internalização de valores e explorando a complexidade dos sistemas ambientais, incentivando uma compreensão mais profunda e crítica das relações entre sociedade e meio ambiente.

A efetividade dessa ação não deve ser limitada apenas à execução de atividades práticas. Agir por agir não garante uma mudança genuína de atitudes e comportamentos. Como aponta Carvalho (2006), muitas abordagens em Educação Ambiental focam apenas no ensino de comportamentos considerados ambientalmente corretos, mas isso não assegura o desenvolvimento de uma atitude ecológica, ou seja, de um conjunto de valores sobre como interagir com o ambiente.

Para superar uma abordagem excessivamente focada no comportamento, como definido por Carvalho (2001), é crucial implementar políticas de formação continuada que preencham as lacunas existentes na Educação Ambiental, na EJA e suas interseções. Isso nos permitirá avançar em direção a uma Educação Ambiental Popular que leve em conta os adultos, que já possuem hábitos e comportamentos estabelecidos em relação ao meio ambiente.

A abordagem crítica da Educação Ambiental, ao considerar as experiências dos adultos em suas interações com o ambiente, pode desencadear a desconstrução e reconstrução de valores, atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente. Isso vai além do simples ensino de práticas corretas e busca uma compreensão mais profunda e transformadora das relações entre as pessoas e o ambiente em que vivem.

Para os alunos da EJA, o acesso aos princípios da Educação Ambiental é crucial, pois lhes permite compreender e refletir sobre os diversos desafios relacionados à crise ambiental atual, contribuindo para sua emancipação e engajamento cívico. A prática da Educação Ambiental Crítica, conforme Silva e Santos (2017), considera as vivências dos jovens e adultos em seu contexto local, promovendo a desconstrução e reconstrução de ideologias, hábitos e comportamentos.

Salienta-se que é fundamental estabelecer um diálogo entre as diferentes visões de mundo do professor e dos educandos na Educação Ambiental Popular. Esse diálogo permite que o aluno compreenda que suas próprias visões de mundo, evidenciadas por suas ações, são reflexos das situações em que vivem (Freire, 2005).

Dessa maneira, ao fundamentar a Educação Ambiental na EJA por meio desse diálogo, os educandos têm a oportunidade de perceber e refletir sobre sua relação com o meio ambiente. Essa abordagem promove uma compreensão mais ampla e crítica das interações entre as perspectivas individuais e as questões ambientais, estimulando uma reflexão mais profunda sobre o papel de cada um na construção e preservação do ambiente.

De acordo com Santos (2018), a relevância de Paulo Freire na EJA é inegável, especialmente quando contextualizamos sua abordagem da Educação Ambiental (EA) nesse cenário. Freire defendia uma prática educativa engajada, baseada no diálogo e na conscientização, que não apenas permitia o resgate da autoestima e da autonomia dos alunos, mas também os capacitava para a transformação social. A autora salienta que, ao considerarmos os desafios enfrentados pela EJA, como a evasão, torna-se evidente que a simples adoção da metodologia de Freire não é uma panaceia. A evasão na EJA é um reflexo de múltiplos fatores, como questões socioeconômicas, falta de suporte educacional e desmotivação.

Nesse contexto, é fundamental ir além da aplicação de métodos pedagógicos renomados, como os de Freire, para abordar sistematicamente as causas da evasão. Isso pode envolver a implementação de políticas educacionais mais inclusivas, programas de suporte socioemocional e a construção de uma comunidade educacional que valorize e integre as vivências dos alunos adultos (Santos, 2018).

Diante da interseção entre a Educação Ambiental Freireana e a ética das virtudes no contexto educacional para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos, percebe-se que a construção de uma consciência crítica e ética é fundamental para formar cidadãos comprometidos com a transformação social. A história da preocupação ambiental, desde Platão até a legislação brasileira, evidencia a necessidade de incorporar a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

A visão de Paulo Freire sobre uma educação problematizadora, crítica e reflexiva destaca a importância de explorar a realidade local para instigar nos estudantes uma visão crítica do ambiente em que vivem. A integração da ética das virtudes, fundamentada na proposta de Aristóteles, na Educação Ambiental Freireana abre caminhos para o desenvolvimento de uma consciência ética profunda nos indivíduos.

A abordagem holística, interdisciplinar e participativa proposta combina elementos da ética aristotélica com os princípios da Educação Freireana, capacitando os alunos a enfrentar criticamente os desafios ambientais contemporâneos. Dessa forma, a Educação Ambiental Freireana, aliada à ética das virtudes, emerge como uma ferramenta transformadora para preparar os cidadãos, especialmente na Educação de Jovens e Adultos, para agir de maneira ética, responsável e consciente diante das demandas ambientais atuais.

Paranhos (2009) destaca a importância de considerar o histórico de vida dos adultos na Educação Ambiental da EJA, pois as problemáticas ambientais fazem parte direta ou indiretamente de suas vivências. Para promover ações mais críticas, é essencial desenvolver uma compreensão crítica do ambiente. Conforme Freire (1967), toda compreensão está intrinsecamente ligada à ação: se a compreensão é crítica, as ações tendem a ser também. Assim, ao trabalhar o senso crítico, os sujeitos podem refletir e agir de acordo com suas próprias convicções, fundamentando suas ações em uma compreensão crítica do mundo ao seu redor.

Contudo, é crucial reconhecer os desafios existentes na implementação dessas práticas, como a evasão na EJA, exigindo uma abordagem mais ampla que integre políticas inclusivas e suporte socioemocional.

#### **4.4 O possível vínculos entre a Educação Ambiental Freireana e a ética das virtudes no ensino de jovens adultos e preparação crítica para desafios ambientais contemporâneos**

A história da preocupação ambiental remonta a tempos antigos, evidenciada por exemplos como Platão na Grécia, cujo interesse significativo se estendia à preservação das florestas, da fauna e da flora em sua região (Borges, 2019).

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (Brasil, 2013, p. 538).

Assim, a prática da Educação Ambiental deve promover o desenvolvimento de uma educação cidadã, responsável, crítica e reflexiva sobre valores e conhecimentos, contribuindo para que os indivíduos tomem decisões transformadoras e sustentáveis tanto no presente quanto no futuro. Segundo Paulo Freire, a implementação de uma Educação Ambiental com abordagem histórica, social e crítica envolve considerar questões como:

Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo remediados dos centros urbanos? (Freire, 1996, p. 30).

Dessa forma, a Educação Ambiental nas escolas deve ser um processo contínuo de aprendizado, incorporando diversas formas de compreensão para formar cidadãos conscientes tanto localmente quanto globalmente. Isso permite uma análise e reflexão sobre a interação humana com a natureza, ancorada em uma ética que valoriza princípios morais e uma perspectiva diferenciada na observação do mundo e das relações humanas com ele.

Ao analisarmos essa relação entre domínio e liberdade, torna-se evidente a importância de uma prática consistente da Educação Ambiental no contexto escolar para estimular nos estudantes o pensamento crítico e reflexivo, capacitando-os para serem cidadãos engajados. Nessa perspectiva, Dias (2004) adverte que:

[...] precisamos de uma escola comprometida com as mudanças sociais, uma escola cujos conteúdos programáticos revelem a sua realidade, uma escola flexível e aberta ao diálogo. Essa escola, de moldes mais plásticos, poderá formar pessoas com o caráter da mudança, do resgate de valores que justificam a nossa experiência humana na Terra (Dias, 2004, p. 124).

A abordagem libertadora de Paulo Freire nos convida a repensar a relação do ser humano como protagonista de suas ações. No pensamento freireano, o conhecimento humano visa a compreender a realidade, considerando as diversas conexões e interações presentes na vida. À medida que o indivíduo interage com essa realidade e toma consciência de sua capacidade de agir sobre ela, torna-se o protagonista do processo de construção do entendimento sobre o mundo:

Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito (Freire, 1983, p. 36).

Freire (1996) destaca a interligação entre a questão ambiental e áreas como a educação, a política, a pobreza e a saúde. Ele enfatiza a importância de aproveitar a vivência dos alunos

para debater questões como poluição, precariedade do bem-estar e riscos à saúde devido aos lixões.

Salienta-se que a Educação Ambiental Freiriana busca integrar as questões ambientais ao contexto educacional, enfatizando a relação entre a natureza e a sociedade. Nessa abordagem, os alunos são encorajados a refletir sobre os problemas ambientais presentes em suas comunidades, como a poluição e a falta de infraestrutura adequada para o descarte de resíduos. Ao conectar essas questões com suas vivências, os estudantes são incentivados a desenvolver um senso de responsabilidade e a buscar soluções para os desafios ambientais locais. Assim, a Educação Ambiental Freiriana não apenas fornece conhecimentos sobre o meio ambiente, mas também promove a conscientização e a ação em prol da sustentabilidade.

Freire (1996) concebe a escola não como uma instituição que transforma diretamente a sociedade, mas como um espaço que pode capacitar indivíduos a serem agentes de mudança. Ele ressalta que a educação possui o potencial de gerar transformações sociais que impactam tanto o âmbito individual quanto coletivo, local e globalmente, promovendo abordagens colaborativas e críticas na busca por soluções para esses problemas (Freire, 1996).

A relevância da contribuição teórica de Paulo Freire na Educação Ambiental Crítica é fundamental no avanço tanto teórico quanto prático. Sua abordagem pedagógica, de caráter político, enfatiza a conscientização como um processo chave para a transformação social, utilizando o método dialógico. Freire, ao discutir a práxis, nos convida a considerar:

Esta busca nos leva a surpreender, nela, duas dimensões: ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical, que sacrificada, ainda em parte, uma delas, se ressentem, imediatamente, a outra. Não há palavra que não seja práxis. Daí dizer que a palavra verdadeira seja transformar o mundo. (Freire, 2005, p. 89).

A pedagogia de Paulo Freire destaca a conscientização e a reflexão como pilares fundamentais. Seu objetivo é capacitar os alunos a enxergarem criticamente o mundo ao seu redor e a se tornarem agentes de transformação social. Quando aplicada à Educação Ambiental, essa abordagem transcende a simples transmissão de informações sobre o meio ambiente. O foco está na compreensão das interconexões entre sociedade, ambiente e ações humanas, incentivando a reflexão sobre valores, atitudes e práticas relacionadas ao meio ambiente.

A formação de indivíduos comprometidos com a preservação da vida, que enxergam a humanidade como uma grande família integrada ao planeta Terra e assumem responsabilidade por melhorar o mundo, não é algo simples. Isso não pode ser alcançado seguindo passos lineares de livros sem considerar as particularidades de territórios e comunidades. A educação, como

prática da liberdade em contraposição à dominação, rejeita a ideia do ser humano como uma entidade abstrata, isolada e desconectada do mundo. Ela também nega a visão de um mundo desprovido de pessoas (Freire, 1970).

Com base nos fundamentos de Paulo Freire, torna-se crucial investigar e refletir sobre a formação de educadores ambientais em um contexto de crise socioambiental intrinsecamente relacionada à crise do capital. Esse cenário se apresenta tanto como um desafio quanto como uma ferramenta para a formação de cidadãos engajados com a Educação Ambiental Crítica.

Nesse sentido, é de suma importância promover processos educativos em Educação Ambiental que adotem uma abordagem crítica, transformadora e emancipadora. Essa abordagem visa capacitar os educadores a focalizarem na cidadania e na problematização do atual modelo de sociedade. Baseando-se na ética das virtudes, esse método busca não só a transformação das condições de vida, mas também a redefinição do papel humano em suas interações com o meio ambiente (Nepomuceno; Modesto; Santos, 2018).

Torres (2010) ressalta que a compreensão das virtudes delineadas por Aristóteles se baseia em uma consciência crítica que demanda, principalmente, uma reflexão sobre nossa relação com a natureza e o ambiente em que vivemos, além do que desejamos para o futuro. Esse é o cerne dos ensinamentos de Paulo Freire, de onde os educadores devem iniciar um debate mais profundo e crítico sobre as questões socioambientais.

Conforme Torres (2010), o simples repasse de informações sem considerar transformações na realidade enfraquece suas práticas. Essa é a conclusão que se pode extrair desse enfoque, ressaltando a importância de uma abordagem educacional que não apenas transmita conhecimento, mas que também incite reflexões e ações direcionadas a mudanças significativas na interação entre seres humanos e meio ambiente.

Através da pedagogia Freireana, os educadores ambientais podem promover a construção de uma consciência ética, incorporando valores como responsabilidade, respeito, cuidado e solidariedade para com o ambiente natural. A Educação Ambiental Freireana vai além da mera aquisição de conhecimento técnico-científico sobre questões ambientais, buscando desenvolver virtudes que orientem ações positivas em relação ao meio ambiente (Guimarães, 2020).

A ética aristotélica, enfatizando as virtudes morais e a sabedoria prática, segundo Torres (2010), pode ser integrada à educação seguindo os princípios de Paulo Freire. Essa integração visa capacitar os cidadãos para lidar de forma crítica com as atuais demandas ambientais. A autora descreve e comenta a aplicabilidade dessas ideias em ações e métodos específicos:

- a) **Desenvolvimento Virtuoso:** Implementar no currículo as virtudes éticas aristotélicas, com ênfase na responsabilidade como valor central. Essas virtudes seriam exploradas e aplicadas por meio de atividades que relacionam a ética ao convívio humano com o meio ambiente, promovendo uma reflexão sobre a importância da responsabilidade ambiental.
- b) **Diálogo Reflexivo:** Adotar a metodologia freireana de diálogo para discutir questões ambientais na sala de aula. O objetivo seria incentivar debates críticos entre os alunos, permitindo que expressem suas opiniões, analisem os desafios ambientais e busquem soluções éticas de forma colaborativa.
- c) **Engajamento Prático:** Envolver os alunos em projetos práticos que os conectem diretamente às questões ambientais locais. Isso poderia incluir atividades como preservação ambiental, reciclagem, visitas a áreas naturais e campanhas de conscientização na comunidade, proporcionando uma experiência concreta de responsabilidade ambiental.
- d) **Fomento à Responsabilidade:** Estimular a responsabilidade individual e coletiva dos alunos em relação ao meio ambiente por meio de práticas diárias na escola. Isso envolveria a promoção de comportamentos sustentáveis, como o uso consciente dos recursos naturais e a participação em ações de preservação ambiental.
- e) **Abordagem Interdisciplinar:** Integrar a ética ambiental às disciplinas como ciências, geografia e literatura, possibilitando uma compreensão mais ampla das questões ambientais. Essa abordagem multidisciplinar permitiria aos alunos relacionar os aspectos éticos do meio ambiente a diferentes áreas do conhecimento, enriquecendo sua formação para virtudes na EJA.

Essa combinação entre a ética aristotélica e os princípios participativos da educação Freireana oferece uma abordagem holística para capacitar os alunos a desenvolver uma consciência ética em relação ao meio ambiente, preparando-os para enfrentar criticamente os desafios ambientais contemporâneos.

Ao explorar temas como justiça ambiental, equidade, ética na relação com os recursos naturais e a valorização do meio ambiente como um bem comum, a Educação Ambiental Freireana incentiva a formação de cidadãos críticos, éticos e engajados. Ela oferece ferramentas para que as pessoas compreendam não apenas os problemas ambientais, mas também suas origens sociais, econômicas e políticas, capacitando-as a contribuir ativamente para soluções sustentáveis e éticas (Torres, 2010).

Conforme apontado por Almeida e Andrade (2022), a abordagem da educação escolar, focada na formação cidadã e na construção de conhecimentos que levem ao desenvolvimento de sociedades sustentáveis, está alinhada aos propósitos da Educação Ambiental Crítica. Essa perspectiva crítico-transformadora pode ser efetivada através da dinâmica da Abordagem Temática Freireana. Essa dinâmica permite a concretização dos princípios da Educação Ambiental Crítico-Transformadora. Portanto, a abordagem Freireana na Educação Ambiental pode ser um veículo valioso para promover uma ética das virtudes, preparando os cidadãos para agir de forma consciente, responsável e ética diante das demandas e desafios ambientais atuais.

Neste contexto, é crucial promover a reflexão sobre a Educação Ambiental na EJA como uma ferramenta essencial para formar cidadãos conscientes e engajados com questões éticas e ambientais. No entanto, é importante reconhecer que a abordagem da Educação Ambiental na EJA deve considerar as experiências de vida dos adultos, incorporando virtudes éticas, como responsabilidade, e promovendo o diálogo reflexivo sobre questões ambientais.

Na concepção de Freire (2005), a Educação Ambiental deve ser uma prática social intencional, que desenvolva uma educação cidadã, crítica e reflexiva sobre valores e conhecimentos. Isso implica em uma abordagem educacional que estimule o pensamento crítico dos alunos, capacitando-os para tomar decisões transformadoras e sustentáveis. Freire (2005) destaca a importância de aproveitar a vivência dos alunos para debater questões ambientais locais, como poluição e falta de infraestrutura para o descarte de resíduos, incentivando a reflexão sobre responsabilidade e ação coletiva.

Ratifica-se, assim, que a pedagogia freireana enfatiza a conscientização e a reflexão como pilares fundamentais, visando capacitar os alunos a enxergarem criticamente o mundo ao seu redor e a se tornarem agentes de transformação social. Nesse sentido, a Educação Ambiental na EJA deve promover uma análise crítica das relações entre sociedade e meio ambiente, ancorada em uma ética das virtudes que valoriza princípios morais como responsabilidade, respeito e solidariedade.

Ao integrar a ética das virtudes aos princípios participativos da pedagogia de Paulo Freire, os educadores ambientais podem oferecer uma abordagem holística para capacitar os alunos a desenvolver uma consciência ética em relação ao meio ambiente. Isso envolve práticas educativas que não apenas transmitam conhecimento técnico-científico, mas também promovam reflexões e ações direcionadas a mudanças significativas na interação entre seres humanos e meio ambiente. Através dessa abordagem, os alunos podem se tornar cidadãos críticos, éticos e engajados, contribuindo para soluções sustentáveis e éticas para os desafios ambientais contemporâneos.



Para abordar o ensino de ética na EJA, é essencial adotar estratégias que se adequem à diversidade do público e às características específicas desse contexto. Uma abordagem eficaz inclui a contextualização e relatabilidade, usando exemplos do cotidiano dos alunos para discutir dilemas éticos e promovendo o diálogo e o debate em sala de aula. Sugere-se o uso de estudo de casos reais ou fictícios como ferramenta para que os alunos analisem diferentes perspectivas e proponham soluções éticas. É importante integrar o ensino de ética com outras disciplinas, como história e filosofia, para mostrar como as questões éticas estão interligadas com diferentes aspectos da vida.

A exemplificação de virtudes éticas, como responsabilidade e solidariedade, e o estímulo ao engajamento comunitário também são fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência ética nos alunos. Por fim, é essencial promover o desenvolvimento da autonomia moral, capacitando os alunos a tomarem decisões éticas com base em princípios e valores pessoais. Ao adotar essas estratégias, os educadores da EJA podem contribuir para que os alunos ajam de forma responsável, crítica e ética em suas vidas pessoais e sociais.

Portanto, a Educação Ambiental na EJA deve ser concebida como um processo contínuo de aprendizado, que estimula o pensamento crítico, a reflexão ética e a ação transformadora dos alunos em relação ao meio ambiente. Essa abordagem possibilita uma conscientização sobre as interconexões entre sociedade, ambiente e ações humanas, capacitando os alunos a agir de forma responsável e ética em suas comunidades.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual sociedade traz consigo uma gama de incertezas, exigindo reflexões críticas sobre suas necessidades, principalmente, como chegar ao equilíbrio, considerando que as inovações tecnológicas trazem importantes benefícios, mas também, podem ser prejudiciais tanto para o desenvolvimento social sob o viés da autonomia, de uma busca por evitar o retrocesso moral, quanto por prejuízos subjetivos ao desenvolvimento psíquico e social de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, os fundamentos de Freire são necessários e atuais, considerando sua teoria da educação problematizadora e dialógica, promovendo a criticidade para que docentes e estudantes estejam inseridos em um processo de transformação progressiva contribuindo, de tal forma, para que a sociedade também possa se transformar.

Esse aspecto de ruptura entre as práticas em sala de aula dissociadas da problematização da realidade chega até mesmo a brotar do hábito cotidiano, por isso há necessidade de se criar mecanismos e estruturas práticas teoricamente fundamentadas, para uma formação autônoma no âmbito escolar, na perspectiva freireana, que podem contribuir com a educação para a construção da autonomia.

Diante dos resultados obtidos ao relacionar a ética das virtudes à prática da Educação Ambiental Freireana e ao analisar as possibilidades de uma proposta de Educação Ambiental freiriana para a formação de pessoas virtuosas voltada para a realidade do ensino de jovens e adultos, é possível concluir que essa abordagem educacional oferece um caminho promissor para a promoção da conscientização e ação em prol da sustentabilidade e da justiça social.

A partir das contribuições teóricas de Paulo Freire e da ética das virtudes, é evidente que a Educação Ambiental pode transcender a mera transmissão de conhecimentos técnicos sobre o meio ambiente. Ela pode se tornar uma prática educativa engajada na formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e sustentável.

Ao integrar valores como responsabilidade, respeito, cuidado e solidariedade para com o ambiente natural, a Educação Ambiental Freireana oferece um espaço para o desenvolvimento de uma consciência ética e virtuosa nos indivíduos. Essa abordagem vai além da simples conscientização ambiental, buscando promover uma transformação nas atitudes e comportamentos dos alunos em relação ao meio ambiente e à sociedade.

Por meio do diálogo problematizador e da reflexão crítica sobre as questões socioambientais, os educadores podem capacitar os estudantes a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades. A ética da virtude proposta por Freire oferece um referencial

sólido para essa prática educativa, ao enfatizar valores essenciais como autonomia, solidariedade e justiça.

Assim, ao adotar uma abordagem educacional fundamentada na ética das virtudes e na pedagogia libertadora de Paulo Freire, é possível formar cidadãos conscientes, responsáveis e éticos, capazes de enfrentar os desafios ambientais contemporâneos com uma postura crítica e transformadora. Essa educação comprometida com valores humanos e a transformação da sociedade se revela essencial para a construção de um futuro mais sustentável e equitativo para as gerações presentes e futuras.

A partir do objetivo proposto de analisar a relevância de uma abordagem do ensino de ética no ensino da Educação Ambiental Freireana, centrada nos princípios de Paulo Freire, para avançar no combate ao desequilíbrio ambiental, é possível concluir que essa abordagem oferece uma base sólida para promover uma consciência ética em relação ao meio ambiente. Ao integrar a ética das virtudes no ensino, a Educação Ambiental Freireana não apenas transmite conhecimento técnico sobre questões ambientais, mas também promove valores como responsabilidade, respeito, cuidado e solidariedade para com o ambiente natural.

Ao integrar a ética das virtudes à abordagem pedagógica de Paulo Freire, a Educação Ambiental Freireana possibilita a formação de cidadãos críticos, éticos e engajados. Explorando temas como justiça ambiental, equidade e valorização do meio ambiente como bem comum, ela prepara os indivíduos para agir de forma consciente e responsável diante dos desafios ambientais contemporâneos.

Essa abordagem vai além da mera transmissão de conhecimento técnico-científico, buscando desenvolver virtudes que orientem ações positivas em relação ao meio ambiente. Capacita os educandos a serem agentes de transformação em suas comunidades, promovendo uma ética de cuidado e preservação do meio ambiente em busca de um futuro mais sustentável e equitativo. Portanto, a Educação Ambiental Freireana, aliada ao ensino da ética das virtudes, emerge como uma poderosa ferramenta para enfrentar o desequilíbrio ambiental, capacitando os indivíduos a agirem de maneira ética, responsável e consciente na busca por soluções para os desafios ambientais globais.

Ao final do estudo verificou-se que é fundamental que se eleve o sentido da escola na sociedade contemporânea e a prepare para os novos tempos, seja por meio de novos canais de justiça escolar, colocando novamente os estudantes dentro da escola, ao invés de afastá-los, abrindo-a para a pluralidade, considerando as diversas culturas e experiências.

Para que a escola problematize a realidade para formar sujeitos críticos com autonomia de pensamento, torna-se relevante abordarmos os saberes necessários a esse propósito. O saber

docente se refere à dimensão científica, pedagógica, didática, estética, ética e política. Afetividade e emoções fazem parte desse processo. A ética da vida, pedagógica e libertadora de Freire, surge como uma resposta crítica aos problemas sociais e como uma busca por uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham a oportunidade de serem sujeitos ativos e livres em sua própria história.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- AGUIAR, M. A. F. **Psicologia aplicada à Administração**: uma introdução à psicologia organizacional. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ALKIMIN, Gilberto Dias; DORNFELD, Carolina Buso. A educação ambiental no ensino médio na educação de jovens e adultos do município de Ilha Solteira (SP-Brasil). **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 33, n. 1, p. 269-280, 2016.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ALONSO, L. **Crimes contra o mercado de capitais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Orientador: Professor Associado Renato de Mello Jorge Silveira. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- ALVES, Maria do Rosário. Educação Ambiental nas Aulas de Língua. Ambientalmente sustentável. **Revista científica galego-lusófona de educación ambiental**, n. 20, p. 1103-1120, 2015.
- AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R.; FERRARO, N. G.; PENTEADO, P. C. M.; TORRES, C. M. A.; SOARES, J.; CANTO, E. L. do; LEITE, L. C. C. **Moderna Plus: Ciências da Natureza e Suas Tecnologias**. 1ª Edição. São Paulo: Moderna, 2020.
- AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**. Grupo Gen-Método, 2000.
- AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**. Grupo Gen-Método, 2016.
- AMORIM, Filipi Vieira; CALLONI, Humberto. Sobre o conceito de amorosidade em Paulo Freire. **Conjectura: filosofia e educação**, v. 22, n. 2, p. 380-392, 2017.
- AMORIM, L., *et al.* **Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD)**. Novembro de 2022. Belém: Imazon, 2023.
- ANDRADE, Renata Cristina Lopes. Educação e a ideia de ser humano: orientações da Crítica da Faculdade do Juízo e Sobre a pedagogia de Immanuel Kant. In: CARVALHO, Alonso Bezerra. **Educação, ética, interculturalidade e saberes decoloniais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

ARAÚJO FREIRE, Ana M. A compreensão de educação de Paulo Freire: indignação e sonho. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, n. 1, p. 09-16, nov. 2002.

ARAÚJO FREIRE, Ana M. O legado de Paulo Freire à Educação Ambiental. In: NOAL, F. O.; BARCELOS, V. H. de L. (Orgs.). **Educação Ambiental e cidadania: cenários brasileiros**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 2011.

BACK, Daniele; GÜNZEL, R. E. Educação em espaços não formais no Ensino de Ciências. **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 11, 2017.

BANDURA, A. **Social foundations of thought and action: a social cognitive theory**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1986.

BARCHI, Rodrigo. Uma educação ambiental libertária. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 22, 2009.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BERNSTEIN, B. **The structuring of pedagogic discourse**. London: Routledge, 1990.

BETHLEM, A. de S. **Estratégia empresarial: conceitos, processo e administração estratégica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BHASKAR, R. **Scientific realism and human emancipation**. London: Verso, 1986.

BOBBIO, Norberto. Ética e política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 131-140, 1992.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra**. Editora Vozes Limitada, 2015.

BORGES, Gustavo Silveira; LEANDRO, Rafael. Decrescimento e o bem-viver: Ensaio sobre a perspectiva de um horizonte sustentável. **Revista Direitos Culturais**, v. 14, n. 33, p. 69-103, 2019.

BORGES, Valdir. O princípio ético-crítico freireano. **Rev. Diálogo Educ**, p. 213-231, 2014.

BOVERO, Michelangelo. Ética e política entre maquiavelismo e kantismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 141-166, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 05/10/1988.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Temas transversais e ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. **Lei n. 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm) Acesso em: 10 mai.2023.

BZUNECK, J. A. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In: BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. (Eds.) **Motivação do aluno**: contribuições da Psicologia Contemporânea. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAMPOS, Elisabete F. E. Infância e práticas pedagógicas: reflexões na formação com professores. In: FRANCO, Maria Amélia R. Santoro; GILBERTO, Irene Jeanete L.; CAMPOS, Elisabete F. E. **Práticas pedagógicas**: pesquisa e formação. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTRO, Ronaldo de Souza. BAETA, Anna Maria. Autonomia Intelectual: condição necessária para o exercício da cidadania. In: LOUREIRO, CFB, LAYRARGUES, PP & CASTRO. RS. (orgs.). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania, 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.

CHAUÍ, M. Direitos humanos e medo. In: FESTER, A. C. R. (org.) **Direitos humanos**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 15-35.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COELHO, S. de O. P.; ARAÚJO, A. F. G. de. A sustentabilidade como princípio constitucional sistêmico e sua relevância na refetivação inter-disciplinar da ordem constitucional econômica e social: para além do ambientalismo e do desenvolvimentismo. **Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia**, v. 39. p. 261-291, 2011.

COSTA, Marcelo Augusto; PAVAN, Ruth. A importância de Paulo Freire para a educação humanizadora na educação superior. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 11, p. 1-13, 2021.

COSTA, Cristiano; SANTOS, Maria Vanda. Percepção ambiental de alunos da modalidade de educação de jovens e adultos em assentamento rural. **Revista Monografias Ambientais**, v. 14, n. 2, 2015.

CRUZ, Claudete; BATTESTIN, Cláudia; GHIGGI, Gomercindo. A educação ambiental na teoria educativa Freireana. **Revista Monografias Ambientais**, p. 3055-3060, 2014.

CRUZ, Jorge Silva. Ética das virtudes: em busca da excelência. **Revista de Medicina**, v. 99, n. 6, p. 591-600, 2020.

- DAMASCENO NETO, Afonso Ribeiro et al. A ética como prática pedagógica no ensino fundamental. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 4, p. 1604-1615, 2022.
- DIAS, R. **Responsabilidade social**: fundamentos e gestão. São Paulo, Atlas, 2009.
- DICKMANN, Ivo; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **Educação Ambiental Freiriana**. Chapecó: Livrologia, 2021.
- DICKMANN, Ivo; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. Paulo Freire e Educação ambiental: contribuições a partir da obra *Pedagogia da Autonomia*. **R. Educ. Públ**, p. 87-102, 2012.
- DICKMAN, I.; RUPPENTHAL, S. Educação Ambiental Freiriana: pressupostos e método. *Revista de Ciências Humanas-Educação*, v. 18, n. 30, p. 117-135, Jul. 2017.
- DICKMANN, Ivo; STANQUEVISKI, Claudemir. Pedagogia da resistência:: aportes críticos para uma Educação Ambiental Freiriana. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 21, n. 1, 2019.
- DUSSEL, E. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2002.
- EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas**: realidade e desafios. Monografia (Pós Graduação em “Latu Sensu” Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste, 2007.
- FERNANDES, Regiane Matozo; KATAOKA, Adriana Massaê; SURIANI-AFFONSO, Ana Lucia. A Abordagem das Macrotendências da Educação Ambiental em livros didáticos. **Revista Valore**, v. 6, p. 1518-1530, 2021.
- FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12 ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 45ª ed. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2005.



- FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. – São Paulo, Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. Editora Paz e Terra, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 37 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Conscientização In: Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Cap. 4, p. 101-122.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais transformadores: rumo a uma nova pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018.
- GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Papyrus editora, 1996.
- GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Papyrus editora, 2001.
- GUIMARÃES, J. *et al.* Educação Ambiental na educação de jovens e adultos (EJA). **Synesrgismus scyentifica**. Pato Branco, v. 3, n. 2-3, 2008.
- GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental Na Educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- HUPFFER, H. M. Degradação ambiental e consciência da história efetual: contribuições de Hans-Georg Gadamer ao diálogo intergeracional. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 131, Abril de 2012.
- IRELAND, T. D. A vida no bosque no século XXI: educação ambiental e educação de jovens e adultos. In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: MEC, MMA, UNESCO, 2007.
- JACOBI, Pedro Roberto. Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas. **Pesquisa em educação ambiental**, v. 2, n. 2, p. 49-65, 2007.
- JACOBI, Pedro Roberto. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390.

JACOBI, Pedro Roberto. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. Annablume, 1999.

JACOBI, Pedro Roberto; GRANDISOLI, Edson. **Água e Sustentabilidade desafios, perspectivas e soluções**. São Paulo: IEE-USP e Reconnectta, 2017.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

JALOTO, A. M. Expectativas de jovens e adultos do ensino médio sobre a escola e sua relação com a disciplina de biologia: uma experiência em uma escola pública do Rio de Janeiro. **Revista Educação: teoria e prática**. Rio Claro. v. 21, n. 37. p. 05-27, 2011.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Trad. Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio. 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos: texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica: Ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Teoria, hipóteses e variáveis. Metodologia jurídica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphaël. **Do bom uso da natureza: Para uma filosofia do meio ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & sociedade**, v. 17, p. 23-40, 2014.

LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: NUNES, F. G (org.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, p. 72-103, 2006.

LEAL, Manuela Macedo; ALMEIDA, Renato. Revisão narrativa da educação ambiental freiriana: apontamentos recentes. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 11, p. 1-32, 2024.

LEÃO, Mario Dolvidio Duarte; FISS, Dóris Maria Luzzardi. Ensino médio EJA: escola, currículo, juventude. **La Salle: revista de educação, ciência e cultura**. Canoas, RS. Vol. 19, n. 2 (2014), p. 25-48, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. Licenciatura em Pedagogia: a ausência dos conteúdos específicos do ensino fundamental. **Por uma Política Nacional de Formação de Professores**. São Paulo: UNESP, p. 73-94, 2012.

LIMA E SILVA, P. P.; *et al.* **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2000.

LIPAI, Eneida Maekawa; LAYRARGUES, Philippe Pomier; PEDRO, Viviane Vazzi. Educação ambiental na escola: tá na lei. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles, **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: BARCAROLLA, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente & Educação**. Rio Grande, v. 8, p. 37-54, 2003.

LOUREIRO, Carlos F. B. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2014.

MARQUES, José Roberto. **O desenvolvimento sustentável e sua interpretação jurídica**. São Paulo: Verbatim, 2016.

MARQUES, A. F.; ZANATA, E. M.; MAGUILI, M. G. Programa de Educação de Jovens e Adultos Conquista a Cidadania Negada: a experiência de Bauru (SP). **Revista Educação: teoria e prática**. Rio Claro. v. 19, n. 33. p. 17-36, 2009.

MARTINS, Giórgia Andrade Regiani Ferreira. A formação virtuosa na escola. In: CARVALHO, Alonso Bezerra. **Educação, ética, interculturalidade e saberes decoloniais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.

MATA, Henrique Tomé Costa; CAVALCANTI, José Euclides A. A ética ambiental e o desenvolvimento sustentável. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 22, p. 176-191, 2002.

MEADOWS, D; RANDERS, J; MEADOWS, D. **Limites do crescimento: a atualização de 30 anos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012.

MEDEIROS, Alexandre Barra; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. Papel da Educação Ambiental para a Educação de Jovens e Adultos. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 40, n. 1, p. 143-162, 2023.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco**. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. Trad. Pedro Galvão. Porto: Porto Editora, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRANDA, Deine Bispo; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. A abordagem socioambiental na educação em ciências como caminho para a construção da cidadania na sociedade de risco. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 22, p. e19811, 2020.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

MORGENSTERN, Lairce Terezinha Boschi. **Educação Ambiental: uma proposta interdisciplinar**. 2007. Disponível em:  
[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_lairce\\_terezinha\\_boschi\\_morgenstern.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_lairce_terezinha_boschi_morgenstern.pdf) Acesso em: mai.2023.

MUNDIM NETO, Fabiane M. et al. A whole-plant perspective reveals unexpected impacts of above-and belowground herbivores on plant growth and defense. **Ecology**, v. 98, n. 1, p. 70-78, 2017.

NEPOMUCENO, Aline Lima; MODESTO, Mônica Andrade; SANTOS, Tatiana Ferreira. **Educação Ambiental e Formação de Educadores: Convergências para a Práxis Pedagógica**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG)**. Brasília: Observatório do Clima, 2023. Disponível em:  
[https://plataforma.seeg.eco.br/?highlight=br-net-emissions-by-sector-nci&\\_gl=1\\*14ofwqx\\*\\_ga\\*ODQyNjA4NDY0LjE3MTYyMzU5MjI.\\*\\_ga\\_XZWSWEJDWQ\\*MTcxNjIzNTkyMS4xLjAuMTcxNjIzNTkyMS4wLjAuMA](https://plataforma.seeg.eco.br/?highlight=br-net-emissions-by-sector-nci&_gl=1*14ofwqx*_ga*ODQyNjA4NDY0LjE3MTYyMzU5MjI.*_ga_XZWSWEJDWQ*MTcxNjIzNTkyMS4xLjAuMTcxNjIzNTkyMS4wLjAuMA). Acesso em: mai.2024.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el Capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. (Org.). **Ecología política, naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

OLIVEIRA, Carolina Belasquem; ASSIS, Laryssa Louzada. Contribuições freireanas à Educação Ambiental crítica. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 3925-3936, 2022.

OLIVEIRA, Renato José de. Ética na escola:(re) acendendo uma polêmica. **Educação & Sociedade**, v. 22, p. 212-231, 2001.

PARANHOS, Ronés de Deus; SHUVART, Marilda. A relação entre Educação Ambiental e a Educação de Jovens e Adultos sob a perspectiva da trajetória dos educadores. **Contexto & Educação**, v. 28, nº 91, set./dez. 2013.

PARANHOS, Ronés de Deus. **A relação entre a educação de jovens e adultos e a educação ambiental**. Dissertação do Programa de Mestrado em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, 2009.

PAULO, F. S. **Pioneiros e pioneiras da educação popular freiriana e a universidade**. 2018.268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2018.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Meio ambiente, direito e cidadania: uma interação necessária. **Meio ambiente, direito e cidadania**, 2002.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

RANGEL, Milena Missiano Comeron *et al.* Práticas de divulgação, conscientização e capacitação para a sustentabilidade uma proposta para as universidades federais brasileiras. **Revista de Administração IMED**, v. 8, n. 1, p. 146-168, 2018.

REIGOTA, M. Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 219-232, 2007.

RIBEIRO, Sávaia Cássia Francelino; CAVALCANTE, Julia Affonso; SOLLERO, Gabriel Cesar. **Educação Ambiental Prágmática X Crítica: Reflexões Sobre A Fase 1 Do Projeto De Educação Ambiental Da Costa Verde**. 2021.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; COLESANTI, Marlene T. Educação ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 51-66, 2008.

RUSCHEINSKY, Aloísio; FORTUNATO, Elizabeth. A história oral na pesquisa social sobre espaço urbano. **Biblos**, v. 16, p. 25-36, 2004.

SÁ, Régis Campos de. **Inovação e sustentabilidade: um estudo de caso na indústria de rótulos autoadesivos**. 2018. Tese de Doutorado.

SANGALLI, Idalgo José; STEFANI, Jaqueline. Noções introdutórias sobre a ética das virtudes aristotélica. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 17, n. 3, p. 49-68, 2012.

SANTOS, Antônio Carlos; SOUZA, Karoline Ketilin Moura. Técnica e ética ambiental: um debate entre Jonas e Larrère e Larrère. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 45, 2018.

SANTOS, Adriano Gomes. **Educação ambiental crítica: tecendo as práticas educativas dos docentes da EMEIEF “Bery Barreto de Araújo”**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

SANTOS, Pablo Grahl *et al.* Classificação de terras segundo sua capacidade de uso e identificação de conflito de uso do solo em microbacia hidrográfica. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, v. 11, n. 2, p. 146-157, 2012.

SANTOS, Bruno Aislã Gonçalves dos. **Textos selecionados de filosofia das virtudes**. Pelotas: NEPFIL Online, 2022.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Carlos: RiMa, 2002.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M., CARVALHO, I. (Orgs.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios** Porto Alegre: Artmed. p. 17-44. 2005.

SAVIANI, Dermeval. Desafios atuais da pedagogia histórico-crítica. In: SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da; SEVERINO, Antônio Joaquim. (Org.). **Dermeval Saviani e a educação brasileira: o simpósio de Marília**. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, J. A. da. **Direito ambiental constitucional**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

SILVA, L. G. da; SANTOS, J. G. dos. A Educação Ambiental no Contexto da Educação de Jovens e Adultos. In: **Encontro Internacional De Formação De Professores – ENFOPE**. 10. 2017. Anais [...]. Aracaju: UNIT, 2017.

SINNOTT-ARMSTRONG, W. Consequentialism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/consequentialism/>. Acesso em 20 mai. 2024.

SOARES, Edvaldo. **Saúde e qualidade de vida do ser humano no contexto da interdisciplinaridade da Educação Ambiental**. No. 38, 2011. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1143> Acesso em: 10 mai.2023.

TAMAIO, I. A. **A mediação do professor na construção do conceito da natureza**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. UNICAMP. Campinas, 2010.

TEIXEIRA, Maria de Fátima Gouveia. **Educação Ambiental sob o aspecto pedagógico**. 2003.

TORNÉS, Alisa Natividad Delgado. Ética y política en la concepción de la educación popular de Paulo Freire. **Universidades**, v. 61, n. 50, p. 19-32, 2011.

TORRES, Juliana Rezende. Educação ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: um exemplar. DICKMANN, Ivo; BATTESTIN, Cláudia. **Educação ambiental na América Latina**. Chapecó: Plataforma Acadêmica, 2018.

UNESCO/UNEP. **Intergovernmental conference on environmental education – Tbilisi (USSR) 14–26 Oct 1977**. ED/MD/49, Paris, 1978.

UNESCO. **Carta de Belgrado: Uma estrutura global para a educação ambiental**. 1975. Disponível em <[http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt\\_belgrado.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf)>. Acesso em 20.mai.2024.

UNESCO. **Taller sub-regional de educación ambiental para educación secundaria**. Chosica, 1976.

UNICEF. **Cultura do fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia, alertam UNICEF e Instituto Claro**. Publicado em 28 jan. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-e-desigualdade-se-agrava-na-pandemia>. Acesso em 20 mai.2023.

VALLE, C. E. **Qualidade ambiental: ISO 14000**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

VANDENBERGHE, F. O maremoto do realismo crítico. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 8-30, jan-jul. 2014.

VIVEIROS, Edna Parizzi de *et al.* Por uma nova ética ambiental. **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, v. 20, p. 331-336, 2015.

ZAKRZEWSKI, Sônia Balvedi. A educação ambiental nas escolas do campo. **In:** MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Brasília: UNESCO, 2007.

ZILLES, Urbano. **O que é Ética.** Porto Alegre: Edições EST, 2006.

ZINGANO, M. Aristóteles, Alexandre e o que está em nosso poder: Libertarianismo e Responsabilidade Moral. **In:** HOBUSS, J. **Ética das virtudes.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.